



José Fernando Ribeiro Alves

**LITERACIA PARA OS RISCOS COMO INSTRUMENTO
DE RESILIÊNCIA DA SOCIEDADE**

Dissertação de Mestrado em Proteção Civil

MESTRADO EM PROTEÇÃO CIVIL

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade
Lusófona do Porto, no dia 07/02/2020, perante o júri

Seguinte:

Presidente: Professor Doutor Joaquim Luís Pais Barbosa

Arguente: Professora Doutora Susana da Silva Pereira

Orientadora: Professora Doutora Monica Sofia Moreira dos Santos

Fevereiro de 2019

DECLARAÇÃO

Nos exemplares das teses de doutoramento ou dissertações de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas publicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é enviado um exemplar para deposito legal na Biblioteca da Universidade Lusófona do Porto, deve constar uma das seguintes declarações:

1. É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.
2. É autorizada a reprodução parcial desta tese/dissertação (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.
3. Não é autorizada, por um prazo de 3 anos, a reprodução de qualquer parte desta tese/dissertação.
4. De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte desta tese/dissertação.

NOTA: É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Assinatura do autor



Dedico esta dissertação ao esforço de todos quantos procuraram contribuir para a criação de uma cultura de segurança e aumento da resiliência das comunidades, com o objetivo de proteger as pessoas, os seus bens e o ambiente. Dedico igualmente á minha família pelo apoio sempre presente neste desafio, no propósito de contribuir para um mundo cada vez melhor.

Muito obrigado...

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Mónica Santos, por toda a disponibilidade, pelo acompanhamento e pelo rigor metodológico prestado durante a orientação e realização deste trabalho.

Agradeço a todos os docentes do Mestrado de Proteção Civil que contribuíram para o reforço do meu desenvolvimento académico. Deixo um agradecimento especial à Prof^a. Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins, pelo apoio inicial que me dispensou, que foi estruturante para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço à minha família, pelo apoio dado e pela paciência pela minha ausência, durante todo este percurso académico, fundamental para o concluir com tranquilidade.

Agradeço igualmente aos meus amigos e colegas de Mestrado tudo o que junto fomos capazes de construir, por toda a força partilhada e companheirismo.

A todos, muito obrigado

RESUMO

A dissertação de Mestrado em Proteção Civil, realizada e apresentada na Universidade Lusófona do Porto (ULP), assenta no domínio da implementação de uma estratégia e metodologias de modo a potenciar a literacia, como instrumento de resiliência da sociedade, para a tornar mais segura e sensibilizada para a autoproteção face aos riscos.

Esta estratégia procura responder ao desafio da comunidade internacional de construção de cidades resilientes, uma vez que ainda existe uma total ausência de implementação de uma estratégia nacional e regional de educação para os riscos. A mesma deverá ser direcionada para a população adulta no sentido de a dotar de conhecimento e sensibilização suficientes, quer na avaliação do risco, quer na forma de mitigar as consequências do mesmo.

A metodologia para o desenvolvimento do trabalho é apoiada em um inquérito aos elementos da Fraternidade de Nuno Álvares – Associação de Escuteiros Adultos (FNA) e, na Rede Nacional de Universidades Seniores (RUTIS), Pólo do Porto, na turma de alunos da disciplina de Ambiente, Proteção de Pessoas e bens – vertente proteção civil, do quais resultaram propostas de criação de instrumentos didáticos e pedagógicos de sensibilização e informação a implementar, com a colaboração de instituições junto da população.

Resulta também do trabalho desenvolvido, um conjunto de propostas de implementação de ações para a formação de adultos e outras, para a sensibilização dos mesmos, com vista à sua capacitação e aumento da sua literacia para os riscos.

Palavra-Chave: resiliência; cultura de segurança; sensibilização; responsabilidade social; mitigação para os riscos.

ABSTRACT

The Master's thesis in Civil Protection, conducted and presented at the Lusófona University of Porto (ULP), is based on the implementation of a strategy and methodologies in order to enhance literacy, as an instrument of society's resilience, to make it safer and better. self-protection against risks.

This strategy seeks to respond to the challenge of the international community of building resilient cities, as there is still a complete lack of implementation of a national and regional risk education strategy. It should be directed to the adult population in order to provide them with sufficient knowledge and awareness, both in risk assessment and in mitigating its consequences.

The methodology for the development of the work is supported by a survey of the members of the Fraternidade de Nuno Álvares - Association of Adult Scouts (FNA) and, in the National Network of Senior Universities (RUTIS), Porto Pole, in the class of students of the Environment discipline, Protection of People and Goods - civil protection, resulting in proposals for the creation of didactic and pedagogical awareness and information tools to be implemented with the collaboration of institutions with the population.

It also results from the work developed, a set of proposals for implementation of actions for the training of adults and others, for their awareness, with a view to their training and increase their risk literacy.

KEYWORD: resilience; safety culture; awareness; social responsibility; risk mitigation.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	- 5 -
RESUMO	- 7 -
ABSTRACT	- 8 -
ÍNDICE GERAL	- 9 -
ÍNDICE DE IMAGENS	- 11 -
ÍNDICE DE TABELAS	- 12 -
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	- 13 -
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	- 15 -
CAPÍTULO II – O ESTADO DA ARTE	- 19 -
2.1 Prevenção e sensibilização para o risco	- 20 -
2.2 Legislação	- 22 -
2.2.1 Internacional	- 22 -
2.2.2 Nacional	- 24 -
2.3 Educação para o Risco	- 27 -
2.3.1 Definição de conceitos	- 31 -
2.3.2 Importância da Educação e da estratégia da Literacia para o risco	- 37 -
2.4 A estratégia para a resiliência aos riscos nas comunidades	- 39 -
2.4.1 - Ao nível da comunidade internacional	- 39 -
2.4.2 - Ao nível da comunidade nacional	- 46 -
2.4.3 – Ao nível das organizações da sociedade civil	- 48 -
CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO	- 53 -
3.1 Estudo de Caso	- 54 -
3.1.1 Amostra	- 54 -
3.1.2 Caracterização da amostra	- 54 -
3.1.3 Técnica de recolha dos dados	- 55 -
3.2 Resultados	- 56 -
3.2.1 Apresentação e interpretação dos resultados da amostra	- 56 -
3.2.2 Análise dos resultados e propostas inerentes	- 75 -
3.3 Propostas para uma nova estratégia e um novo paradigma de literacia para o risco	- 84 -
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES FINAIS	- 97 -
BIBLIOGRAFIA	- 103 -
ANEXOS	- 107 -
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO	- 109 -
ANEXO 2 – RESPOSTAS DADAS À QUESTÃO ABERTA	- 112 -

ANEXO 3 - CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS DA COMPETÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	- 125 -
ANEXO 4 - CONTEÚDO CURRICULAR DA DISCIPLINA DE “AMBIENTE, PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS”, DA RUTIS-PORTO	- 127 -

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 - Imagem da campanha das cidades resilientes.....	45 -
Figura 2 - Percentagem dos inquiridos por faixas etárias.....	56 -
Figura 3 - Descrição dos inquiridos pelo sexo.....	57 -
Figura 4 - Indicação da percentagem dos inquiridos por distritos de residência	57 -
Figura 5 – Número de Inqueridos por concelhos de residência	58 -
Figura 6 – Percentagem dos Inquiridos por grau de escolaridade.....	59 -
Figura 7 – Integração nas organizações de voluntariado (%).....	61 -
Figura 8 – Conhecimento sobre o risco.....	62 -
Figura 9 – Conhecimento e sensibilização para o risco (%)	62 -
Figura 10 – Opinião sobre o papel do cidadão (%)	63 -
Figura 11 – Importância da obrigatoria de disciplina sobre a Educação para o Risco	64 -
Figura 12 – Importância da oferta académica no Ensino Superior	65 -
Figura 13 – Importância da criação de dinâmica pedagógicas e lúdicas	66 -
Figura 14 - Importância da Participação em formação de adultos	67 -
Figura 15 – Importância das campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população.....	68 -
Figura 16 – Importância das ações das instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação	69 -
Figura 17 – Importância de Sensibilizar as autarquias locais.....	70 -
Figura 18 – Importância da Criação de contrapartidas na lei, de estímulos fiscais	71 -
Figura 19 – Importância da criação do cartão de cidadão resiliente	72 -
Figura 20 – Importância da sensibilização da população adulta.....	73 -
Figura 21 - Conhecimento dos riscos na área de residência e de trabalho	73 -
Figura 22 – Importância da autoproteção na habitação.....	74 -
Figura 23 - Exemplo de um jogo didático sobre as medidas de autoproteção/educação para o risco.....	85 -
Figura 24 - Imagem meramente ilustrativa, da utilização das faturas dos serviços públicos para campanha regulares de sensibilização da população. Fonte: imagem recolhida no google e montagem compilada pelo autor.....	86 -
Figura 25 - Imagem meramente ilustrativa, da utilização das faturas dos serviços públicos para campanha regulares de sensibilização da população. Fonte: imagem recolhida no google e montagem compilada pelo autor.....	86 -
Figura 26 - Imagem montada, meramente ilustrativa de utilização de campanha, nas estações do Metro.	87 -
Figura 27 - Imagem montada, meramente ilustrativa, de campanha de sensibilização, nas composições do metro.....	87 -
Figura 28 - Imagem montada, meramente ilustrativa do cartão de cidadão resiliente.	89 -
Figura 29 - Imagem montada, meramente ilustrativa da campanha nos produtos.	89 -
Figura 30 - Imagem de matriz tipo do plano familiar, meramente ilustrativa.....	94 -
Figura 31 - Imagem meramente ilustrativa de uma matriz de treino didático da elaboração do plano de emergência familiar. Fonte: Compilação pelo autor.....	95 -

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Formação superior por áreas.....	- 59 -
Tabela 2 - Agrupamento por áreas de estudos	- 61 -

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEP - Associação de Escuteiros de Portugal
AGP - Associação das Guias de Portugal
AISR - AI Systems Research
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil
APP - Aplicação móvel para telemóvel
CCRE - Centro de Coordenação de Resposta e Emergência
CECIS - Common Emergency, Communication and Information System
CNE - Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português
DGE - Direção-Geral da Educação
DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EIRD - Estratégia Internacional para a Redução de Desastres
ENF - Conceito Educação Não Formal
FNA - Fraternidade de Nuno Álvares – Escuteiros adultos
ICDO - International Civil Defense Organization
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
INAG - Instituto da Água. IP.
ISN - Instituto de Socorros a Náufrágios
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIPC - Organização Internacional de Proteção Civil
ONU - Organização das Nações Unidas
PISA - Programme for International Student Assessment
PNRRC - Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes
RERisco - Referencial de Educação para o Risco
RUTIS-Porto - Rede Nacional de Universidades Seniores, Pólo do Porto
SCCIE - Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência
SMPC – Serviço Municipal de Proteção Civil
SNP - Serviço Nacional de Proteção Civil
UE – União Europeia
ULCP – Unidade local de Proteção Civil
UNDRR - UN Office for Disaster Risk Reduction

A presente dissertação de Mestrado em Proteção Civil, sobre o tema: Literacia para os riscos como instrumento de resiliência da sociedade, realizada e apresentada na Universidade Lusófona do Porto (ULP), assenta no domínio da implementação de uma estratégia e metodologia de potenciar a literacia para os riscos, como instrumento de resiliência da sociedade de modo a torná-la mais segura e sensibilizada para a autoproteção face aos riscos.

Com a escolha do tema, procuramos, assim, responder ao desafio da comunidade internacional na construção de cidades resilientes, face à ainda ausência de implementação de uma estratégia nacional e regional global de educação para os riscos, direcionada para a população adulta, para a dotar de conhecimento e sensibilização suficientes de modo a esta ser mais resiliente, quer na avaliação do risco, quer na forma de mitigar as consequências do mesmo.

Os **principais objetivos** deste trabalho são: **identificar a perceção** dos riscos da população adulta; saber de que forma a literacia para o risco poderá funcionar como instrumento de resiliência da sociedade e contribuir para o desenvolvimento de estratégias de sensibilização e formação da população adulta; **criar um novo paradigma de educação** para o risco, para a população adulta; **propor instrumentos de sensibilização e de divulgação**, para potenciar a cultura da autoproteção da população.

Esta estratégia é apoiada, por um lado, por uma abordagem e análise da situação atual em alguns grupos alvo, ou seja, um inquérito aos elementos da FNA e, na RUTIS-Porto, foi já desenvolvido algum trabalho de formação, que serviu de enriquecimento e compreensão para à estratégia a implementar.

É ainda apoiada por propostas de criação de instrumentos didáticos e pedagógicos de sensibilização e informação a implementar com a colaboração de instituições junto da população, bem como, também, por uma visão/proposta formativa para a população adulta, desenvolvida junto de grupos e organizações de cidadãos, potenciando uma nova atitude de cidadania participativa e responsável para atingir uma maior resiliência das comunidades e uma maior literacia para os riscos.

É já assumido, ainda que informalmente, de que o 4º Pilar da proteção civil é o cidadão, uma vez que o art.º 1 da lei de Bases de proteção civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto)), refere: *“A proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos...”*. Portanto, este só pode ser verdadeiramente Pilar, e ter verdadeira responsabilidade se estiver devidamente informado, sensibilizado, treinado e preparado para ser agente ativo neste processo de construir resiliência. E,

assim, todos sermos capazes de tornar as nossas cidades resilientes, vencendo o desafio global da segurança face aos riscos cada vez mais complexos.

A consciência social dos riscos deve-se cada vez mais ao fato das populações exigirem da comunidade política, científica e dos gestores do risco uma atitude pragmática e com maior capacidade de assegurar às comunidades a sua segurança face aos riscos, particularmente aos de origem natural, cada vez mais presentes no dia-a-dia das populações, quer pelo aumento da sua gravidade e dos seus efeitos, quer devido às alterações climáticas em curso.

Resumindo, devemos tornar a sociedade mais resiliente aos riscos, levando o desafio a determinadas instituições, de modo a assumirem um papel de responsabilidade social nesta área, na máxima de que a proteção civil somos todos e cada um de nós.

Esta dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos:

- Capítulo 1: apresenta-se a introdução e o enquadramento do trabalho desenvolvido.
- Capítulo 2: é apresentado o estado da arte, ou seja, é feita uma abordagem da prevenção e sensibilização para os riscos, uma abordagem aos conceitos de literacia e de educação para os riscos, bem como da legislação existente, quer no âmbito internacional quer nacional. É apresentada uma abordagem à estratégia para a resiliência ao nível da comunidade europeia, da comunidade nacional e das organizações, com destaque para as que envolvem adultos em ações de voluntariado e/ou de formação.
- Capítulo 3: é apresentado o estudo de caso, onde é abordada a estrutura do questionário criado para a recolha de dados, junto do grupo alvo escolhido, no caso, a Fraternidade de Nuno Álvares (FNA), associação de escuteiros adultos. Neste capítulo, abordamos ainda uma ação de formação desenvolvida para adultos, no âmbito da RUTIS-Porto (Rede Nacional de Universidades Seniores, Pólo do Porto). Por último no capítulo 3, é apresentada a conclusão e as propostas de uma metodologia estratégica para um novo paradigma de literacia e de educação para os riscos, com um conjunto de dinâmicas a aplicar ao nível das entidades públicas e privadas.
- Capítulo 4: são expostas as considerações finais.

Em síntese, neste capítulo temos uma descrição das intenções e propósitos deste trabalho e, a metodologia utilizada para a obtenção dos resultados a atingir, bem como ainda, uma descrição da estrutura da dissertação.

2.1 Prevenção e sensibilização para o risco

A preocupação de encontrar as melhores estratégias do ponto de vista global, para a redução de catástrofes, tem passado particularmente por melhorar a prevenção e a sensibilização para o risco das diferentes comunidades, envolvendo várias organizações de âmbito internacional.

A Organização das Nações Unidas (ONU), através da Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes (ISDR) tem sido extremamente ativa no quadro dos esforços globais para a redução e mitigação de catástrofes. A ONU tem como objetivo central, construir comunidades convenientemente preparadas, sendo a sua estratégia promover uma maior consciência da importância da redução de catástrofes como parte integrante do desenvolvimento sustentável, assente em 4 medidas-chave:

- melhoria da informação e sensibilização públicas;
- obtenção de compromisso político das autoridades públicas;
- estímulo das parcerias público-privadas;
- promoção do conhecimento científico no domínio da redução de catástrofes.

A Conferência Mundial sobre Prevenção de Catástrofes reunida em Kobe, no Japão, em janeiro de 2005, produziu um documento: o Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015 o qual define um plano para uma década, de proteção do planeta contra os efeitos nefastos das catástrofes naturais.

Na abordagem sobre a estratégia internacional de redução de desastres, (Rodrigues, 2010), refere que o Quadro de Ação de Hyogo foi formulado tendo em conta um conjunto de ações globais e orientadas para responder ao impacto dos desastres a nível nacional. Basicamente, a estratégia internacional é constituída por um conjunto de cinco prioridades correlacionadas por um conjunto de atividades essenciais e definidas pelo Quadro de Ação.

O Quadro de Ação de Hyogo enuncia prioridades de ação, nomeadamente:

1. a dimensão política e tem como objetivo assegurar que a redução do risco de desastres é uma prioridade nacional e tem como atividades essenciais:

- quadro institucional e legislativo nacional (implementação da Plataforma Nacional para a redução de desastres);
- recursos;
- identificar, avaliar e monitorizar riscos de desastres e promover sistemas de alerta precoce;

2. a dimensão científica, tem como objetivo desenvolver uma cultura de segurança e resiliência baseada no conhecimento e educação e devido a lacunas identificadas, foram consideradas como essenciais duas atividades:

- avaliação dos riscos a nível nacional e local;
- avisos atempados.

3. a dimensão social e tem como objetivo central construir uma cultura de segurança e de resiliência através do conhecimento, da inovação e da educação e apresenta como atividades essenciais:

- gestão e partilha de informação;
- educação e a formação;
- pesquisa;
- sensibilização do público.

Nesta prioridade é considerado que o risco de desastres nunca é nulo, mas quando as populações estão devidamente informadas e quando elas adquirem uma cultura de prevenção, este pode ser reduzido ou atenuado. Assim, esta prioridade pretende criar condições para tornar as populações, agentes ativos do processo de prevenção e de recuperação dos desastres, facultando um maior controlo sobre os acontecimentos extremos.

4. a dimensão das vulnerabilidades e tem como objetivo reduzir os fatores de risco subjacentes. Refere Rodrigues, T. (2010 Pág. 225), que *“Este assunto foi de tal forma debatido, que no final da Década Internacional, na sequência de uma recomendação da Nações Unidas, foi abolido o adjetivo “natural” diante do substantivo desastre, com base no entendimento, que os desastres são a consequência de uma associação entre os eventos naturais e as vulnerabilidades sociais e humanas. Nesta lógica, a ocorrência de um furacão no meio do mar ou a destruição de uma ilha deserta desabitada, não são considerados desastres, apenas eventos naturais. O conceito de desastre surge associado fundamentalmente aos danos que provocam os eventos extremos sobre o homem e os seus bens.”*

Para a concretização desta prioridade foram consideradas como atividades essenciais:

- gestão ambiental e os recursos naturais;
- boas práticas em matéria de desenvolvimento social e económico;
- desenvolvimento do território e a adoção de medidas técnicas adequadas.

5. A dimensão da ação de emergência face aos desastres e tem como objetivo o reforço da preparação da resposta a desastres a todos os níveis. É assumido nesta prioridade que é possível limitar, consideravelmente, as consequências dos desastres e das perdas se as autoridades competentes, os cidadãos e as comunidades estiverem dotadas de um conjunto de conhecimentos e de capacidades que lhes permitam gerir e reagir eficazmente durante e após o desastre. Para a concretização desta prioridade foram consideradas as seguintes atividades essenciais:

- reforçar capacidades de gestão em situação de desastre;
- apoiar o diálogo interinstitucional;
- fundo de calamidades/desastres.

Este quadro veio reforçar a consciencialização internacional para a necessidade da redução do risco de catástrofes.

A Organização Internacional de Proteção Civil (OIPC), também conhecida pela sigla anglo-saxónica ICDO (International Civil Defense Organization), com sede em Genebra, é uma organização intergovernamental cujo principal objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento, ao nível estatal, de estruturas capazes de garantir a proteção e a assistência às populações e ainda a salvaguarda da propriedade e do ambiente face a catástrofes de origem natural e tecnológica.

A OIPC é ainda a organização promotora do Dia Internacional da Proteção Civil, comemorado todos os anos a 1 de março, dia em que entrou em vigor a Constituição desta organização. Esta iniciativa visa atrair a atenção de todos os países do mundo para a importância dos temas associados à Proteção Civil, nomeadamente para a prevenção. Ao abrigo desta comemoração, os países são encorajados a promover toda uma série de iniciativas junto da população.

Estas sinergias de intenções e vontades políticas dão origem, quer a nível internacional quer ao nível nacional, ao surgimento de instrumentos legislativos para a concretização desta cultura de segurança das populações, como o objetivo de as tornar mais resilientes ao risco.

2.2 Legislação

2.2.1 Internacional

Uma das principais medidas foi a criação através da Diretiva Comunitária 91/396/EEC, de 2 de julho, do número de telefone de emergência único – 112, o qual foi implementado por todos os Estados-Membros da UE. O número europeu único de emergência está implementado em quase todos os Estados-Membros embora em alguns casos funcione em simultâneo com outros números de emergência, geralmente associados aos diferentes sistemas: polícia, ambulâncias e incêndios.

Foi sem dúvida uma medida primária muito importante para a globalização de padrões de alerta e pedido de socorro.

Em setembro de 2001, a Comissão Europeia criou um mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada, dentro e fora da União Europeia, em intervenções de socorro no âmbito da proteção civil que pudessem exigir uma resposta urgente. Foi assim criado um Mecanismo de Proteção Civil por uma Decisão do Conselho de 23/10/2001, que estabeleceu um Mecanismo Comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada no quadro das intervenções de socorro da Proteção Civil, cuja primeira reformulação teve lugar em 2007, através da Decisão 2007/779/CE. Esta legislação mantém o pressuposto do fortalecimento da cooperação entre a UE e os Estados-Membros, de forma a facilitar a coordenação no campo da proteção civil e a melhorar a eficácia do sistema de prevenção, preparação e resposta a desastres naturais e de origem humana.

Em 2013, ocorreu um importante momento de viragem, com a conclusão, em dezembro, de um longo processo negocial e consequente adoção de um novo Mecanismo de Proteção Civil da União (DECISÃO N. o 1313/2013/UE do parlamento europeu e do conselho de 17 de dezembro de 2013). Este Mecanismo veio dotar a União de um instrumento mais disponível, com a criação de uma reserva comum voluntária de capacidades, mais transparente, com a simplificação de procedimentos na área do financiamento e mais solidário ao permitir que outras organizações, tais como as Nações Unidas, as suas agências ou outras organizações internacionais relevantes, possam ativar este Mecanismo. Este novo Mecanismo dá maior destaque à gestão dos riscos, à prevenção e preparação de desastres, criando para tal uma capacidade europeia de resposta à emergência, passando do atual sistema *“ad hoc”* para um sistema mais previsível e confiável, que irá permitir uma melhor coordenação no planeamento da resposta, ao nível europeu e em todos os Estados-Membros. Uma resposta bem coordenada evita a duplicação de esforços e garante que a assistência corresponde às necessidades reais da região afetada.

O Mecanismo assenta fundamentalmente nos seguintes pressupostos:

- criação de um Centro de Coordenação de Resposta e Emergência (CCRE – anterior MIC), a funcionar desde maio de 2013 e sediado em Bruxelas, que proporciona uma capacidade total de 24/h para monitorizar e responder às emergências, garantindo que os Estados-Membros sejam plenamente informados da situação e assim decidir, de forma coordenada, sobre o tipo de prestação de assistência a dar, bem como a rápida mobilização dos recursos que em breve estarão disponíveis na base de dados;

- criação da Capacidade Europeia de Resposta de Emergência (CCRE), que se traduz numa reserva comum voluntária de capacidades previamente afetadas pelos Estados-Membros, por peritos com a formação adequada;
- Sistema Comum de Comunicação e Informação de Emergência (SCCIE) entre as autoridades dos Estados-Membros, responsáveis pela Proteção Civil e os serviços competentes da Comissão – CECIS (Common Emergency, Communication and Information System);
- um Programa de Formação, destinado a reforçar as capacidades de reação aos acontecimentos e melhorar a coordenação e a transmissão de conhecimentos entre as equipas de intervenção.

O novo o Mecanismo Europeu aprovado em este ano, veio tornar o bloco mais solidário, com a introdução de novas alterações, com destaque para o reforço da salvaguarda de todos os cidadãos do espaço comunitário em caso de catástrofe. Permite também que a UE passe a estar dotada de uma reserva de meios próprios de proteção civil para fazer face a catástrofes em qualquer dos Estados-membros. A partir *de agora*, a Comissão Europeia fica com a possibilidade de, se não conseguir adquirir logo os meios necessários, até de os poder alugar. Fica aqui a certeza de que haverá uma proteção maior para as pessoas em caso de incêndios, em caso de inundações, em caso de uma catástrofe.

2.2.2 Nacional

a) Legislação estruturante

De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil, estabelecida pela Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, alterada pela Lei nº. 80/2015, de 3 de agosto (segunda alteração), *“a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”*. Entre os seus objetivos fundamentais, encontra-se a informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades. A Lei de Bases da Proteção Civil, no seu art.º 4.º, nº.2, alínea c), refere igualmente que os programas, nos diversos níveis de escolaridade, devem incluir matérias de proteção civil e autoproteção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adotar no caso de acidente grave ou catástrofe (art.º 7.º).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 73/2013 de 31 de maio, a então ANPC, hoje com a nova designação de Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), tem atribuições no âmbito da previsão e gestão de risco e planeamento de emergência, da atividade de proteção e socorro, das atividades dos bombeiros, dos recursos de proteção civil e da aplicação e fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis no âmbito das suas atribuições.

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, faz o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal.

O Decreto-Lei 44/2019 de 1 de abril, procede a segunda alteração da lei nº 65/2017, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro e, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil, ao abrigo das alíneas a) e d) do art.º 14º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

b) Legislação orgânica da proteção civil

Da legislação orgânica destaca-se:

Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de Outubro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, constando no seu art.º 2, com destaque para as alíneas: “*d) Promover o levantamento, previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro*” e alínea “*e) Organizar um sistema nacional de alerta e aviso.*”

Decreto-Lei 45/2019, de 1 de abril – produz a última alteração da lei orgânica da ANEPC, desta vez procedendo à alteração da sua designação, passando de Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) para Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), devido ao alargamento do seu âmbito de ação, ou seja, a atribuição de novas competências da ANEPC para fazer face a emergências.

c) Legislação complementar da proteção civil

Despacho do Ministro da Administração Interna n.º 6915/2008, de 10 de março – Dia da Proteção Civil, que vem considerar, por isso, que se impõe promover, anualmente, uma jornada de reflexão, ao nível nacional, comemorativa e mobilizadora dos valores prosseguidos pela proteção civil, envolvendo toda a comunidade e os cidadãos.

A Portaria 91/2017, de 02 de março, define o âmbito, o modo de reconhecimento e as formas de cooperação em atividades de proteção civil das organizações de voluntariado de proteção civil, designadas por OVPC, definindo no seu art.º 4 as formas de cooperação, de onde se destaque no seu n.º 1, n.º 1, entre outras a alíneas a) que refere como cooperação *“Promoção de ações de sensibilização e de informação das populações no domínio da proteção civil e da autoproteção face a riscos”* e na alínea b), que refere igualmente como cooperação *“Realização de ações de formação orientadas para a educação para o risco e para a autoproteção”*.

d) Outros instrumentos orientadores

Recomendação n.º 5/2011, de 20 de outubro de 2011, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, apresenta uma estratégia sobre Educação para o Risco, centrada na Escola. A estratégia pretende envolver também a família e a comunidade, parceiros como as autarquias, museus, media, entidades específicas como a ANEPC. Desta forma pretende-se assim, abranger o ensino formal e não formal e a educação ao longo da vida com o objetivo de promover uma cultura de escola que integre os riscos e a sua prevenção/preparação. E ainda pretende fomentar a informação em diferentes suportes e promova a formação de educadores e professores.

Protocolo entre a Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) para a criação do Referencial de Educação para o Risco (RERisco). Este Referencial é destinado à Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho). Este referencial sob a forma de manual, apresenta-se como uma oferta de componentes curriculares complementares, para os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

A ANEPC organiza desde 2013, Cursos Gerais de Proteção Civil destinados a educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário. Esta formação insere-se no âmbito das políticas públicas de educação para o risco.

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, estabelece os princípios orientadores da Educação para a Cidadania, com o objetivo de contribuir para a definição de conteúdos e orientações programáticas indispensáveis ao reforço do seu carácter transversal ao currículo.

Em síntese, por um lado, para além da legislação nacional, existe legislação de âmbito genérico de cariz estratégico, que a comunidade internacional (ONU e União Europeia) propõe aos diferentes estados a sua aplicação em território nacional, sendo a legislação ajustada à realizada de

Portugal, para regular a educação para o risco, com mais ou menos políticas e instrumentos de concretização implementados.

2.3 Educação para o Risco

Na questão da prevenção e sensibilização para o risco, a comunidade internacional, mais concretamente a ONU, instituiu o dia 13 de outubro, como o Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, com o objetivo de sensibilizar governos, organizações e cidadãos de todo o mundo, para a necessidade de desenvolverem ações que contribuam para prevenir riscos e reduzir vulnerabilidades, aumentando a resiliência das comunidades.

A marcação deste dia comemorativo, com início em 1988, resulta de um apelo da Assembleia Geral das Nações Unidas para se dedicar um dia à promoção de uma cultura global de consciencialização para o risco e redução das catástrofes. O dia celebra o esforço dos indivíduos e das comunidades em todo o mundo, na redução da exposição às catástrofes e da sua consciencialização.

Naturalmente, importa, que cada país promova as ações necessárias à concretização deste propósito, quer na criação de legislação estruturante, quer na criação de instrumentos sociais, educacionais e outros, que levem de fato ao empenho de todos, na concretização das ações para a redução de catástrofes e dos seus efeitos sobre as pessoas, património e ambiente.

Em Portugal, a educação para o Risco, surge esplanada na Lei de Bases da Proteção Civil, Lei nº. 80/2015, de 3 de agosto (segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho). O direito dos cidadãos à informação e formação em matéria de proteção civil, está consagrado nesta lei, preconizando a inclusão no currículo escolar nos seus diversos graus, de matérias de proteção civil e autoproteção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento, a adotar por instituições e por cidadãos, no caso de acidente grave ou catástrofe.

Assume-se que, no cumprimento da Lei de Bases da Proteção Civil, o então Serviço Nacional de Proteção Civil (cuja designação foi posteriormente alterada, sendo que este serviço da administração central dependente do Ministério da Administração Interna), passou a designar-se por Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). Posteriormente, viu novamente revista e alterada a sua designação em março de 2019 pela nova Lei Orgânica da ANEPC, publicada pelo Decreto-Lei 45/2019, de 01 de abril, por força do alargar das suas competências, passando a designar-se agora, por Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). A ANEPC procedeu à edição de um manual “A Proteção Civil em Casa”, destinado a fomentar o conhecimento

dos cidadãos em matéria de medidas de autoproteção, quando confrontados com os principais acidentes/catástrofes que podem ocorrer, afetando-os no seu espaço doméstico familiar.

Assim, o manual “A Proteção Civil em Casa”, SNPC, editado pelo então Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC), lança à sociedade civil um desafio para aumentar a resiliência dos cidadãos em geral, com o objetivo da criação de uma cultura de prevenção, tendo em atenção os diferentes tipos de acidente, indicando os procedimentos a adotar, antes, durante e depois, de uma qualquer emergência grave e/ou catástrofe.

Mas, mais resiliência, implica que a população tenha um nível de literacia necessário e suficiente, que a permita perceber o risco, fazer a sua gestão e mitigação. Contudo, o nível de literacia está muito dependente do conhecimento/formação que for disponibilizado à população, seja ela, população escolar e/ou população adulta.

Podemos concluir que poderemos estar perante um instrumento potenciador de uma ação de educação informal, se ficar ao critério de cada um a sua autoeducação/formação. Mas estará a população sensibilizada para tal? Terão os cidadãos capacidade de literacia suficiente para os riscos, para interpretar e compreender a dimensão da informação (vasta e por vezes muito técnica) sem ter oportunidades reais de educação e sensibilização? Se este manual for considerado e utilizado como um instrumento base de uma ação organizada, programada e suportada por um desenvolvimento curricular, de uma qualquer organização/entidade voltada para a formação/educação, então, estaremos perante uma oportunidade de educação formal, no caso educação para o risco, direcionada na base para a população adulta, suportada na dinâmica da preparação da família, para a sua segurança.

A ANEPC disponibiliza na sua página oficial (www.prociv.pt) uma coleção de folhetos designada por “Prevenção e Proteção”, composta por 21 folhetos dirigidos ao público adulto, abordando 13 temas de riscos e suas medidas de autoproteção. Apesar de ser um excelente contributo, a título de exemplo, na abordagem diária aos meus alunos, *[refiro-me à minha experiência como professor da disciplina de Ambiente, Proteção de Pessoas e Bens, vertente proteção civil, no polo do Porto da Rede de Universidades Seniores (RUTIS-Porto)]*, fica a sensação que talvez o público em geral não esteja a recorrer a estes instrumentos de informação/sensibilização da ANEPC. Na sua maioria, os meus alunos no início das aulas em setembro de 2018, não tinham conhecimento destes folhetos e dos seus conteúdos. Considerando que muitos destes são professores e outros funcionários públicos de outras áreas da administração, à partida são pessoas que facilmente poderiam ter conhecimento e acesso aos referidos folhetos, denota aqui alguma fragilidade no conhecimento destes recursos.

No quadro das suas atribuições e num esforço de articulação de ações, o Instituto da Água. IP. (INAG), a ANEPC, o Instituto de Socorros a Náufrágios (ISN), e a Administração Hidrográfica Regional, do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, editaram um folheto temático sobre o tema: “Arribas: Quedas de Blocos e Desmoronamentos Podem Ocorrer e Constituir Risco”, ANEPC. (2019) visando a minimização do risco associado às atividades humanas junto destas formas geológicas de encontro entre a terra e o mar.

Por último, podemos ainda encontrar na página oficial da ANEPC, um folheto “Visitar a Estrela em Segurança”, ANEPC. (2019) abordando os riscos inerentes à uma visita à Serra da Estrela, apresentando as medidas de autoproteção, sendo igualmente um instrumento de sensibilização/formação de quem visita a serra, para o fazer em segurança. Mas também aqui, a percepção existente, é de que a esmagadora maioria dos visitantes da serra desconhecem este folheto e/ou pelo menos não o valorizam, dados os inúmeros episódios de socorro na serra, por falta da adoção das medidas de segurança e de autoproteção de quem a visita e a utiliza de modo turístico e /ou desportivo.

Desde 2013 que a ANEPC organiza cursos “Cursos Gerais de Proteção Civil”, ANEPC. (2019) que abordam diversos temas, nomeadamente: proteção civil; riscos coletivos e vulnerabilidades; medidas de prevenção e autoproteção; comportamento humano em situações extremas, destinados especificamente a educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário. Esta medida está inserida no âmbito das políticas públicas de educação para o risco. Contudo a não obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares de uma disciplina de proteção civil, torna ineficaz e não rentabiliza o investimento na realização dos cursos, pois na prática, os Educadores e Professores não tem a possibilidade real de exercer junto dos seus alunos e comunidade escolar verdadeiramente esse conhecimento, dado o seu carácter de não obrigatoriedade.

Para além do que é disponibilizado para a população adulta, o que nos parece ser muito pouco e frágil em termos de sensibilização/formação, surgem algumas ferramentas direcionadas para a população escolar mais jovem, apesar de uma vez mais não ter carácter de obrigatoriedade de aplicação.

Assim no âmbito da formação da população escolar, existe o guia “Manual de utilização, Manutenção e Segurança das Escolas – 2ª Edição”, ME, S. G. (2003) que recomenda que a temática da segurança esteja integrada no Projeto Educativo da escola, tendo em vista uma melhor sensibilização de todos e a contribuição para o desenvolvimento de um comportamento coletivo de segurança. O Manual surge na base dos princípios orientadores da reforma estrutural do

Ministério da Educação, operada pelo Decreto-Lei nº 208/2002, de 17 de Outubro e tem como objetivo, ajudar os órgãos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino a encontrar em cada escola soluções apropriadas à resolução dos problemas que se colocam em termos da segurança de pessoas e bens.

Por outro lado, o Ministério da Educação e Ciência editou e divulgou o manual “Referencial de Educação para o Risco (RERisco)”, (Ministério da Educação e Ciência, 2015), que surge como documento orientador para implementação da educação para o risco, desde a Educação Pré-Escolar até aos Ensinos Básico e Secundário. Assume-se aqui, com esta estratégia de elaboração do manual, que as crianças e os jovens são importantes agentes de mudança, quer pela aquisição de conhecimentos, quer enquanto transmissores às suas famílias de uma cultura de prevenção. Recorda-se que a sua aplicação, na dinâmica educativa da escola, é meramente facultativa.

Disponibilizado pela ANEPC, através do Comando Distrital de Operações de Socorro da Guarda, o livro digital “Nós e os Riscos” editado em 2012, ANEPC. (2012) contém informações sobre riscos naturais e tecnológicos, prevenção rodoviária, entre outros domínios de atuação da proteção civil.

A ANEPC disponibiliza ainda na sua página oficial uma Coleção de folhetos designada por “Prevenção e Proteção”, composta por 7 folhetos dirigidos ao público juvenil, abordando 7 temas de riscos e as suas medidas de autoproteção.

Em resumo, a legislação base (Lei de Bases de Proteção Civil) aponta a inclusão no currículo escolar de matérias de proteção civil e autoproteção escolar nos seus diversos graus, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adotar no caso de acidente grave ou catástrofe. No entanto, deixa a população adulta em geral, sem uma solução de educação/formação estruturada e suportada por publicações voltadas para este tipo de ensino (Educação de Adultos e formação profissional), para além do manual “A Proteção Civil em Casa”. O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) promove módulos de formação, apenas e só para desempregados, não sendo, portanto, uma oferta aberta a toda a população.

As próprias estratégias propostas na Recomendação sobre Educação para o Risco (Recomendação n.º 5/2011, de 20 de outubro de 2011, publicada em D.R. nº. 202, 2.ª Série, de 20 de outubro), EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE, (2011), elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, centram-se apenas na Escola, embora faça referência também ao envolvimento da família, da comunidade e ainda ao envolvimento com parceiros como a ANEPC, as autarquias, museus, média, etc. Esta estratégia, refere que os seus objetivos são 1) promover uma cultura de escola que integre os riscos e a sua prevenção/preparação, 2) fomentar a informação em diferentes

suportes e 3) promover a formação de educadores e professores, 4) abranger o ensino formal e não formal e a educação ao longo da vida.

2.3.1 Definição de conceitos

a) Educação

A educação, segundo a constituição portuguesa [CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA VII REVISÃO CONSTITUCIONAL (2005)] considera os pais e a família como o principal fator educacional, confirmando legalmente os seus deveres naturais de orientação da educação dos filhos, cabendo ao Estado a prestação de toda a ajuda nesse sentido:

- Refere no ponto 5 do art.º 36º que: "*Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos seus filhos*".

É ainda referido na lei base do país, designadamente:

- No ponto 1 do art.º 43º, que: "*É garantida a liberdade de aprender e ensinar...*"

Embora não defina o que entende por "*Educação*", a Constituição mostra claramente, porém, que não a confunde com "*Ensino*", ao atribuir para cada um dos conceitos um artigo diferente:

- O art.º 73º, refere-se à "*Educação, Cultura e Ciência*";

"1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva."

- O art.º 74º refere-se a "*Ensino*":

"1. Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

2. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado:

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;

c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo;

d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística;

e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino;

f) Inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das atividades económicas, sociais e culturais;”

Expressa-se deste modo, portanto, a ideia de que a Educação e Ensino não são sinónimos e que o fator mais importante na Educação é a Família, embora o ensino e a escolaridade sejam também fatores importantes.

Das muitas formas como é entendida a educação, em (Faria, 2007) numa referência a L. Santos (2003, pág. 23), para este, esta é entendida como uma determinada prática para *“pretende levar ao desenvolvimento de todas as facetas da personalidade humana.”*

Como é também referido em (Faria, 2007) numa referência a René Hubert (1996), filósofo teórico da área da pedagogia este refere que *“a educação é o conjunto das ações e das influências exercidas voluntariamente por um ser humano num outro, em princípio por um adulto num jovem e orientadas para um fim que consiste na formação, no jovem, de toda a espécie de disposições que correspondem aos fins a que é destinado quando atinge a maturidade”.*

Podemos ainda dizer que, em reforço do conceito, que a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto num jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos diferentes contextos, sejam eles: sociais; económicos; culturais e políticos de uma sociedade.

Tambem em (Faria, 2007) na abordagem da educação e formação é referido Abílio Figueiredo (2004), em que este refere que qualquer sociedade transporta algo intrínseco, ideais e valores a preservar e os seus modelos de educação podem ser eventualmente diferentes de sociedade para sociedade, de cultura para cultura, assim como o foram em termos de evolução histórica. Não é estranho, também, que várias instituições procurem assumir-se como os vetores fundamentais da educação. Para além das boas intenções é uma forma, talvez, de controlar a dinâmica social. Nas sociedades abertas, como é o caso da nossa, as funções educativas são repartidas pela família, pelo Estado e por instituições privadas e, nalguns casos, pela sociedade civil. Pode dizer-se que o Estado tem um papel de equilíbrio na dinâmica da educação.

Para falar do caminho da educação em (Faria, 2007) é igualmente referenciado Renaud (2000), quando este refere que falar do caminho da educação é falar do desenvolvimento do ser

humano em direção ao futuro. Ao dar lugar ao caminho educativo, o sujeito abre-se ao mundo, alcança novas qualidades porque não se limita a interiorizar o saber e o mundo em si, mas a implementar traços de criatividade que o projetam para o futuro. Dá assim originalidade e singularidade a si mesmo, adquirindo a sua própria visão do mundo. Não é só o mundo dos objetos, mas a forma como cada um se situa, age e reage face aos outros.

Na última década, temos vindo a assistir a um debate sobre as novas exigências da *‘sociedade da informação’* no que diz respeito à educação ao longo da vida, centrando-se essencialmente, essa discussão na educação e formação profissional de adultos não-escolarizados ou com qualificações obsoletas para eficientemente funcionarem e se integrarem nas lógicas de organização social impostas pela mundialização e competitividade económicas.

Na educação ao longo da vida, ou seja educação de e para adultos, o que se conceptualiza como educação permanente numa perspetiva pluridimensional, (Gomes, 2002), p. 25, refere que *“A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. O saber, o “saber-fazer”, o “saber viver juntos” e o “saber-ser”, constituem quatro aspetos, intimamente ligados, duma mesma realidade. Experiência vivida no quotidiano, e assinalada por momentos de intenso esforço de compreensão de dados e de factos complexos, a educação ao longo de toda a vida é o produto duma dialética com várias dimensões”*

Apesar de várias mudanças na formação de adultos ao longo dos anos, o ano de 1986 destaca-se como o início da reforma educativa e com a criação da Lei de Bases do Sistema Educativo. Como refere, ainda, (Gomes, 2002), p. 29, *“a enunciada a pluralidade de dimensões da educação de adultos (multiformes e construídas a partir de diferentes dinâmicas sociais), esta acaba por se transformar, essencialmente, numa rede pública oficial e escolarizante que proporciona a certificação até ao 3º ciclo do ensino básico, ou seja, a conclusão da escolaridade obrigatória através do ensino recorrente”*, o que expressa bem de que a formação de adultos não é ainda verdadeiramente abrangente, quer do ponto de vista socializante, quer da cidadania, face às realidades atuais, ficando muito agarrada a programas escolares padrão e meramente curriculares.

Também aqui, se pode verificar que não foi verdadeiramente valorizada a formação da cidadania para o risco, como resposta ao projeto internacional de construção de cidades resilientes. Só teremos cidades resilientes se, tivermos cidadãos resilientes e, para isso, teremos que ter cidadãos com elevada literacia para o risco, garantindo assim a capacidade para podermos dizer

que a educação para o risco é uma aposta de educação, também, num programa de formação de adultos.

Também (Alarcão, 2001) pag. 22 refere a necessidade de uma nova visão de educação para e na cidadania: *“Entre as contradições da sociedade atual dá-se conta da competitividade, do individualismo e da falta de solidariedade em um mundo que tanto se globalizou e aproximou as pessoas. Vive-se em alienação. Talvez se deva a isso mesmo a intensidade com que novamente se tem valorizado a educação para a cidadania. Já neste texto afirmei que a escola não pode colocar-se na posição de meramente preparar para a cidadania. Nela se tem de viver a cidadania, na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na atenção e no interesse pelo outro, no respeito pela diversidade, na correta tomada de decisões, no comprometimento com as condições de desenvolvimento humano, social e ambiental. Esta também é uma cultura a ser desenvolvida e assumida. Uma educação a ser feita a partir da vida da escola.”*

Em (Hortas, M. J & Campos, J., 2014) p. 1 e p. 3, o Conceito Educação Não Formal (ENF), *“na educação para a cidadania, na integração social, nos percursos educativos formais e, ainda, nos itinerários específicos de integração social de populações com origens diversas.”*. Referem ainda que *“Na perspetiva apresentada a ENF assume-se como potenciadora de laços e nós entre comunidades locais de acolhimento, população imigrante e espaços de educação formal. Uma rede complexa de agentes e atores que é desejável que, ao nível local, se organizem no sentido da inclusão social”*, conceito que surge relacionado com práticas, processos, estratégias e, também, aprendizagens que revelam ter efeitos multiplicadores em diversas esferas da vida social.

Por seu lado (Bruno, 2014) numa abordagem aos processos educativos não formais a partir da segunda metade do século XX, fenómeno este que se situa nas práticas emergentes de educação de adultos no período pós 2ª guerra mundial, refere que Canário (2006) identifica estes processos educativos não formais através da imagem da face não visível da lua, *“neste sentido, o valioso património e potencialidades destas experiências educativas. A educação não formal é entendida no âmbito das “situações educativas (não formais ou informais) que se distinguem e demarcam do formato escolar” e se “situam num continuum”* (Canário, 2006, p.3). Refere ainda que, Trilla-Bernet, (2003) numa definição simplista da trilogia, a partir do critério estrutural associa que *“a educação formal ao ensino regular, a não formal a todos os processos educativos estruturados e intencionais que ocorrem fora da escola e a informal às aprendizagens realizadas em contextos de socialização (família, amigos, comunidade)”*.

Desta abordagem, podemos entender que a educação formal requer: tempos e locais específicos, pessoal especializado, organização, sistematização sequencial das atividades,

disciplina, regulamentos e leis, órgãos superiores. Tem ainda a particularidade de ter um carácter metódico e organiza-se por idades/níveis de conhecimento.

Igualmente (Bruno, 2014), destaca (Gohn, 2006) em que este, refere que, na educação não formal o educador é “o outro” com quem se interage ou se integra. Nesta abordagem, o local, espaço ou território onde se educa, assumem-se como fundamentais, pois acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, logo nas comunidades, onde as instituições locais, associativas, culturais, clubes de leitura, Universidades Seniores entre outras, podem ser locais onde esta abordagem formativa não formal, pode ser realizada. Refere (Bruno, 2014) p. 13, que, *“na educação não formal a finalidade consiste em abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos, bem como das relações sociais que este estabelece.”*

Ainda segundo (Bruno, 2014) p. 14, na educação informal, *“o agente do processo de construção do saber situa-se nas redes familiares e pessoais, ou nos meios de comunicação. A educação informal está associada ao processo de socialização dos indivíduos e, neste sentido, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence ou se frequenta.”* A educação informal, portanto, assume-se como um processo permanente e não organizado, onde os conhecimentos não são sistematizados, e a sua transmissão tem por base as práticas e da experiência anteriores e atua no campo das emoções, sentimentos e por vezes dos desafios que a sociedade lança, face a um conjunto de valores desenvolvidos na sociedade, quer local, quer global.

Mas o que é a educação?

A etimologia da palavra educação tem origem no latim e transporta diferentes significados.

Definir educação leva-nos para várias abordagens de definição, consoante as épocas e consoante os autores. Educação (do latim *educare*) no sentido formal é todo o processo contínuo de formação e ensino aprendizagem que faz parte do currículo dos estabelecimentos oficializados de ensino, sejam eles públicos ou privados.

A educação no seu sentido mais amplo, significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são legados de uma geração para outra geração, ao longo das várias gerações de cada comunidade, sociedade, países ou cultura.

Em síntese podemos dizer que a educação se revela como dinâmica e evolutiva, ajustada a cada geração ou, ajustada por essa mesma geração. Assim, a educação vai-se formatando e ajustando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo, em cada

época, ao longo da evolução dos tempos, tendo por referência a concepção da sua natureza e dos valores que a devem orientar.

b) Literacia

Etimologicamente, o termo deriva da palavra inglesa *literacy* (cuja origem é a palavra latina *litterati*) e, tal como em outros países, é a palavra portuguesa que remete para a leitura e para a escrita.

Refere (Azevedo, 2011) Pág. 17-18, citando uma abordagem de (Azevedo, 2009, p. 2), em que este refere que *“não existe uma forma única de garantir o sucesso em literacia, até porque é hoje tacitamente reconhecido que as literacias são múltiplas e que devem ser exercitadas tendo em conta as diversas práticas sociais...”* Refere ainda que *“Em reforço do conceito referido, a definição que organismos internacionais como a UNESCO (2004) ou a National Adult Literacy Agency (2004: 3) dão dela, mostram que a literacia se refere a um conceito que incorpora, no seu espectro semântico, processos de transformação social e política, muito para além da mera aprendizagem e domínio das técnicas de leitura e de escrita.”*

Por outro lado, (Gomes, 2002) p. 16, cita Benavente et al., (1996, p. 13) sobre o entendimento de literacia, as *“capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana”*. Não se pretende, portanto, dar conta de fenómenos estáticos e dicotómicos, como no caso da oposição alfabetismo-analfabetismo, mas sim, compreender a desigual distribuição das competências de leitura, escrita e cálculo, bem como, o uso que delas se faz em situações concretas da vida quotidiana. O conceito de literacia foi o que melhor traduziu a problematização sociológica de um fenómeno que, tal como o neologismo introduzido, é também ele recente (pelo menos enquanto preocupação social) no panorama educativo e social nacional.

Em (Carvalho, 2009) este refere o termo *“literacia científica”* como tendo surgido frequentemente associado aos objetivos da educação em ciências, interpretado tradicionalmente como a capacidade de ler e escrever. Refere ainda que: *“o termo literacia tem vindo a ser utilizado noutros contextos como literacia para a saúde, literacia informática, literacia cultural, literacia política e também literacia científica.”*

Refere ainda (Carvalho, 2009) que, Branscomb (1981, p. 5), recorre à raiz latina dos termos *“literacia”* e *“científico”*) definiu o conceito de *literacia científica* como *“a capacidade de ler, escrever e compreender o conhecimento humano sistematizado”*. Se por um lado o conceito de *“literacia”*, se refere à capacidade de ler e escrever, por outro, é associado ao conhecimento, à aprendizagem

e à educação, fazendo a interligação destes dois sentidos. Uma pessoa pode adquirir conhecimento, mesmo sem saber ler, através da transmissão oral ou, até mesmo da experiência de vida.

Refere também (Carvalho, 2009) que Nutbeam (2000) defende três níveis de literacia, designadamente:

- Literacia básica ou funcional – em que a pessoa tem competências básicas para a leitura e a escrita, de forma a poder funcionar eficientemente nas situações do quotidiano;
- Literacia comunicativa ou interativa – em que a pessoa tem competências cognitivas e de literacia mais avançadas que, em conjunto com competências sociais, lhe permite participar ativamente nas atividades do quotidiano, selecionar informação e dar-lhe significado e aplicar nova informação para ocorrer a mudança de situação;
- Literacia crítica – em que a pessoa tem competências cognitivas e de literacia ainda mais avançadas e que, em conjunto com competências sociais, é capaz de analisar criticamente a informação que recebe e usar esta informação para exercer maior controlo sobre os mais variados acontecimentos, nas diversas situações de vida.

Numa abordagem ao programa trienal PISA (“Programme for International Student Assessment”) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), (Carvalho, 2009) sobre conhecimentos e competências de jovens de 15 anos vem apresentar uma conceção de literacia científica de uma forma bastante alargada *“A literacia científica refere-se ao conhecimento científico e à utilização desse conhecimento para identificar questões, adquirir novos conhecimentos, explicar fenómenos científicos e elaborar conclusões fundamentadas sobre questões relacionadas com ciência; à compreensão das características próprias da ciência enquanto forma de conhecimento e de investigação; à consciência do modo como ciência e tecnologia influenciam os ambientes material, intelectual e cultural das sociedades; à vontade de envolvimento em questões relacionadas com ciência e com o conhecimento científico, enquanto cidadão consciente (OCDE, 2006 e 2007)”*.

2.3.2 Importância da Educação e da estratégia da Literacia para o risco

Uma sociedade moderna e desenvolvida, que se quer que seja sustentável, deve ser uma sociedade com um nível de cultura de segurança ajustada às exigências que os cidadãos de hoje fazem, face ao constante escrutínio das ações e omissões na segurança das e nas populações, acrescido pelo impacto de grandes acidentes e/ou catástrofes, como o foi o ocorrido em Portugal aquando dos incêndios florestais de 2017.

As catástrofes naturais e as causadas pela ação do Homem, ocorrem cada vez mais com grande frequência e gravidade. Apresentam uma complexidade de situações derivadas dos riscos naturais e tecnológicos, do desordenamento do território, ou das fragilidades do ordenamento, que obrigam a que cada cidadão esteja consciente do seu papel e que assuma as suas responsabilidades para se proteger, quer seja no seio da sua própria casa, quer seja num qualquer outro local.

É determinante para este tipo de sociedade moderna e desenvolvida que todos queremos construir (projeto das cidades resilientes), que todos saibamos evitar e/ou atenuar os efeitos de um acidente grave, catástrofe ou calamidade, sendo este um comportamento, cada vez mais, um dever reforçado de todos os cidadãos.

O saber “ler” os sinais dos riscos que nos envolvem e/ou que potencialmente nos podem vir a afetar, nomeadamente: sismos; inundações nas áreas urbanas; incêndios; explosões; descarrilamentos; acidentes de viação; intempéries; catástrofes aéreas; poluições de diversa natureza e, até mesmo, intolerâncias políticas, uma vez que o radicalismo cada vez mais presente no dia-a-dia das sociedades modernas, tendo como consequência o surgimento do terrorismo, nas suas mais variadas faceta e formas.

Sabendo que o risco por acidentes ou catástrofes (naturais e tecnológicos) nos pode afetar diretamente ou indiretamente, quer estejamos na nossa casa ou num qualquer outro local e as suas consequências podem ser imprevisíveis, com mais ou menos gravidade, podendo a nossa segurança depender de estarmos preparados (antes da ocorrência do evento), de sabermos reagir (durante o evento) e, posteriormente, se estivermos capacitados para recuperar/voltar à normalidade (após o evento).

A nossa resiliência será tão maior, quanto maior for a nossa literacia e educação para o risco, que é o mesmo que dizer o nível da nossa capacidade de prevenção e reação é uma das chaves da segurança e constitui um passo importante no facilitamento do socorro. Então, devemos ao nível da nossa casa/família, organizarmo-nos (plano de emergência familiar), saber interpretar os riscos, fazer a sua gestão e mitigação, passando pelo conhecimento e aplicação das medidas de autoproteção, ou seja, devemos ser capazes de fazer e ter atualizado o nosso plano de emergência familiar de forma a aumentarmos a nossa resiliência. A adoção de comportamentos de autoproteção, adaptados à vida que levamos e ao meio onde estamos inseridos, conhecendo e adotando as medidas preventivas, em casa e nos locais de trabalho, deve ser um desígnio de cidadania de cada cidadão.

Se ao cidadão, perante a lei, nomeadamente a lei de bases da proteção civil, lhe é atribuída responsabilidades, logo, além de ser uma questão de prudência individual é também uma questão

coletiva, de responsabilidade perante a lei que rege a nossa sociedade, que exige que cada um se assuma como cumpridor da mesma.

Mas apesar de a lei referir, o exercício pleno da responsabilidade do cidadão, no que concerne à sua autoproteção, isso implica, necessariamente, que o estado lhe disponibilize instrumentos de literacia e de educação para o risco, pois sem eles, dificilmente o cidadão pode cumprir a sua responsabilidade. Isto, porque hoje em dia, o que o estado disponibiliza resume-se a muito pouco e apenas potencia uma educação não vinculada, informal dos cidadãos. E se existir, nalguns casos, por parte dos mesmos um despertar individual dessa responsabilidade, deve-se sobretudo às notícias sobre os acidentes graves e às catástrofes e não a uma política efetiva de educação para o risco.

Importa que seja assumido verdadeiramente uma política de concretização para a resiliência da população, de modo a permitir uma verdadeira “construção” das cidades resilientes. Deve-se levar a educação para o risco às escolas, devidamente integrada nos planos curriculares e preparar e disponibilizar as oportunidades para essa mesma educação à população adulta. Só assim, poderemos ter um nível aceitável de literacia nos cidadãos, nas famílias, nas instituições, ou seja, na sociedade, para a construção de um novo paradigma de cultura de segurança. A nossa sociedade deve assumir que o socorro, será tanto mais eficaz quanto mais os cidadãos tiverem a capacidade de prevenção e de participação na segurança, quer no seio da família, quer da sociedade.

2.4 A estratégia para a resiliência aos riscos nas comunidades

2.4.1 - Ao nível da comunidade internacional

A ONU lançou em 2010 a Campanha “Cidades Resilientes” (“Making Cities Resilient: ‘My City is getting ready!’”) para realçar a importância do patamar local no desenvolvimento de comunidades resilientes.

Mas o que são cidades resilientes?

Podemos dizer que uma cidade resiliente, é aquela que tem um sistema com capacidade de resposta pronta e eficaz e em tempo útil, de uma comunidade ou sociedade exposta a riscos com capacidade organizativa, de “ler” os riscos, de mitigar, de resistir, de absorver, adaptar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo grave e/ou catástrofe de maneira tempestiva e eficiente. Uma população capacitada e sensibilizada para a sua auto-preservação, com capacidade de recuperação e restauração das suas estruturas básicas e funções essenciais, é certamente uma população resiliente, assegurando assim, que as cidades possam ser de fato cidades seguras e resilientes.

A ONU, através da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), lançou no final de 2009 a Campanha Internacional para a Redução do Risco de Desastre - Construindo Cidades Resilientes 2010-2015, que surgiu como uma das iniciativas mais visíveis de sempre no que respeita à temática do risco, desastre e resiliência, ainda que esteja muito por fazer neste desafio. O enfoque desta campanha era a abordagem da necessidade das comunidades locais, enfrentarem o problema do fatalismo associado ao desastre e desenvolverem um conjunto de boas práticas que lhes permitam resistir, adaptarem-se e recuperarem, com o objetivo de contribuir, assim, para uma cultura de segurança da cidadania participativa em toda a comunidade internacional.

Dos objetivos da Campanha Internacional para a Redução do Risco de Desastre - Construindo Cidades Resilientes 2010-2015, (UNISDR, 2012) constavam, entre outros:

- aumentar a consciencialização dos cidadãos e dos governos ao nível da redução dos riscos urbanos;
- incluir a temática da redução do risco no processo de planeamento, através de sessões participativas.

A Campanha Internacional para a Redução do Risco de Desastre pretendeu criar uma dinâmica em que uma cidade resiliente deverá ter em conta, destacando-se os princípios fundamentais seguintes:

- organização e coordenação de modo a compreender e reduzir os riscos de desastres, com base na participação de grupos de cidadãos e da sociedade civil.
- existência de programas de educação/formação/sensibilização sobre a redução do risco de desastres nas escolas.

Esta iniciativa tem, ao nível global, contribuído de modo concreto para a prossecução das prioridades e objetivos definidos no Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, que refere a implementação de medidas de redução de catástrofes por parte das autoridades locais, como um dos seus princípios orientadores.

Refere (Silva, 2018) que *“A construção da resiliência exige um esforço multissetorial, multidimensional e a coordenação de diversos interesses e grupos, além de requerer uma abordagem sistemática”*. Sem dúvida de que só uma dinâmica concertada, integrada e partilhada será a chave do sucesso para dotar as populações de capacidade de resiliência. Refere ainda (Silva, 2018) que no estudo desenvolvido pela OCDE há diferentes graus de resiliência entre as cidades. Se assim é entendido, então, implica que os decisores políticos e os gestores de proteção civil das cidades, precisam de avaliar a resiliência das suas cidades, identificar lacunas e propor medidas para preencher essas lacunas, o que obriga a que os serviços de proteção civil sejam, de fato,

instrumentos dinâmicos e permanentes aos diferentes níveis, com ênfase cada vez mais, no planeamento de proteção civil. A atitude de responsabilidade dos atores políticos, dos gestores e técnicos de proteção civil, faz com que a resiliência implique a criação de um esforço multisectorial e multidimensional, que exija uma coordenação efetiva entre diversos interesses e grupos, uma vez que a melhoria da resiliência implica uma mudança de mentalidade entre os cidadãos e todas as partes interessadas. Mas, tal só será possível, se dermos à população ferramentas para alterar a sua forma de perceção do risco, ou seja, aumentar a capacidade de literacia para os riscos, garantindo assim um resultado diferente no comportamento da população.

Em síntese, podemos concluir de que as ações da ONU, assentam em pressupostos que incluem o reforço da educação, com a existência de programas de educação, sensibilização e de formação da população, a consciencialização dos cidadãos e dos governos, numa responsabilidade partilhada e empreendedora para fazer face à redução dos riscos nas cidades. Para além disso, aponta igualmente para o pressuposto de que o planeamento de proteção civil deve chamar ao debate os cidadãos em sessões participativas, pois só envolvendo todos, cidadãos, sociedade civil, políticos, gestores e técnicos de proteção civil, se pode assegurar um planeamento eficaz e corresponsabilizado, para fazer face ao risco.

O Quadro de Ação de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, foi adotado pelos Estados-Membros da ONU em 18 de março de 2015, na Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Catástrofes na Cidade de Sendai, na província de Miyagi, no Japão, da qual sai uma declaração, com as linhas globais orientadoras, designada declaração de Sendai.

DECLARAÇÃO DE SENDAI

A urbanização não controlada gera riscos, aumentando a exposição e vulnerabilidade de pessoas e bens. Considerando que, até 2050, 66% da população mundial viverá em áreas urbanas, o conceito da resiliência precisa ser incorporado à gestão e planeamento governamentais a fim de construirmos cidades sustentáveis.

1. Nesse sentido, o quadro de ação de Hyogo exerceu papel de destaque na última década quanto ao desenvolvimento da capacidade de resiliência das nações e das comunidades subnacionais e locais, com relação à prevenção de riscos de desastres. O resultado foi a conscientização pública, mobilização de comissões políticas, e, por fim, capacitação em nível local e subnacional por meio do projeto-piloto: Construindo Cidades Resilientes – Minha Cidade está se preparando (“Making Cities Resilient: My City is Getting Ready”).

2. Não obstante os mencionados esforços concentrados, há ainda lacunas evidentes na capacitação, conhecimento e financiamento de projetos envolvendo a prevenção de desastres.

3. Considerando que os governos subnacionais e locais são as autoridades primariamente responsáveis pela prevenção de desastres e pelos investimentos na capacidade de resiliência das cidades, espera-se dos governos nacionais que desenvolvam parcerias, reconhecendo a

importância dos governos locais e subnacionais na redução de riscos de desastres e no aumento da capacidade de resiliência das cidades.

4. Isso deverá ser feito por meio da capacitação dos governos locais, da emissão de regulação apropriada e da provisão de financiamentos para projetos na prevenção de riscos de desastres. Os governos deverão ainda coordenar suas ações juntamente aos stakeholders na gestão de riscos de desastres em nível subnacional e local.

5. Como resultado da declaração, foi elencada uma lista de prioridades:

i. Adotar e implementar estratégias e planos locais de redução de riscos de desastres, por meio da implementação de um cronograma de atividades, com metas e indicadores, a fim de prevenir e minimizar o surgimento de novos riscos, bem como para reduzir os riscos existentes, fortalecendo a resiliência econômica, social e ambiental;

ii. Estabelecer e reforçar a coordenação dos stakeholders pelos governos em âmbito subnacional e local, por exemplo, por meio da criação de plataformas para redução dos riscos de desastre;

iii. Promover a integração das avaliações de riscos de desastres relacionadas à implementação de políticas de uso da terra, planejamento urbano, controle da degradação da terra, monitoramento e fiscalização de habitações irregulares e informais, gestão integrada da água e uso de diretrizes de gestão e ferramentas de monitoramento das previsões de mudanças demográficas e ambientais;

iv. Avaliar e comunicar periodicamente os riscos de desastre, incluindo os riscos já existentes, os emergentes e também as novas fontes de riscos, a vulnerabilidade, a capacidade de exposição e possíveis efeitos cascata em escala relevantes do ponto de vista social, econômico e espacial;

v. Promover a revisão dos códigos e parâmetros existentes para controle dos riscos de desastres, bem como o desenvolvimento de novos, quando necessário, promovendo a reabilitação e implementação de práticas de prevenção de riscos de desastres em nível nacional, subnacional e local;

vi. Garantir a resiliência das novas e das já existentes infraestruturas críticas, incluindo nelas a integração da redução de riscos de desastres, assim como medidas de caráter financeiro e fiscal;

vii. Conduzir a implementação da nova lista de prioridades essenciais para Construção de Cidades Resilientes e a busca por oportunidades oriundas de sinergias entre iniciativas, mecanismos e processos, como a iniciativa de aceleração da resiliência das cidades, de adaptação urbana, medalhas de Cooperação etc;

viii. Acompanhar e revisar o estabelecimento de metas de redução de riscos de desastre em nível local com base nas ferramentas de monitoramento acordadas internacionalmente, como ferramenta de autoavaliação do governo local (“Local Government Self-Assessment Tool”) e a Tabela de Desempenho da Resiliência das Cidades da UNISDR (“UNISDR’s City Disaster Resilience Scorecard”);

ix. Fortalecer o uso sustentável e a gestão dos ecossistemas, bem como implementar a gestão integrada do meio ambiente e dos recursos naturais incorporando a redução de riscos de desastres;

x. Difundir e implementar a capacitação dos indivíduos no geral e comunidades para responder de forma efetiva em caso de desastres.

É o primeiro grande acordo da Agenda de Desenvolvimento de 2030 e visa a redução substancial do risco de catástrofes, perdas de vidas, dos meios de subsistência, saúde, ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas, empresas, comunidades e países.

Resulta da estratégia deste quadro de ação, a definição de quatro prioridades para a ação, designadamente:

- **Prioridade 1.** Compreender o risco de catástrofe. A gestão do risco de catástrofe deve basear-se na compreensão dos riscos em todas as suas dimensões de vulnerabilidade, capacidade, exposição de pessoas e bens, e nas características do perigo. Esse conhecimento pode ser usado para avaliação do risco, prevenção, mitigação, preparação e resposta.
- **Prioridade 2.** Reforçar a governança do risco de catástrofe. A governação do risco de catástrofe a nível nacional, regional e global é muito importante para a prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação. Promove a colaboração e a parceria.
- **Prioridade 3.** Investir na redução do risco de catástrofe para a resiliência. Os investimentos públicos e privados em matéria de prevenção e redução do risco de catástrofe através de medidas estruturais e não estruturais são essenciais para reforçar a resistência económica, social, sanitária e cultural das pessoas, comunidades, países, bem como o ambiente.
- **Prioridade 4.** Melhorar a preparação para a catástrofe através de resposta eficaz e do processo “Construir melhor” na recuperação e reabilitação. O crescimento do risco de catástrofe significa que há necessidade de reforçar a preparação de respostas a catástrofes, tomar medidas na antecipação dos eventos e garantir que as capacidades estejam operacionais para uma resposta e recuperação eficazes a todos os níveis. A fase de recuperação, reabilitação e reconstrução constitui uma oportunidade crítica para melhoria, nomeadamente através da integração da redução dos riscos de catástrofe nas medidas de desenvolvimento.

Para atingir o seu objetivo, o Quadro de Ação de Sendai, definiu, sete metas globais, para reduzir as perdas em catástrofes orientadas por quatro prioridades de ação.

As Sete Metas do Quadro de Ação de Sendai para Redução do Risco de Catástrofes, são:

- **Meta (A)** - Reduzir substancialmente a mortalidade global em catástrofes até 2030, visando reduzir a média por 100.000 mortos entre 2020-2030, em comparação com 2005-2015.
- **Meta (B)** - Reduzir substancialmente o número de pessoas afetadas mundialmente até 2030, visando diminuir o valor global médio por 100.000 entre 2020-2030, em comparação com 2005-2015.

- **Meta (C)** Reduzir a perda económica direta em relação ao produto interno bruto global (PIB) até 2030.
- **Meta (D)** Reduzir substancialmente os danos causados por catástrofes às infraestruturas críticas e à disrupção rompimento dos serviços básicos, entre eles a saúde e as instalações educacionais, através do desenvolvimento da sua resiliência até 2030.
- **Meta (E)** Aumentar substancialmente o número de países com estratégias nacionais e locais para a redução dos riscos de catástrofe até 2020.
- **Meta (F)** Reforçar substancialmente a cooperação internacional aos países em desenvolvimento através de um apoio adequado e sustentável para complementar as suas ações nacionais de execução deste quadro até 2030.
- **Meta (G)** Aumentar substancialmente a disponibilidade e o acesso a sistemas de alerta precoce e informações e avaliações de risco de catástrofe para as pessoas até 2030.

As aplicações destas medidas trazem inevitavelmente um conjunto de soluções positivas, com destaque para:

Ganhos do ponto de vista social e humano:

- redução substancial nas fatalidades e ferimentos graves, bem como propriedades danificadas
- participação ativa do cidadão e criação de uma plataforma para o desenvolvimento local.
- ativos comunitários e património cultural protegido, com repartição a adequada de recursos da cidade para a recuperação e resposta a catástrofes.

Comunidades mais preparadas e seguras:

- ecossistemas equilibrados que promovem serviços ambientais como a disponibilidade de água potável, menos poluição e segurança alimentar.
- melhor educação e escolas mais seguras.
- melhor saúde e bem-estar.

De fato, o investimento na literacia e educação e sensibilização de grupos de cidadãos, em áreas propensas a riscos, incluindo ocupações informais, negócios locais e outros grupos devem participar da avaliação de risco e partilhar as suas descobertas entre si, em conjunto com outras ações prioritárias a serem desenvolvidas por entidades, podem fazer a diferença, por exemplo:

- as instituições académicas, incluindo centros de pesquisa que proporcionam capacidade de pesquisa, análise de dados e conhecimento.

- os cidadãos e grupos comunitários que incluem comunidades indígenas e outras populações vulneráveis que participam, compartilham e trocam conhecimento e assumem responsabilidades individuais.
- a sociedade civil incluindo organizações não-governamentais (baseadas em comunidades, voluntárias, etc.) podem participar, organizar, coordenar e ajudar a supervisionar e a monitorizar.

Contudo, no que diz respeito às medidas (A), (B), (E) e (G), muito está ainda por fazer para que esta campanha esteja totalmente concretizada, em todos os seus propósitos. Quer isto dizer que a implementação e o envolvimento das diferentes entidades com responsabilidade direta e as demais instituições da sociedade civil que em conjunto e em rede possam ser contributo para a criação de uma verdadeira cultura de segurança só pode ter êxito, se a população for envolvida neste processo de mudança de paradigma, da forma como vemos a nossa segurança individual e coletiva face aos riscos, quer sejam naturais ou antrópicos.

No âmbito da cooperação internacional, vamos assistindo a parcerias e protocolos entre países, para em conjunto, no âmbito da Plataforma Global para a Redução de Riscos, desenvolverem documentação e metodologias para os planos de ação e medição da resiliência à escala local. A exemplo disto, tivemos a realização da 1ª reunião das cidades de língua portuguesa, inscritas na Campanhã Internacional “Cidades Resilientes” (Figura 1) da UNDRR que se realizou no dia 16 de maio de 2019, em que participaram as seguintes entidades: de Portugal, a ANEPC; do Brasil, a AI Systems Research (AISR); do Brasil o município de Campinas; de Cabo Verde, o município da Praia; de Portugal, os municípios da Amadora, de Cascais, de Setúbal e de Matosinhos.



Figura 1 - Imagem da campanha das cidades resilientes.
 Fonte: página do Facebook - Cidades resilientes

2.4.2 - Ao nível da comunidade nacional

Assistimos em Portugal, à criação da Rede das Cidades Resilientes, ANEPC/PNRRC - Cidades Resilientes em Portugal, (Resilientes, Cidades, 2019) rede esta criada por 7 municípios, uma rede orientada para a redução local do risco de catástrofes e para a resiliência das cidades, na sequência da Estratégia Internacional para a Redução de Catástrofes, que encoraja as cidades a implementar medidas que contribuam para o aumento da resiliência a catástrofes.

A Rede das Cidades Resilientes também designada de programa “Cidades Resilientes das Nações Unidas em Portugal” ou campanha “Cidades Resilientes em Portugal” tem como objetivo:

- reduzir o risco com enfoque na prevenção;
- antecipar a incerteza e ameaça;
- resistir ao desastre, através de melhor socorro e rápida recuperação.

Mais de 25 cidades e vilas portuguesas foram já reconhecidas pela ONU como “Cidades Resilientes” tendo recebido o certificado alusivo.

No Quadro de Ação de Hyogo e Quadro de Sendai (2015) foi constituído um Fórum Europeu para Redução do Risco de Catástrofes, (PNRRC, 2019) com o objetivo de partilha e debate sobre questões de redução de riscos de catástrofes numa plataforma global, que inclui plataformas nacionais.

A Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC) é coordenada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e inclui diversos representantes de entidades relacionadas com emergência, segurança, economia, transportes, comunicações, educação, agricultura, florestas, investigação científica, entre outras, bem como a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

No âmbito das atividades da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes, realizadas em 2015, foi divulgada a 1ª edição da publicação “Cidades Resilientes em Portugal”, editado pela ANEPC (2016), onde constavam as ações desenvolvidas pelos sete municípios que à data integravam a rede das Cidades Resilientes, designadamente: Amadora, Cascais, Funchal, Lisboa, Odivelas, Setúbal e Torres Vedras, a que se juntaram posteriormente os municípios de Lourinhã e Santo Tirso, que aderiram também a esta Campanha.

Por força desta iniciativa, todos os municípios envolvidos, se comprometem no contexto do objetivo comum de desenvolvimento de ações tendentes à redução de riscos ao nível local. Após esta iniciativa, esta Campanha tem vindo a despertar a adesão de novos municípios, potenciando assim, o fortalecimento, o intercâmbio e partilha de informação entre as Cidades Resilientes

nacionais, contribuindo igualmente para a promoção da prevenção do risco de catástrofes e para o aumento da resiliência das suas comunidades.

Trata-se de um conceito abrangente e transversal, assente num ciclo permanente entre a prevenção e a resposta, em que as estratégias reativas não se podem encontrar dissociadas das preventivas.

Apesar deste enquadramento legislativo, os esforços preventivos estão dispersos por múltiplas valências, entidades e regimes legais, levando a que não exista, por vezes, na sociedade a perceção de uma ação concertada e aglutinadora que materialize o pilar preventivo da proteção civil.

Apesar de constituir apenas *a face mais visível*, é no socorro que reside a visibilidade das ações de proteção civil em Portugal.

Para alterar este paradigma, o XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano para 2016-2019, traçou como meta para o domínio da proteção civil, o incremento das «*condições de prevenção e de resposta face à ocorrência de acidentes graves e catástrofes*». Neste sentido, considerou como uma das medidas prioritárias, o desenvolvimento do «*patamar preventivo do sistema de proteção civil*», designadamente através da «*implementação de sistema de monitorização de risco, de aviso e de alerta precoce*». Esta opção política, traduz uma aposta num conhecimento mais aprofundado dos riscos, com o objetivo de prevenir ou mitigar os seus efeitos. É complementada pela implementação de sistemas de monitorização e de aviso à população, acompanhada pelo reforço da participação das autarquias locais e de um maior envolvimento dos cidadãos, estimulando a participação das populações e a ideia de que a proteção e a segurança são uma responsabilidade de todos.

Tendo em conta os objetivos e domínios de atuação legalmente traçados para a proteção civil, materializa-se a presente Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, a qual se constitui como um instrumento de orientação para a Administração Central e Local, no horizonte temporal de 2020.

Em articulação com os demais instrumentos, planos e programas de ação setoriais que contribuam para os mesmos fins, pretende-se enfatizar a vertente preventiva da proteção civil como fator determinante para a atenuação das vulnerabilidades existentes e para o controlo do surgimento de novos elementos expostos a riscos coletivos.

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, tem de saber beneficiar do insubstituível papel desempenhado pelos municípios e pelas freguesias, em virtude da sua especial proximidade às populações e ao efetivo conhecimento do território e das suas vulnerabilidades.

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, assumindo-se como uma efetiva estratégia nacional para a redução do risco de catástrofes, demonstra o comprometimento nacional com as metas traçadas pelo Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030. Particularmente no que respeita à governança para o risco e à capacitação das autoridades locais, enquanto pilares basilares à mudança de paradigma que se pretende fomentar. Esta estratégia vai, também, ao encontro do principal objetivo SENDAI para os próximos 15 anos *«prevenir novos riscos e reduzir os riscos de catástrofes existentes, através da implementação de medidas integradas e inclusivas [...], para prevenir e reduzir a exposição a perigos e vulnerabilidades a catástrofes, aumentar o grau de preparação para resposta e recuperação e assim reforçar a resiliência»*.

A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva define cinco objetivos estratégicos, alinhados com as prioridades do Quadro de Sendai, designadamente:

- a) fortalecer a governança na gestão de riscos;
- b) melhorar o conhecimento sobre os riscos;
- c) estabelecer estratégias para redução de riscos;
- d) melhorar a preparação face à ocorrência de riscos;
- e) envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.

Estamos, portanto, perante um esforço conjunto de cidades comprometidas com a resiliência das suas populações e instituições para fazer face à redução de catástrofes.

2.4.3 – Ao nível das organizações da sociedade civil

Excluem-se as organizações de voluntários de proteção civil, reconhecidas pela ANEPC, abrangidas pela Portaria 91/2017, de 02 de março, uma vez que estas organizações estão mais vocacionadas para a intervenção com incidência na sua maioria para apoio à área operacional, logo fora do âmbito do que se pretende aqui analisar. Centremo-nos então nas organizações vocacionadas para a cidadania na vertente de educação/sensibilização ou para ações de apoio gerais, não estritamente de cariz operacional, mas mais para a área logística e da sensibilização, que lidam com jovens ou adultos, com vocação para o desenvolvimento de ações de educação/formação/sensibilização para a cidadania. Os registos disponíveis não permitem recolher muita informação, quer de ações isoladas, quer particularmente de ações estruturadas e

regulares. Contudo, foi possível recolher informação de algumas entidades que já vêm fazendo algum trabalho nesta área, ou que iniciaram recentemente.

Nos finais dos anos 80, início dos anos 90, o Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português (CNE), uma associação de jovens escuteiros, com cobertura territorial de todo o continente e ilhas e um efetivo na ordem dos 72.000 filiados, criou e dinamizou o seu departamento nacional de proteção civil, a que tive a grata oportunidade de estar na origem da sua criação e dinamização durante alguns anos, sendo este departamento, depois ramificado e dinamizado igualmente por algumas das suas estruturas regionais do CNE, ao longo do todo território continental e ilhas.

O CNE, no âmbito do seu programa educativo, editou o seu manual de competências e especialidades, CNE, D. N. (2002) destinados aos seus escuteiros, de todos os grupos etário, ou sejam: os Lobitos, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos; os Exploradores, com idades compreendidas entre os 11 e os 14 anos; os Pioneiros, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos; os Caminheiros, com idades compreendidas entre os 19 e os 22 anos (ver anexo 3). No manual constava a criação da competência de proteção civil e a criação da especialidade de proteção civil.

Pretendia, assim o CNE, com esta alteração, potenciar a educação/formação e sensibilização dos jovens escuteiros para as questões da proteção civil, ficando ao nível do departamento nacional de proteção civil e dos departamentos regionais de proteção civil do Corpo Nacional de Escutas (CNE), a responsabilidade institucional de trabalhar a questão da proteção civil para dentro da instituição, preparando o CNE para a cooperação institucional com as entidades da proteção civil nacional, o que vem fazendo desde essa data até ao presente, assumindo inclusive responsabilidades de colaboração em ações de apoio logístico, entre outras, ANEPC-DON.02 (2019).

Em 2014, o CNE procede à alteração das metodologias pedagógicas com o surgimento da nova estrutura e nesta alteração desaparece para os jovens escuteiros, a área de competência e a especialidade específica de proteção civil, já não constando assim da página oficial do CNE, (<https://escutismo.pt/especialidades>).

Para além desta organização da sociedade civil (CNE), ligada ao movimento escutista juvenil mundial com expressão em Portugal, nas restantes organizações congéneres, designadamente a Associação de Escuteiros de Portugal (AEP) e da Associação das Guias de Portugal (AGP), não consta especificamente a área de proteção civil nas suas áreas de competências pedagógicas do seu projeto educativo.

Regista-se, para além do CNE, outra organização escutista, desta vez, uma organização não de jovens escuteiros, mas de escuteiros adultos, a Fraternidade de Nuno Álvares – Escuteiros adultos (FNA), que foi escolhida para grupo alvo do questionário em estudo para esta dissertação. Desde 2013, a questão da proteção civil na FNA, teve um grande impulso, com destaque para a sua estrutura regional do Porto, como se pode verificar no seu site “<http://www.porto.fna-escuteiros.org>”. Com a colaboração do Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto da ANEPC desenvolveram várias ações de formação para elementos da FNA. No ano de 2013 realizaram-se várias ações, (Fraternidade de Nuno Álvares, 2019), designadamente, no dia 30 de janeiro, a primeira formação sobre Proteção Civil, com a abordagem do papel do cidadão, dos seus direitos e obrigações, destacando-se o papel que se espera da FNA, na informação, divulgação e implementação destas medidas preventivas, abrangendo um total de 28 elementos da FNA. No dia 6 de fevereiro uma segunda formação com o tema “Suporte Básico de Vida”, para um total de 32 elementos da FNA. E no dia 19 de junho a formação para mais um grupo de elementos, na mesma abordagem do curso do dia 30 de janeiro.

No conjunto destas 3 ações de formação, a FNA da Região do Porto, teve a oportunidade de formar/sensibilizar cerca de 100 dos seus escuteiros adultos para a temática da prevenção e sensibilização em proteção civil, podendo depois ao nível da sua estrutura interna desenvolver estes conhecimentos para a generalidade dos seus efetivos.

Outra entidade que foi analisada, desta vez na vertente da formação não formal de adultos, foi a Associação Rede de Universidades da Terceira Idade (RUTIS), que é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Utilidade Pública de apoio à comunidade e aos seniores, de âmbito nacional e internacional. Mais concretamente, a Academia RUTIS-Porto (porto.rutis.pt), que é uma atividade da RUTIS que surge de uma parceria entre a RUTIS e a Associação Mutualista Montepio e que funciona na Atmosfera M, na cidade do Porto. Em setembro de 2018, no seguimento de um desafio de colaboração da minha parte com a RUTIS-Porto e face à ausência de uma qualquer disciplina para a educação para os riscos e/ou de sensibilização na área da proteção civil, foi estruturada e criada uma disciplina para integrar a oferta curricular da Academia RUTIS-Porto, de modo a poder ser lecionada já no ano letivo 2018-2019, a disciplina, designada por “Ambiente, Proteção de Pessoas e Bens”, na vertente da proteção civil, com uma carga horária de 30 horas letivas.

O ano letivo iniciou-se na Academia RUTIS-Porto, com uma nova turma de alunos seniores, na totalidade de 18 alunos, com o conteúdo curricular que se encontra em anexo (ver anexo 4).

Em síntese, neste capítulo, para uma melhor compressão do que existe e do que se vai fazendo, na educação para o risco, temos a referência a alguns instrumentos implementados pela comunidade internacional, em Portugal, designadamente pela ANEPC, para além de outras entidades nacionais. É apresentada também uma abordagem sobre definições e conceitos de educação e de literacia, com referência a trabalhos de diferentes autores e ainda de algumas organizações. Igualmente, temos uma abordagem à estratégia para a resiliência aos riscos nas comunidades, designadamente na comunidade internacional, com a abordagem à campanha das cidades resilientes da ONU, e a sua extensão para Portugal, ao Quadro de Sendai, bem como a abordagem à estratégia nacional para a proteção civil.

3.1 Estudo de Caso

3.1.1 Amostra

O critério para a seleção da amostra, relaciona-se com a escolha de uma organização de adultos, voluntários, estruturada, com valores de cidadania fortemente implementados e cuja organização fosse de âmbito nacional.

Foi assim escolhida a Fraternidade de Nuno Álvares – Escutismo Adulto (FNA), uma entidade composta por escuteiros adultos, com cerca de 2500 elementos a nível nacional, em que a idade mínima de entrada para a organização são os 22 anos de idade, sendo uma organização territorial ramificada ao nível do território do continente e tem por fins:

- a) desenvolver junto dos seus Associados a prática de Escutismo Adulto, à luz da Lei e dos Princípios do Escutismo Católico;
- b) manter vivo o ideal escutista, na vivência da Fé e do Humanismo Cristão, no serviço voluntário ao próximo, bem como na proteção da Natureza e do meio Ambiente;
- c) promover a amizade escutista universal.

3.1.2 Caracterização da amostra

A FNA tem a seguinte organização territorial e estrutural:

1 - Organização territorial

A FNA está organizada em três níveis, nomeadamente:

- a) nível Nacional;
- b) nível Regional;
- c) nível de Núcleo.

As Regiões e os Núcleos, serão considerados para todos os efeitos jurídicos ou civis, respetivamente, como delegações e subdelegações da FNA.

2 - Organização Estrutural

A Nível Nacional:

1. Conselho Nacional Plenário – órgão deliberativo Nacional, com aceto de todos os seus filiados.
2. O Conselho Nacional de Representantes, é composto por representantes de todos os níveis organizacionais e territoriais da FNA.

3. Direção Nacional - órgão executivo nacional.
4. Conselho fiscal e jurisdicional nacional - órgão fiscalizador e jurisdicional Nacional.

A Nível Regional (Equivalente aos Distritos):

1. Conselho Regional – órgão deliberativo regional.
2. Direção Regional - órgão executivo regional.
3. Conselho Fiscal Regional - órgão fiscalizador regional.

A Nível de Núcleo (equivalente aos municípios e/ou freguesias):

1. Conselho Núcleo – órgão deliberativo do Núcleo.
2. Direção de Núcleo - órgão executivo do Núcleo

3.1.3 Técnica de recolha dos dados

Foi elaborado um inquérito por questionário, feito no docs. google, composto por 15 questões, sendo que a última questão era uma questão aberta, para possibilitar que os inquiridos pudessem acrescentar o seu ponto de vista para a temática da educação para o risco. Depois de uma reunião com o Presidente da direção nacional da FNA, o questionário foi difundido por e-mail, pela direção nacional da FNA para todas as regiões e núcleos espalhados pelo continente. Ao questionário responderam 128 elementos (Escuteiros Adultos).

O inquérito (Anexo 1) era constituído por:

- Três (3) questões de resposta direta
- Dez (10) questões de resposta múltipla
- Uma (1) questão de resposta múltipla, em que a resposta a selecionar, implicava ainda em cada uma delas, uma resposta em cada linha, pela importância que lhe se atribui, numa escala de 1 a 5, sendo que: 1= Nada importante; 2 = Pouco importante; 3= Razoavelmente importante; 4 = Importante; e 5 = muito importante.)
- Uma (1) questão aberta.

Após o preenchimento do inquérito, os inquiridos procediam a “submeter” o questionário, ficando logo este carregado no docs. google, sendo apenas permitido ao inquirido uma única resposta.

Antes de ser colocado o inquérito à disposição aberta dos potenciais inqueridos, foi realizado um teste de validação do questionário, sendo este enviado a um grupo de vinte (20) escuteiros adultos da FNA, para ser testada a compreensão do mesmo, o preenchimento e funcionalidade do

inquérito. Depois de obtida a perfeita normalidade e compreensão do inquérito, este foi colocado de forma aberta, para o seu preenchimento.

Em síntese, é apresentada a questão de partida para o desenvolvimento do trabalho e a indicação dos objetivos a serem atingidos. Temos depois uma referência ao critério para a escolha da amostra (relaciona-se com a escolha de uma organização de adultos, voluntários, estruturada, com valores de cidadania fortemente implementados e cuja organização fosse de âmbito nacional), ou seja, do grupo alvo para incidir o inquérito. Tem ainda uma descrição da estrutura do questionário utilizada para o inquérito e a forma como mesmo foi realizado, ou seja, a técnica utilizada para a sua concretização.

3.2 Resultados

No seguimento do envio dos questionários, estes tiveram um acolhimento de respostas de 128 participantes.

Temos um leque de participantes de várias regiões de Portugal, com uma dispersão de idades e de formação escolar e académica, o que torna o conjunto de participantes bastante diversificado, do ponto de vista das sensibilidades e realidades profissionais e sociais.

De todas as respostas, tem especial destaque a questão aberta, onde todos reponderam com vários contributos tendo em conta as suas opiniões mais fundamentadas e desenvolvidas, a vivência e a perceção dos mesmos, que denota uma oportunidade de preocupação de consciência de cidadania bastante expressiva e participativa.

Passemos assim à apresentação dos resultados recolhidos:

3.2.1 Apresentação e interpretação dos resultados da amostra

Pergunta 1: Idade

128 respostas

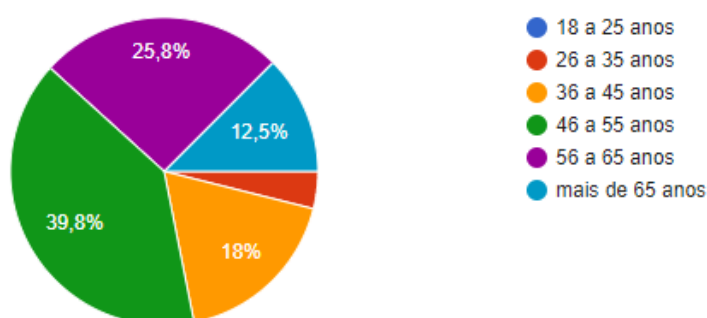


Figura 2 - Percentagem dos inquiridos por faixas etárias.

Nesta resposta, podemos observar que o universo dos indivíduos que responderam ao inquérito, abrangem uma faixa etária bastante larga, pois vão desde os 18 anos a mais de 65 anos de idade. Observa-se a faixa etária mais significativa, dos 46 aos 65 anos, com um total de 65,6%.

Pergunta 2: Sexo

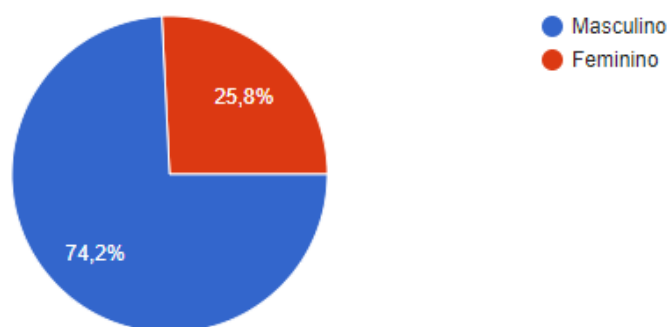


Figura 3 - Descrição dos inquiridos pelo sexo.

Neste gráfico, podemos observar que o universo dos indivíduos que responderam ao inquérito, é maioritariamente constituído por indivíduos do sexo masculino.

Pergunta 3: Distritos de residência

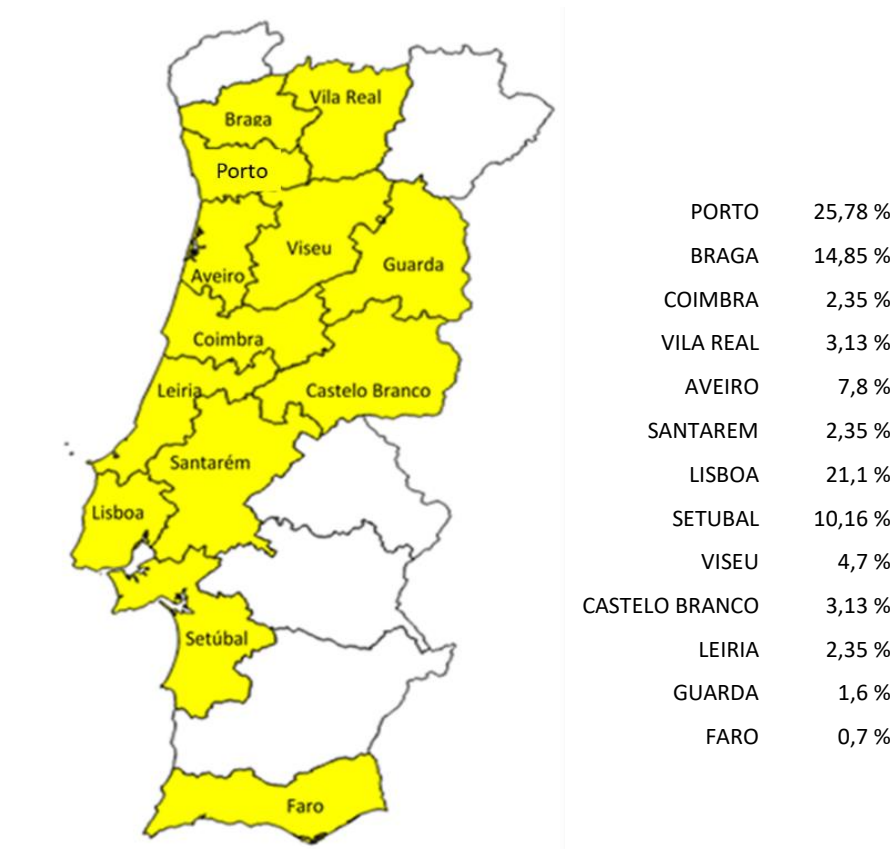


Figura 4 - Indicação da percentagem dos inquiridos por distritos de residência

Podemos observar no mapa, uma dispersão das respostas por vários distritos, com destaque para os distritos de Braga, Lisboa, Porto, Setúbal, abrangendo assim desde a margem sul do tejo até ao norte do país, no total de 13 distritos.

Pergunta 4: Inqueridos por concelhos de residência

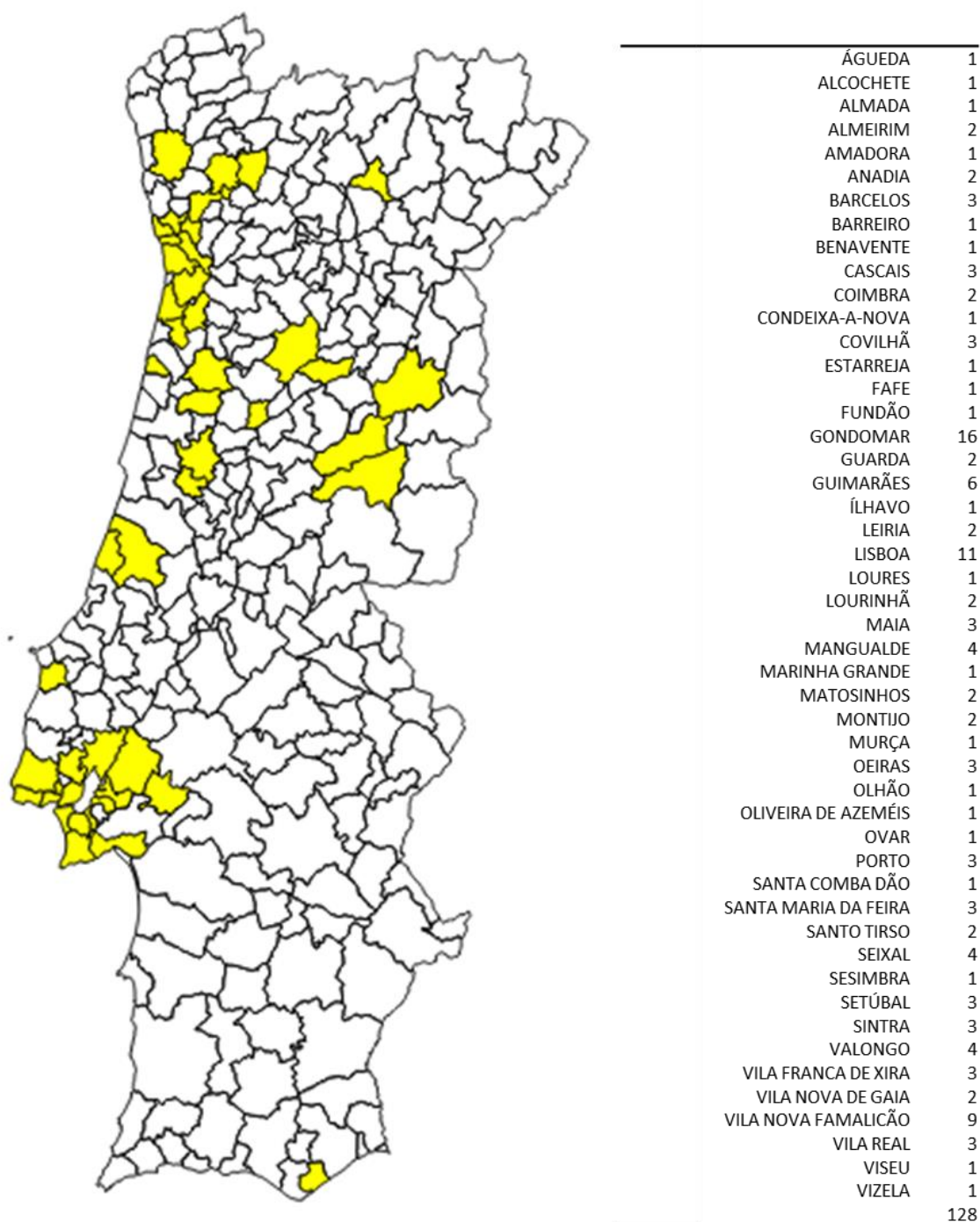


Figura 5 – Número de Inqueridos por concelhos de residência

Em relação aos concelhos de residência podemos observar neste mapa a dispersão das respostas por vários concelhos, uns na zona litoral e outros da zona interior, quer seja a norte, centro ou centro sul do território, abrangendo no total 49 concelhos.

Pergunta 5: Grau de escolaridade

128 respostas

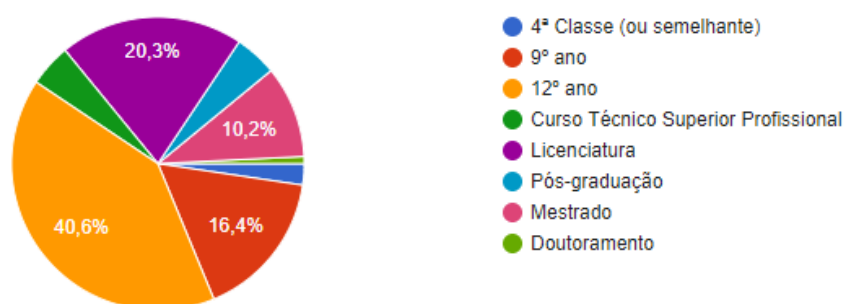


Figura 6 – Percentagem dos Inquiridos por grau de escolaridade.

Em relação à questão 5, as respostas apresentadas neste gráfico circular, permite-nos observar uma dispersão significativa do grau de escolaridade, desde a 4ª classe até ao doutoramento. Regista-se uma significativa incidência de resposta nos graus de escolaridade de formação não superior, ou seja, no 12º com 40,6% de respostas.

Na formação superior, temos registos ao nível dos cursos: técnicos profissionais; licenciatura; pós-graduações; mestrados e doutoramento, totalizando 40,7% do universo de respostas. Estamos perante um grupo alvo com um bom nível de formação escolar e académica.

Pergunta 6: Em caso de ter formação superior, indique qual a sua área

Tabela 1 – Formação superior por áreas

Administração e gestão de empresas	Eng. E gestão industrial
Animação sociocultural	Eng. Mecânica
Artes decorativas	Engenharia civil
Artes gráficas	Engenharia do ambiente

Ciências	Engenharia eletrotécnica
Ciências da educação	Engenharia zootécnica
Ciências económicas e sociais	Etnomusicologia
Ciências religiosas	Filosofia
Clássicas	Física
Comercio de moda	Geografia física e ordenamento do território
Contabilidade	Gestão de cooperativas agrícolas
Cultura	Gestão de empresas
Designer têxtil	História
Direito	Humanísticas
Economia	Informática
Ed. Física	Pós-graduação em estudos do património
Educação	Matemática e ciências de computação.
Administração escolar	Mecânica
Educação física	Proteção civil
Eletrónica	Relações internacionais
Eletrónica	Saúde
Empreendedorismo e internacionalização	Sociologia
Enfermagem	Teologia
Eng ^a Eletrotécnica	

Dos 128 inquiridos, 53 têm formação superior, distribuída pelas áreas referida no quadro. Esta dispersão é indicadora de um grupo de larga abrangência académica e técnica de várias áreas do saber e de atividade profissional, logo à partida, também, de várias sensibilidades denotando um grupo muito multifacetado nas suas várias vertentes.

Para sintetizar as áreas de conhecimento, abaixo temos o agrupamento por 10 áreas de estudos, ficando assim mais visível de forma pragmática as características deste grupo.

Tabela 2 – Agrupamento por áreas de estudos

• Área de Ciências
• Área de Saúde
• Área de Tecnologias
• Áreas de Agricultura e Recursos Naturais
• Áreas de Arquitetura, Artes Plásticas e Design
• Áreas de Ciências da Educação e Formação de Professores
• Áreas de Direito, Ciências Sociais e Serviços
• Áreas de Economia, Gestão e Contabilidade
• Áreas de Humanidades, Secretariado e Tradução
• Educação Física, Desporto e Artes do Espetáculo

Pergunta 7: Para além do Escutismo integra outra organização de voluntariado?

128 respostas

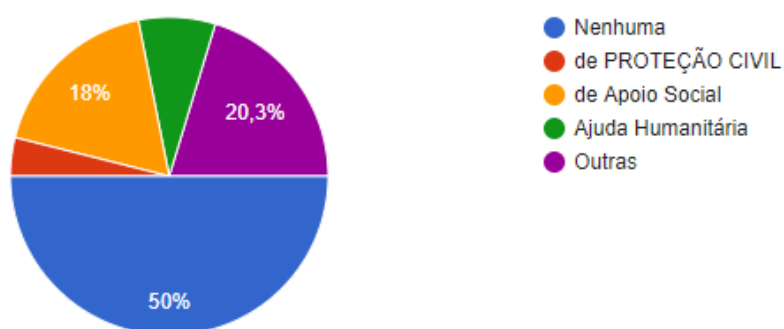


Figura 7 – Integração nas organizações de voluntariado (%)

Na leitura do gráfico podemos observar que, estamos perante um universo de indivíduos todos eles voluntários na FNA. Podemos igualmente observar, que uma percentagem significativa de indivíduos, 50% do universo, são voluntários noutras associações para além da FNA, com destaque para o facto de todas elas serem entidades vocacionadas para a ajuda ao próximo, denotando na amostra uma predisposição para o voluntariado social e humanitário.

Pergunta 8: Riscos de Proteção Civil. Do seu ponto de vista, o seu conhecimento é?

128 respostas

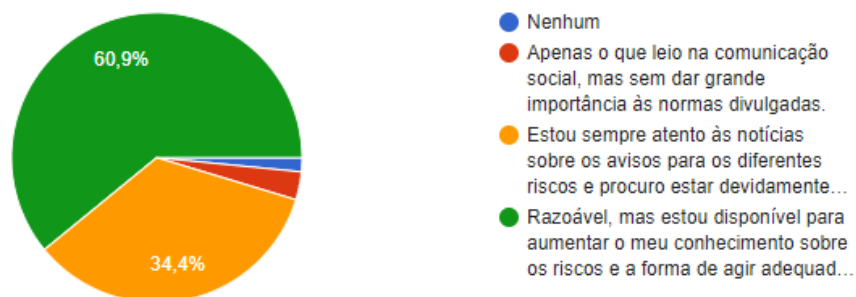


Figura 8 – Conhecimento sobre o risco

Na leitura destes dados, podemos observar que do ponto de vista do conhecimento dos riscos, cerca de 95% dos indivíduos têm algum conhecimento. Contudo, todos eles, denotam disponibilidade para aumentar o seu conhecimento sobre os mesmos.

Pergunta 9: Conhecimento genérico sobre os diferentes riscos, sua sensibilidade para os mesmos e como prevenir os seus efeitos. Em sua opinião o que é a Proteção Civil?

128 respostas

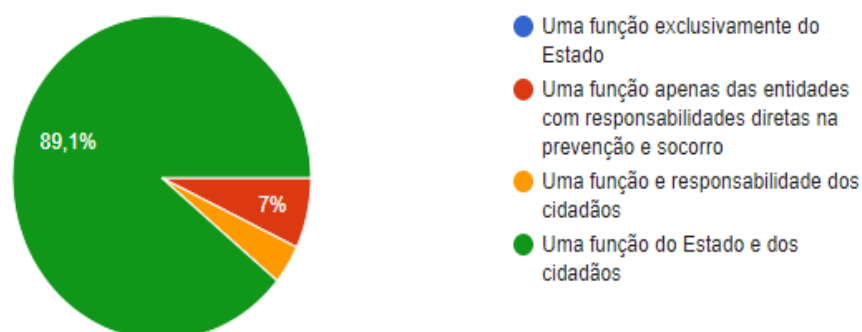


Figura 9 – Conhecimento e sensibilização para o risco (%)

Nesta resposta, podemos observar que ao nível do conhecimento sobre a responsabilidade da função da proteção civil, a esmagadora maioria do universo dos indivíduos, está consciente de a quem está atribuído a responsabilidade para tal. Apenas uma pequena percentagem, cerca de 10%, dá resposta em desacordo com o legislado.

Pergunta 10: Em sua opinião qual deve ser o papel do cidadão na proteção civil?

128 respostas

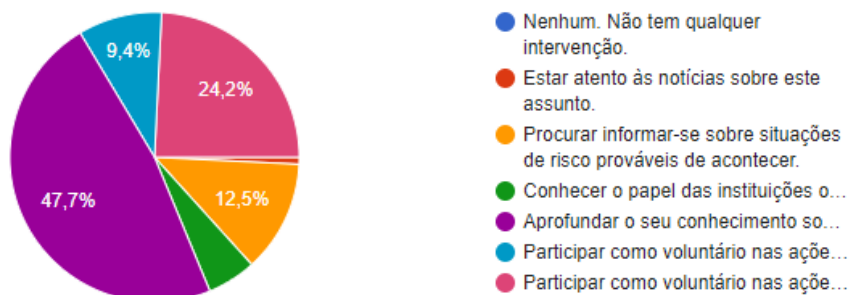


Figura 10 – Opinião sobre o papel do cidadão (%)

O papel do cidadão neste gráfico está bem demonstrado, ao nível do conhecimento sobre qual deve ser o papel do cidadão na proteção civil, sendo que a esmagadora maioria do universo os indivíduos, está consciente e apresenta um claro entendimento do que deve ser o papel do cidadão.

É notório também, que a esmagadora maioria, cerca de 48% dos inquiridos nesta resposta, assume que o cidadão deve aumentar o conhecimento e outra percentagem muito significativa, cerca de 37% refere a necessidade de o cidadão dever procurar mais informação sobre os riscos e participar como voluntário nas ações de proteção civil.

Estamos, portanto, perante uma percentagem de 85% que tem consciência, disponibilidade e interesse, para aumentar o seu conhecimento sobre o papel do cidadão na proteção civil.

Pergunta 11

EM SUA OPINIÃO, QUE MEDIDAS SE PODEM TOMAR PARA MELHORAR A CULTURA DE SEGURANÇA E DO BEM-ESTAR DAS PESSOAS E DOS SEUS BENS E DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE? (Selecione uma resposta em cada linha, pela importância que lhe atribui, numa escala de 1 a 5, sendo que: 1= *Nada importante*; 2 = *Pouco importante*; 3= *Razoavelmente importante*; 4 = *Importante*; e 5 = *muito importante*.)

Questão 11.1: Tornar obrigatória uma disciplina sobre a Educação para o Risco, em toda a escolaridade em toda a escolaridade?

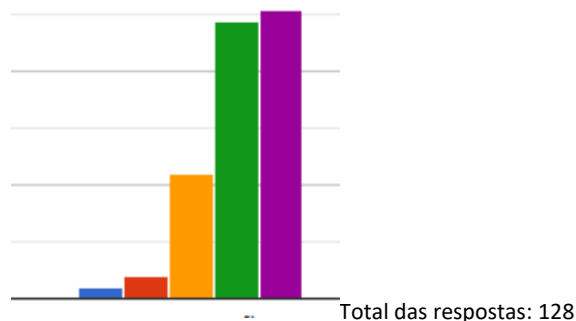


Figura 11 – Importância da obrigatoriedade de disciplina sobre a Educação para o Risco

Legenda: 1 2 3 4 5

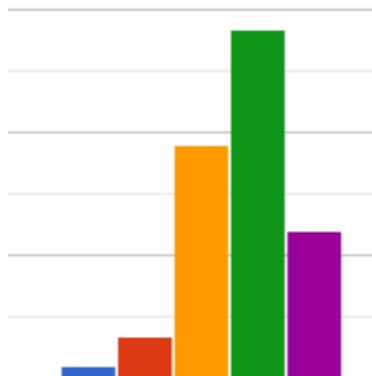
- 51 (39,8%) responderam: **5** (Muito importante)
- 49 (38,3%) responderam: **4** (Importante)
- 22 (17,2%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 04 (3,1%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 02 (1,6%) responderam: **1** (Nada importante)

Sobre a obrigatoriedade da educação para os riscos em todo o percurso na escola, é esclarecedor de que mais de 39% dos inquiridos assume que deveria ser obrigatório, pois foi-lhe atribuída o grau importância 5, ou seja, muito importante a inclusão do carácter de obrigatoriedade da educação para os riscos em todo o percurso escolar obrigatório.

Por outro lado, cerca de 38% atribuem o grau de prioridade 4, ou seja, importante. Se considerarmos estas duas atribuições de grau de prioridade, temos cerca de 78% a assumir a importância elevada da inclusão da obrigatoriedade.

Apenas uma percentagem muito residual, cerca de 5% não lhe atribui importância significativa.

Questão 11.2: Aumentar a oferta académica no Ensino Superior na área da Proteção Civil?



Legenda: 1 2 3 4 5

- 24 (18,8%) responderam: 5 (Muito importante)
- 57 (45%) responderam: 4 (Importante)
- 38 (28,6%) responderam: 3 (Razoavelmente importante)
- 07 (6%) responderam: 2 (Pouco importante)
- 02 (1,6%) responderam: 1 (Nada importante)

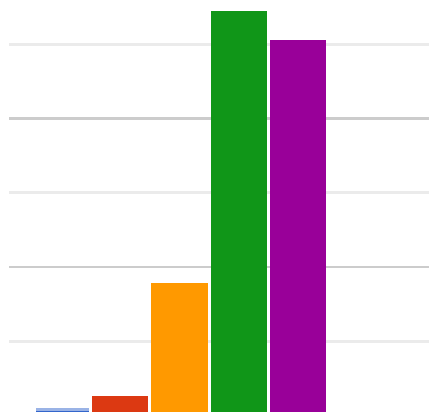
Figura 12 – Importância da oferta académica no Ensino Superior

Sobre a obrigatoriedade aumentar a formação académica na área da proteção civil, é esclarecedor de que mais de 63 % dos inquiridos assume que deveria existir mais oferta académica (esta apenas existe no ensino superior privado e não no ensino superior publico), pois foi-lhe atribuída os graus importância 5 e 4, ou seja, de importância elevada o aumento da oferta académica.

Por outro lado, apenas de 29% atribuem o grau de prioridade 4, ou seja, razoavelmente importante.

Apenas uma percentagem muito residual, cerca de 7,5% não lhe atribui importância significativa.

Questão 11.3: Criar dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, numa perspetiva de educação e literacia para o risco?



Legenda:



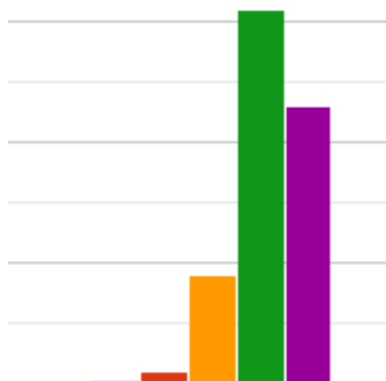
- 51 (39,8%) responderam: **5** (Muito importante)
- 55 (43%) responderam: **4** (Importante)
- 18 (14%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 03 (2,4%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 01 (0,8%) responderam: **1** (Nada importante)

Figura 13 – Importância da criação de dinâmica pedagógicas e lúdicas

O registo obtido neste gráfico sobre as respostas dadas, é esclarecedor de que, cerca de 83 % dos inquiridos, atribui importância elevada para a criação de dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, como instrumento importante para uma nova forma de envolver os cidadãos na educação para o risco.

Apenas uma percentagem muito residual, cerca de 3% não lhe atribui importância significativa.

Questão 11.4: Participar em formação de adultos para o risco dinamizadas por instituições e organizações?



Legenda:



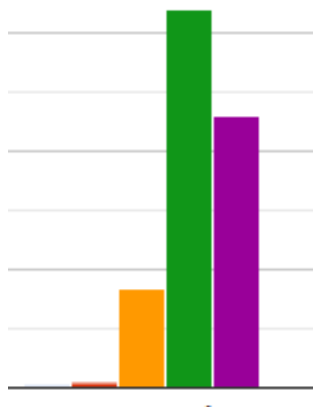
- 46 (36%) responderam: **5** (Muito importante)
- 62 (48,4%) responderam: **4** (Importante)
- 18 (14%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 02 (1,6%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 00 (0%) responderam: **1** (Nada importante)

Figura 14 - Importância da Participação em formação de adultos

O gráfico permite uma leitura da importância que é dada ao que poderia ser o papel de instituições e organizações para a formação/educação de adultos nesta vertente. A importância dada é esclarecedora, pois cerca de 84 % dos inquiridos, atribui importância elevada para este envolvimento e contributo na educação para o risco da população adulta.

Apenas uma percentagem muito residual, cerca de 2% não lhe atribui importância significativa.

Questão 11.5: Concretizar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, utilizando diferentes meios (Ex: media, supermercados, transportes públicos e outros)?



Legenda:



- 46 (36%) responderam: 5 (Muito importante)
- 64 (50%) responderam: 4 (Importante)
- 17 (13,2%) responderam: 3 (Razoavelmente importante)
- 01 (0,8%) responderam: 2 (Pouco importante)
- 00 (0%) responderam: 1 (Nada importante)

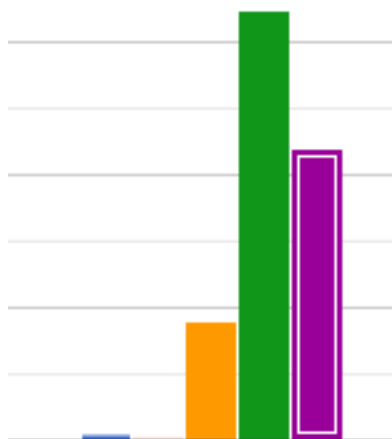
Figura 15 – Importância das campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população

É indiscutível o resultado demonstrado no gráfico de barras, sobre a importância que a quase totalidade dos inquiridos manifestou. Cerca de 86% atribuiu importância bastante significativa e mesmo, cerca de 13%, atribui importância razoável, sendo que no total de 99%, sou a favor para a implementação de campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco.

O gráfico permite perceber facilmente da importância da informação à população para a capacitar mais e melhor para fazer interpretar, lidar e conhecer os riscos e os seus efeitos.

Apenas uma percentagem muito residual, de menos de 1% não lhe atribui nenhuma importância.

Questão 11.6: Privilegiar a ação de instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação focalizados na resiliência ao risco, numa perspetiva de cidadania e educação e literacia para o risco?



Legenda:

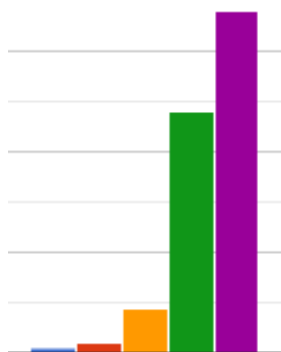


- 44 (34,4%) responderam: **5** (Muito importante)
- 65 (50,8%) responderam: **4** (Importante)
- 18 (14%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 00 (0,%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 01 (0,8%) responderam: **1** (Nada importante)

Figura 16 – Importância das ações das instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação

Não é estranho, estarmos perante este resultado de quase totalidade de concordância de opinião da importância do voluntariado, cerca dos 99%, ou seja valorizar as instituições de voluntários com vocação para este tipo de envolvimento a favor da cidadania para o risco, já que os inquiridos são todos voluntários de uma organização que tem demonstrado estar empenhada e disponível para valorizar a formação dos seus filiados para a temática da proteção civil.

Questão 11.7: Sensibilizar as autarquias locais (câmaras e juntas de freguesia) para a dinamização de campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco?



Legenda:



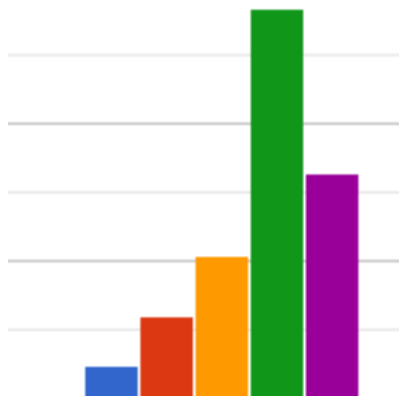
- 68 (53,1%) responderam: **5** (Muito importante)
- 48 (37,5%) responderam: **4** (Importante)
- 09 (7%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 02 (1,6%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 01 (0,8%) responderam: **1** (Nada importante)

Figura 17 – Importância de Sensibilizar as autarquias locais

A importância que os inquiridos atribuem ao papel/responsabilidade dos órgãos autárquicos, na preparação dos seus cidadãos locais para estarem devidamente informados e preparados para lidar com as questões da proteção civil, totaliza cerca de 99% dos inquiridos.

É perceptível que os inquiridos lhes atribuí essa importância quer pela responsabilidade dos mesmos no sistema de proteção civil, quer certamente pelo facto de estarem mais próximos dos cidadãos.

Questão 11.8: Criar contrapartidas na lei, de estímulos fiscais, locais ou nacionais destinados às instituições e organizações que implementassem um programa anual de formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC?



Legenda: 1 2 3 4 5

- 33 (25,7%) responderam: **5** (Muito importante)
- 57 (45%) responderam: **4** (Importante)
- 20 (15,3%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 13 (10,1%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 05 (3,9%) responderam: **1** (Nada importante)

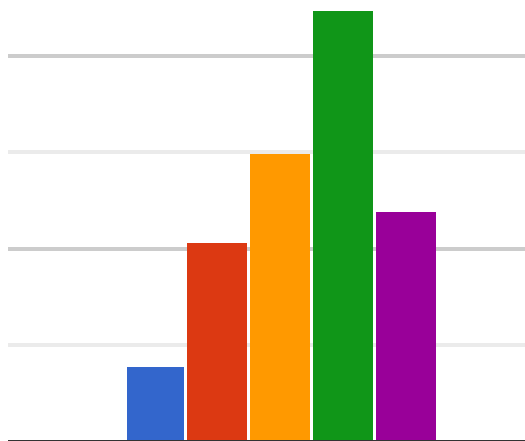
Figura 18 – Importância da Criação de contrapartidas na lei, de estímulos fiscais

O gráfico permite perceber da aceitação da importância que é dada ao surgimento de estímulos fiscais nos diferentes níveis da governação territorial, a instituições e organizações que implementassem um programa anual de formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC.

A importância dos estímulos fiscais é registada com cerca de 86% dos inquiridos.

Apenas uma percentagem muito residual, cerca de 14% não lhe atribui importância significativa.

Questão 11.9: Criar o cartão de cidadão resiliente a quem dinamiza e participa em ações de sensibilização e formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC?



Legenda: 1 2 3 4 5

- 24 (18,8%) responderam: **5** (Muito importante)
- 46 (36%) responderam: **4** (Importante)
- 29 (22,6%) responderam: **3** (Razoavelmente importante)
- 20 (15,6%) responderam: **2** (Pouco importante)
- 09 (7%) responderam: **1** (Nada importante)

Figura 19 – Importância da criação do cartão de cidadão resiliente

Neste gráfico é esclarecedor de que cerca de 77 % dos inquiridos, atribui importância elevada para a criação de dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, como instrumento importante para uma nova forma de envolver os cidadãos na educação para o risco.

Nesta importância dada à criação do cartão de cidadão resiliente, a quem dinamiza e participa em ações de sensibilização e formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC, os inquiridos valorizam a interligação dos órgãos responsáveis da proteção civil com as organizações e com o cidadão em geral, na criação de instrumentos que fomentem o seu envolvimento nas questões da proteção civil, com vista à sua resiliência aos riscos.

Apenas uma percentagem menor, cerca de 23% não lhe atribui importância significativa.

Pergunta 12: Em sua opinião, a população adulta está sensibilizada para o risco?

128 respostas



Figura 20 – Importância da sensibilização da população adulta

Dos resultados apurados, se a população adulta está sensibilizada para o risco, 24% da amostra assume que não está preparada, 43% assume que só está sensibilizada perante a ocorrência de grandes desastres e, 30,5% assume que só fica sensível quando ocorre um grande desastre na sua área de residência e/ou de trabalho.

Nesta resposta, podemos observar que a sensibilidade para o papel como o cidadão sente e se deixa afetar pelos desastres, resulta desta apreciação que, de fato, a população não está sensibilizada, a não ser, se for diretamente afetada. Denota que será necessário inverter esta tendência, levando o cidadão a aumentar a sua forma de lidar e assumir uma sensibilização que potencie a sua segurança.

Pergunta 13: Conhece os principais riscos na sua área de residência ou trabalho e as medidas de autoproteção correspondentes?

128 respostas

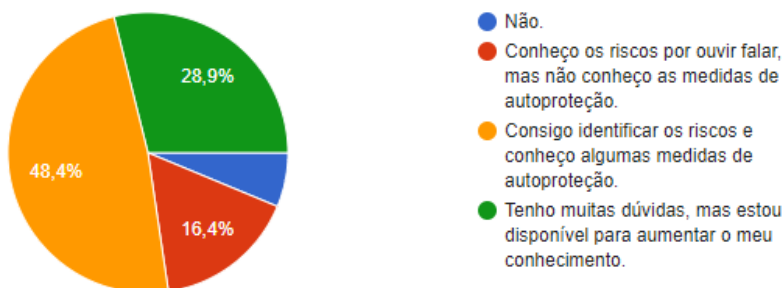


Figura 21 - Conhecimento dos riscos na área de residência e de trabalho

Neste gráfico, podemos observar que apenas cerca de 16% dos inquiridos conhecem os riscos existentes na sua área de residência e conhecem algumas medidas de autoproteção.

Cerca de 48% dos inquiridos assumem ter algum conhecimento, o que denota uma elevada percentagem de inquiridos com um muito elevado défice de conhecimento.

Contudo, cerca de 6% dos inquiridos não conhecem os riscos e cerca de 29% não têm conhecimento ou têm muitas dúvidas sobre as medidas de autoproteção, denotando assim uma grande fragilidade do ponto de vista da resiliência.

Pergunta 14: Como está preparado para a sua autoproteção na habitação

128 respostas

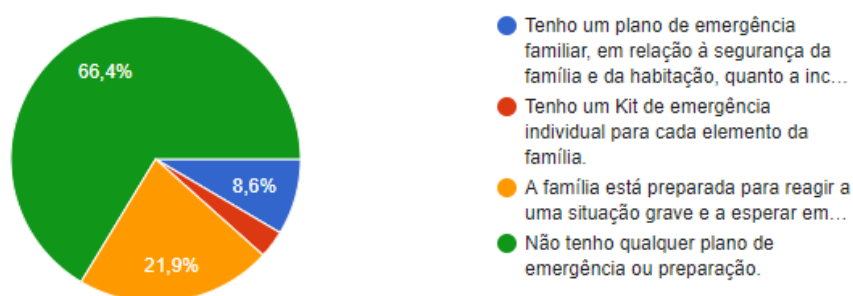


Figura 22 – Importância da autoproteção na habitação

Podemos observar nas respostas deste gráfico, que uma esmagadora maioria dos inquiridos assume não ter qualquer organização familiar para a sua autodefesa, denotando uma fragilidade muito grande na capacidade de resiliência e de segurança das famílias aos riscos no espaço da sua habitação.

Ressalta ainda desta observação, que a preparação dos inquiridos no seu meio familiar não está devidamente acautelada, já que 66% refere não ter qualquer plano de emergência familiar. Denota-se fragilidade nos inquiridos para a sua autoproteção, quer na falta de conhecimento, quer na falta de meios de emergência individual e familiar, como os Kits de emergência.

Apenas uma percentagem de cerca de 9% assume ter alguma preparação ao nível familiar para lidar com situações de emergência.

Pergunta 15: Questão aberta

Em sua opinião o que poderá ser feito para aumentar a Educação para o risco, concretamente quanto à sensibilização, prevenção e formação, a fim de melhorar a cultura de segurança do bem-estar dos cidadãos em geral e dos seus bens e, contribuir para a preservação do ambiente?

As respostas de maior relevo pelo seu conteúdo, foram agrupadas por áreas temáticas de resposta, sendo no ponto 5.2, desenvolvidos os conteúdos resumo, agrupados nas áreas, que são:

- O papel das instituições autárquicas
- O papel das instituições civis
- Formação geral
- Sensibilização
- Alerta e informação pública
- Currículos escolares
- Preparação e treino das populações
- Voluntariado

A totalidade das respostas, dos 128 indivíduos da amostra, encontram-se em anexo (Anexo 2).

3.2.2 Análise dos resultados e propostas inerentes

Analisados os resultados dos 128 inquéritos, vamos agrupar as respostas por áreas, de acordo com os seus conteúdos, o que nos permite ter uma perceção mais realista da multiplicidade de sugestões e propostas recolhidas.

3.2.2.1 A amostra

Os resultados da amostra, apresentam os seguintes indicadores:

- Abrange uma larga faixa etária, ou seja, dos 18 anos a mais de 65 anos;
- Grande dispersão territorial, abrangendo 49 concelhos e 13 distritos;
- Abrangência do nível de escolaridade, desde o 9º ano até doutoramento;
- O seu conhecimento para o risco, a resposta em destaque é, RAZOÁVEL, MAS DISPONÍVEIS PARA AUMENTAR O SEU CONHECIMENTO, o que corresponde a 60,9% da amostra;

- Sobre quem recai a responsabilidade do exercício de prevenir os riscos, e sobre o que é a proteção civil, a resposta é, UMA FUNÇÃO DO ESTADO E DOS CIDADÃOS, o que corresponde a 89% da amostra;
- Na questão de qual deve ser o papel do cidadão na proteção civil, destaca-se a resposta é APROFUNDAR O SEU CONHECIMENTO SOBRE OS RISCOS E AGIR ADEQUADAMENTE, o que corresponde 47,7% da amostra e, ainda, a resposta PARTICIPAR COMO VOLUNTARIO NAS AÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL INTEGRADO NUMA ORGANIZAÇÃO, o que corresponde a 24,2% da amostra;
- Na questão sobre que medidas se podem tomar para melhorar a cultura de segurança e do bem-estar das pessoas e dos seus bens e de preservação do ambiente, temos as prioridades com mais destaque, pelo seu grau de importância:

- ***Ação prioritária 1:***

Tornar obrigatória uma disciplina sobre a Educação para o Risco, em toda a escolaridade, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 17,2%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 38,3% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 39,8%.

- ***Ação prioritária 2:***

Aumentar a oferta académica no Ensino Superior na área da Proteção Civil, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 28,6%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 45% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 18,8%.

- ***Ação prioritária 3:***

Criar dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, numa perspetiva de educação e literacia para o risco, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 14%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 43% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 39,8%.

- ***Ação prioritária 4:***

Participar em formação de adultos para o risco dinamizadas por instituições e organizações, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3

(RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 14%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 48,4% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 36%.

- ***Ação prioritária 5:***

Concretizar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, utilizando diferentes meios (ex: media, supermercados, transportes públicos e outros), as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 13,2%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 50% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 36%.

- ***Ação prioritária 6:***

Privilegiar a ação de instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação focalizados na resiliência ao risco, numa perspetiva de cidadania e educação e literacia para o risco, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 14%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 50,8% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 34,4%.

- ***Ação prioritária 7:***

Sensibilizar as autarquias locais (câmaras e juntas de freguesia) para a dinamização de campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 7%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 37,5% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 53,1%.

- ***Ação prioritária 8:***

Criar contrapartidas na lei, de estímulos fiscais, locais ou nacionais destinados às instituições e organizações que implementassem um programa anual de formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC, as respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 15,3%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 45% e, grau de prioridade (MUITO IMPORTANTE) com 25,7%.

- ***Ação prioritária 9:***

Criar o cartão de cidadão resiliente a quem dinamiza e participa em ações de sensibilização e formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC, as

respostas mais destacadas, foram: grau de prioridade 3 (RAZOAVELMENTE IMPORTANTE) com 22,6%; grau de prioridade 4 (IMPORTANTE) com 36% e, grau de prioridade 5 (MUITO IMPORTANTE) com 18,8%.

- Na questão de resposta aberta, as respostas de maior relevo pelo seu conteúdo foram agrupadas por áreas temáticas de resposta, da seguinte forma:

- **O papel das instituições autárquicas**

Ações de sensibilização a nível concelhio e projetadas para faixas etárias maiores de 18 anos;

Formação a nível de freguesias, utilizando a existência das Unidades Locais de Proteção Civil;

Educar a população adulta, através de campanhas de formação e sensibilização para o risco, medidas de autoproteção, ação preventiva e formas de reação em caso de sinistro. Poderiam ser levadas a cabo por entidades oficiais do Estado, sejam elas da administração central e/ou local e, organizações ligadas à Proteção Civil, ou outras, cuja ação seja certificada no âmbito da defesa e proteção da natureza e do meio ambiente e desenvolvam ações e atividades que envolvam a participação de grupos numerosos de cidadãos, mesmo em atividades de lazer e recreio;

Campanhas periódicas para todos poderem ter conhecimento dos riscos e de como os podem combater ou contornar, promovidas pelas câmaras e juntas de freguesias, com o apoio de associações credenciadas pela ANEPC e mesmo das escolas, mas, também através de grupos organizados de cidadãos;

As autarquias devem promover simulacros de atuação em caso de sismos ou incêndios para a população (adultos e crianças), pois, só depois de muita prática é que as pessoas começam a adquirir automatismos e aceitam as regras de conduta em cada caso;

Criar nas juntas de freguesia ou câmaras municipais, mecanismos próprios para os cidadãos terem acesso com facilidade a informações sobre prevenção e segurança, em caso de emergências várias;

Dar a oportunidade à população civil de participar em ações de formação organizadas pelas instituições locais: camaras municipais e/ou juntas de freguesia para conhecer os riscos existentes nas suas próprias zonas de residência.

- **O papel das instituições civis**

Os poderes locais em colaboração com associações e ou movimentos civis, deviam-se preparar devidamente de forma a poderem localizar riscos locais e quais as formas de prevenção possíveis. Após serem identificados os riscos e terem solução de prevenção, sensibilizar localmente com e realização de fóruns temáticos junto da população;

A segurança da população só se consegue aumentado o seu conhecimento, ou seja, a sua perceção e formação para o risco, seja com ações de formação ou de sensibilização, promovidas por diversas entidades, interagindo com os cidadãos;

Só teremos cidades resistentes se tivermos população de elevada literacia nesta área do SABER. Educar para o risco é a melhor solução para construir resiliência. A proteção civil somos todos nós, cidadãos e instituições;

Ações de formação sobre os riscos para a população adulta, com especial enfoque na que está agregada/integrada a título de voluntariado em determinadas instituições, de cariz de apoio e ajuda social, proteção civil, etc;

A formação deverá também ser assumida frontalmente por empresas e organizações relativamente a atitudes e comportamentos no próprio local de trabalho ou no espaço envolvente. Em suma, criar uma consciência global de proteção civil em toda a população, dinamizando uma consciência de perceção e ação em rede, para a qual todos nós somos peças fundamentais para a anulação ou, pelo menos, a minimização dos riscos e dos seus possíveis efeitos;

Responsabilizar e envolver as grandes entidades económicas, para cooperação na realização de campanhas de informação/sensibilização da população, utilizando os seus produtos, espaços e infraestruturas, ou apoiando a realização de campanhas pelas autarquias e/ou universidades;

Fomentar cultura de segurança na população, através de ações em instituições de ensino formal e não formal, a exemplo da rede de universidades seniores;

Envolver determinadas instituições/associações vocacionadas para a intervenção cívica e ambiental, cujo ADN associativo esteja próximo das questões da proteção do

ambiente e de apoio às pessoas, para com estes se realizar parcerias de formação para os seus voluntários, potenciando uma maior e melhor intervenção de cidadania do voluntariado no âmbito da proteção civil;

Informação e formação a todos, especialmente criar um plano de sensibilização a todos os níveis escolares, envolvendo entidades e grandes empresas com responsabilidade social.

- **Formação geral**

Formação prática ao nível das escolas e das associações - saber fazer;

Curso básicos acessíveis a determinadas idades, com destaque para as idades mais avançadas, ou seja, acima dos 40 anos;

Mais formação disponível fora dos horários de trabalho, para poder ser mais participativo;

Formação e informação da população, com destaque para a população mais idosa, por ser a mais vulnerável;

Tornar obrigatória, nomeadamente na formação dos adultos, através de ações de formação ministradas nas empresas, e/ou nos centros de formação profissional do IEFP para a população desempregada. Promover com uma periodicidade de 5 ou 6 anos, uma revalidação das competências adquiridas e aumentar o seu conhecimento, atualização e a sua preparação;

Cursos de formação de educação e cidadania em proteção civil, ao nível de várias instituições, para educar a população jovem e adulta;

Aumentar a sensibilização e formação de PC na escola, em todo o percurso escolar obrigatório, extensivo a ofertas de formação para adultos, ao nível dos Centros Qualifica (CQ) (centros especializados em qualificação de adultos que têm como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos);

Iniciativas locais de formação e sensibilização para a população adulta, nas instituições locais (ex: associações, coletividades, associações de adultos).

- **Sensibilização**

Enviar a todas as pessoas (via correio) um folheto com as precauções a tomar em caso de sinistro e, posteriormente proporcionar cursos pondo em prática as várias situações. Estes cursos poderiam ser fomentados pelas ULPC das juntas de freguesia que são quem melhor conhecem o território e as necessidades dos cidadãos;

Formações, workshops, ateliers, palestras e seminários na área do ambiente e da proteção civil alargada a todas as faixas etárias, sobre as medidas de autoproteção;

Criar oportunidade de sensibilização da população para aumentar a sua proteção aos riscos, criando dinâmicas de treino e de formação nos espaços urbanos (ex: condomínios, zonas residências envolventes às áreas industriais) semelhantes às criadas no programa de “Aldeia Seguras” para a defesa das populações das aldeias face aos fogos florestais;

Deveriam ser feitas de forma estruturada e continuada ações de formação e informação à população em geral, acerca dos riscos da sua área de residência;

Realização regular de simulacros, nos estabelecimentos públicos e privados, envolvendo as forças vivas locais e, fazer sentir que, todos e cada um tem de ser um agente de proteção civil, pelo que deve aprofundar os seus conhecimentos, para não só poder acorrer aos seus familiares como a terceiros;

Mais informação e sensibilização da população, através da utilização de artigos e/ou bens de uso corrente, servindo estes também como meio de passar informação;

Incentivar os cidadãos a criar o seu plano de emergência familiar e potenciar a capacidade do cidadão de "ler" os riscos e saber "medir" as suas consequências. Famílias resilientes, são famílias mais seguras e mais preparadas para os riscos.

- **Alerta e informação pública**

Implementar informação clara e direta que chegue a toda a população. Como por exemplo: painéis com perguntas tipo "Sabe que a sua habitação está situada num lençol de água? Sabe que o seu local de trabalho está sobre uma falha tectónica? Sabe o que fazer em caso de ser afetado? “;

Para além da difusão dos Alertas e/ou Avisos para situações de risco, quer sejam locais regionais ou nacionais, é necessário perceber se a população para quem é direcionado o Alerta ou Aviso, sabe interpretar, compreender e depois agir em face dessa informação. Não chega difundir informação, se a população não tem conhecimento suficiente para a entender e agir em conformidade;

Na população escolar fazer intervenções educativas, para através do conhecimento se possa previna situações de pânico;

Na população adulta, medidas de reeducação não é um problema apenas dos que são apanhados pela ação destruidora, é um problema de todos. Passar bem a mensagem que, num caso de catástrofe é necessário agir, não é ficar quieto à espera que a ajuda venha até nós;

Organizar meios de contacto com os cidadãos mais acessíveis e mais próximos das pessoas, por exemplo: criar uma APP específica de proteção civil, abrangendo os SMPC e as ULPC, que permita ao cidadão estar mais informado e interagir com as instituições da PC;

Criação de uma APP que permita receber informação, alertas, notícias e permita ao cidadão interagir com a proteção civil (manifestação de vontade de ser voluntário e participação de riscos). A APP poderia ser de âmbito nacional ou então municipal;

Criação de uma APP que permita aos adultos, ter na mão: avisos, alertas, notícias de riscos, acesso às medidas de autoproteção e até comunicar riscos à proteção civil;

Fazer chegar aos cidadãos informação concreta, precisa e objetiva sobre os riscos que enfrentam relativamente ao espaço que ocupam ou frequentam, sejam eles as casas, o local de trabalho ou espaços de utilização comuns. Por exemplo: educação com agentes qualificados em reuniões de condomínio, ações de formação nas empresas e espaços públicos (*mercados / centros comerciais / estações rodoviárias e outras*), simulacros criados não só para avaliar os agentes de proteção civil, mas também (*e muito*) virados para a capacidade de resposta dos cidadãos, nos momentos de acidente rodoviário, doméstico, catástrofe natural e atentado, adversidade das condições atmosféricas (*seca extrema ou tempestades e dilúvios*);

Pequenos vídeos educativos de situações de risco e de emergência a passar em horário nobre nas TV, para informar as populações acerca dos riscos, mas sem alarmismos;

Criar para toda a população dinâmicas pedagógicas e lúdicas, por exemplo: jogos educativos para adultos, crianças e jovens, dentro da temática de educação para os riscos, que potencie também momentos de lazer para serem também oportunidade de sensibilização e de aprendizagem para o risco.

- **Currículos escolares**

Começar a sensibilização pelo ensino pré-primário e alargando a todo o ensino obrigatório;

Implementar no ensino básico e no secundário, uma disciplina que permita a prática de primeiros socorros (por exemplo o Suporte Básico de Vida) e, ainda noções sobre o fenómeno da combustão e utilização de agentes extintores, bem como noções de prevenção de incêndios e de evacuação;

Para a população em idade escolar, deverão criar um plano semelhante ao que foi criado para o ambiente, (bandeiras verdes);

Criar disciplinas de opção nos currículos de ensino formal e não formal sobre estes temas, quer para a população escolar, quer para toda população sénior que queira frequentar.

- **Preparação e treino das populações**

Obrigatoriedade de Formação de Suporte Básico de Vida no processo de obtenção da carta de condução;

Simulacros periódicos, nos municípios e/ou freguesias, e em diversos contextos, para criar a capacidade de resiliência da população aos potenciais riscos locais;

Inclusão de questões sobre segurança do bem-estar dos cidadãos no formulário do censo nacional (para tratamento de dados estatísticos e reavaliação do nível de conhecimentos a cada dez anos);

Os Corpos de Bombeiros poderiam ser chamados a podem dar alguma formação na área dos primeiros socorros, num plano estruturado pela proteção civil local, para a população particularmente a que está agregada em condomínios e ou em associações coletividades, bem como, ensiná-las a como participar algumas situações de emergência;

Uma maior interação entre entidades oficiais e população, para que sejam mais capazes para ajudar a identificar os riscos e também na prevenção;

Tendo em conta que vivemos numa permanente "sociedade de risco", onde cada vez mais exigimos aos serviços de proteção, capacidade e organização técnica, convém que os cidadãos adquiram aquelas capacidades e competências pessoais suficientes para poder contribuir, quer no momento da tragédia, quer no planeamento da autoproteção, para o qual, deverão as instituições de ensino públicas e privadas deverem criar uma cultura de prevenção e segurança no âmbito escolar, pois em definitivo todos somos proteção civil.

- **Voluntariado**

Dotação de maiores competências aos radioamadores, nomeadamente na pedagogia do contacto via-rádio (*provou-se nos incêndios de 2017 que as antenas de telemóvel arderam e as comunicações foram interrompidas*). Qualquer cidadão com rádio da banda do cidadão e bateria consegue comunicar com as autoridades mais próximas;

Na inevitável impossibilidade de chegar a todos os cidadãos, devem privilegiar-se as organizações de cidadãos já existentes, nomeadamente as que contam com jovens e adultos ativos, com maior capacidade de aprendizagem e de ação em sinistros/catástrofes. Também a integração de cidadãos interessados e formados como voluntários municipais de proteção civil, pelos serviços municipais de proteção civil e/ou pelas unidades locais de proteção civil;

Ações praticas de sensibilização/formação ao nível dos elementos da organização da Fraternidade Nuno Alvares-Escuteiros Adultos (FNA), e das demais associações de escuteiros existentes em Portugal, para poderem agir como entidade de voluntariado em proteção civil nas suas comunidades onde estão inseridas;

Criar programas de formação para a população adulta, potenciando o aumento das vontades para o voluntariado em proteção civil;

Em cada pequena localidade, formar um grupo (brigadas de intervenção civis) de cidadãos responsáveis, que disseminarão as aprendizagens sobre prevenção, e serão os primeiros a acorrer em caso de necessidade provocada por qualquer acidente.

3.3 Propostas para uma nova estratégia e um novo paradigma de literacia para o risco

Resulta do apurado no estudo do presente trabalho, com vista a apontar propostas que possam ser contributo para uma estratégia/instrumento de educação da sociedade para o risco, assentes num novo paradigma de educação para o risco para a população, que seja capaz de potenciar o aumento da literacia da população, com destaque para a população adulta. Desta forma propõem-se as seguintes ações:

1. Criar dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, numa perspetiva de educação e literacia para o risco.

A criação de jogos didáticos (Figura 23) na abordagem da temática da educação para os riscos, que em família, ou mesmo a título individual, todos possam ter um momento de lazer e ao mesmo

tempo, estar a debater questões de educação para o risco, concretamente sobre as medidas de autoproteção.



Figura 23 - Exemplo de um jogo didático sobre as medidas de autoproteção/educação para o risco.
Fonte: Compilação do autor

2. Plano de formação de adultos para o risco, dinamizadas por instituições e organizações.

Tendo em conta a experiência do autor, como professor da Academia RUTIS-Porto, na criação e estruturação da disciplina de “Ambiente, proteção de pessoa e bens”, na vertente da proteção civil, pelos resultados obtidos no final do ano letivo, foi possível verificar que os adultos estão abertos e disponíveis para esta aprendizagem e, com ela, adquirir conhecimentos sobre os riscos e sobre as medidas de autoproteção, tornando-os cidadãos mais resilientes.

3. Campanhas de sensibilização, prevenção, e formação da população

Concretizar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, utilizando diferentes meios (Ex: media, supermercados, serviços públicos (Figura 24 e 25), transportes públicos e outros).

A inovação de fazer chegar às pessoas informação que possa ser assimilada no pouco tempo disponível no seu dia-a-dia, adequada e estruturada para as rotinas dos cidadãos, pode potenciar uma maior chamada de atenção, quando ao mesmo tempo estes, com boas estratégias de marketing, podem capitalizar nova informação para a importância da sua segurança.

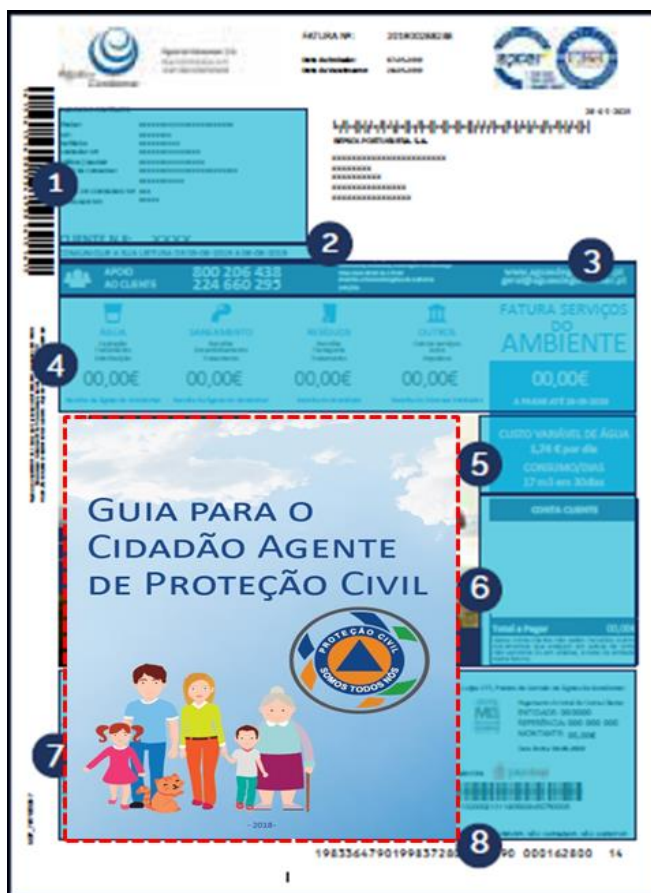


Figura 24 - Imagem meramente ilustrativa, da utilização das faturas dos serviços públicos para campanha regulares de sensibilização da população. Fonte: imagem recolhida no google e montagem compilada pelo autor.



Figura 25 - Imagem meramente ilustrativa, da utilização das faturas dos serviços públicos para campanha regulares de sensibilização da população. Fonte: imagem recolhida no google e montagem compilada pelo autor

A utilização de transportes públicos, nas grandes cidades, designadamente o metro ou os comboios urbanos e suburbanos, as paragens dos autocarros na malha urbana, para a colocação de cartazes informativos sobre os riscos.

Todos estes locais (Figuras 26 e 27) são sítios onde os cidadãos estão parados longos minutos diariamente à espera do transporte ou dentro destes em viagem, se colocados cartazes informativos sobre a forma como se defender dos riscos, com abordagens diferentes ao longo ano, certamente que, estas informações acabariam por ser assimilados ao fim de algum tempo. Atingia-se assim, diariamente, milhares de cidadãos e, envolviam-se as empresas, exercendo estas, desta forma, também, o seu papel de serviço público.

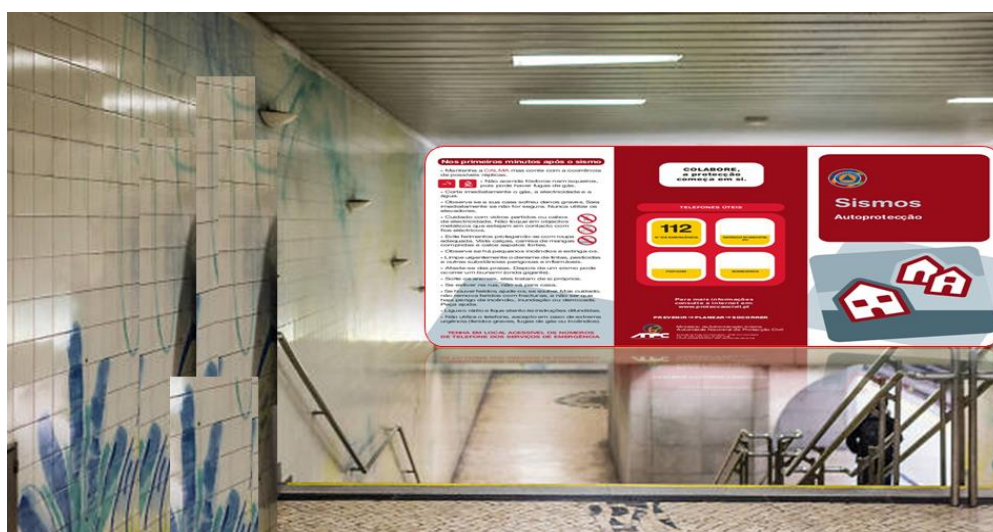


Figura 26 - Imagem montada, meramente ilustrativa de utilização de campanha, nas estações do Metro.
Fonte: imagens recolhidas no google e montagem compilada pelo autor



Figura 27 - Imagem montada, meramente ilustrativa, de campanha de sensibilização, nas composições do metro.
Fonte: imagens recolhidas no google e montagem compilada pelo autor

4. Privilegiar a ação de instituições de voluntariado de proteção civil ou vocacionada para tal, para a realização de ações de sensibilização e formação focalizados na resiliência ao risco, numa perspetiva de cidadania e educação e do aumento da literacia para o risco.

À semelhança das ONG de voluntariados de proteção civil, já acreditadas junto da ANEPC, para este tipo de ações, bem como toda a estrutura das organizações escutistas, sejam elas de associações de jovens escuteiros como o CNE, ou de escuteiros adultos, como seja a FNA, teríamos assim novos agentes de sensibilização. Tendo em conta a sua dispersão territorial pelo país, desde o litoral ao interior, continente e ilhas, de acordo com um plano estruturado pela proteção civil, seja no âmbito da ANEPC, seja do âmbito dos SMPC e/ou das ULCP, teríamos uma rede integrada de serviço voluntário de proteção civil, ao serviço da população e da sua sensibilização e formação.

5. Criar contrapartidas na lei, de estímulos fiscais, locais ou nacionais destinados às instituições e organizações que implementassem um programa anual de formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC.

Sendo a proteção civil uma ação de todos para todos e de todos por todos, então todas as instituições com responsabilidade social e/ou com estatuto de utilidade pública, deveriam ser chamados a colaborar na formação e sensibilização da população, sendo porventura estimuladas ao nível local e a/ou nacional, com determinados incentivos fiscais, designadamente, recuperação do IVA ou parte deste, dos artigos adquiridos para o exercício da sua atividade, bem como os seus membros ativos poderem ter acessos livres e/ou com desconto nas infraestruturas locais e ou nacionais de práticas saudáveis de exercício físico, como por exemplo piscinas, ginásios, etc.

6. Criar o cartão de cidadão resiliente (Figura 28) a quem dinamiza e participa em ações de sensibilização e formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC.

Ao nível dos grupos de cidadãos, quer sejam ao nível de condomínios, das associações e coletividades, quer mesmos dos cidadãos não incluídos em grupos de cidadania, que frequentassem anualmente um programa de formação e sensibilização, patrocinado por um qualquer nível da proteção civil (ANEPC, SMPC e/ou ULPC), participando num determinado número anual de simulacros, associados ao programa, teriam a atribuição do cartão de cidadão resiliente. Este cartão, permitiria um conjunto de apoios, no uso dos equipamentos sociais locais (ao nível do município e/ou freguesia) e recuperação de uma percentagem do IVA na aquisição de material de proteção e combate a incêndio, para o âmbito familiar, desde que tivesse o seu plano de emergência familiar reconhecido pelo SMPC e /ou ULPC.



Figura 28 - Imagem montada, meramente ilustrativa do cartão de cidadão resiliente.
Fonte: Compilação do autor

7. Envolver as grandes entidades económicas, para uma cooperação na realização de campanhas de informação/sensibilização da população, utilizando os seus produtos (Figura 29), espaços e infraestruturas.



Figura 29 - Imagem montada, meramente ilustrativa da campanha nos produtos.
Fonte: imagens recolhidas no google e montagem compilada pelo autor

8. Criar dinâmicas nos espaços urbanos (ex.: condomínios, zonas residências envolventes às áreas industriais) semelhantes às criadas para no programa de “Aldeia Seguras”;

9. Criar de uma APP específica de proteção civil, abrangendo os SMPC e as ULPC, que permita ao cidadão estar mais informado e interagir com as instituições da PC (foi feita já uma versão beta);

Exemplo:

A APP “PROCIV.ULPC. MUNICIPIO DE_____” é uma aplicação para telemóveis de sistema android, de acesso livre ao cidadão, sobre “*Educação para os Riscos na comunidade*”, para potenciar ao cidadão adulto uma atitude mais informada e consciencializada para os riscos.

A APP poderá ser um produto dos SMPC e/ou das ULPC.

APP – Exemplo de MENU

Após instalação da APP, esta poderá implicar um registo do utilizador, com os seguintes dados:

1- REGISTO DO NOVO UTILIZADOR

- Criação de perfil de utilizador
E-mail; sexo; idade; código postal de residência.
Obs: Permitir a localização de georreferenciação

2- MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

- Riscos Naturais
 - 1- Inundações
 - 2- Tempestades
 - 3- Incêndios florestais
 - 4- Sismos
 - 5- Tsunamis
 - 6- Deslizamentos de vertentes/movimentos de massa
 - 7- Ondas de calor
 - 8- Seca
 - 9- Tornados
 - 10- Furacões
- Riscos Antrópicos/Riscos tecnológicos
 - 1- Quedas de estruturas
 - 2- Incêndios urbanos
 - 3- Acidentes com matérias perigosas
 - 4- Acidentes industriais
- Outros riscos
 - 1- Acidentes

- 2- Quedas de árvores
- 3- Encerramento/condicionamento de vias de circulação
- 4- Caminhar na montanha-passear em segurança
- 5- Incêndios domésticos
- 6- Incêndios na escola
- 7- Poluição ambiental
- Kits de sobrevivência em situações de emergência
 - 1- Kit de sobrevivência individual
 - 2- Kit de sobrevivência familiar

3 - PLANOS DE EMERGENCIA

- Plano de Emergência Municipal (*do município em questão*)
- Plano Emergência familiar

4- INFORMAÇÃO/ALERTAS DE METEREOLOGIA

- Fonte: IPMA
- Informação de alertas das alterações meteorológicas, de GRAU de ALERTA AMARELO e SUPERIOR

5- INFORMAÇÃO/ALERTAS DA PROTEÇÃO CIVIL

- Fonte: ANPC
- Informação de alertas das alterações meteorológicas, de GRAU de ALERTA AMARELO e SUPERIOR
- Fonte: SMPC
- Informação de alertas das alterações meteorológicas, de GRAU de ALERTA AMARELO e SUPERIOR e outras de interesse meramente municipal
- Fonte: UNIDADE LOCAL DE PROTEÇÃO CIVIL
- Informação de alertas das alterações meteorológicas, de GRAU de ALERTA AMARELO e SUPERIOR e outras de interesse meramente local.

6 - COMUNICAÇÃO DE RISCOS / PERIGOS

A APP poderá ter também a finalidade de permitir que o cidadão possa reportar/denunciar na própria APP qualquer situação de Risco existente no território do município e/ou Freguesia e/ou da União de Freguesias, sendo automaticamente recebido pelo SMPC e/ou pela ULPC.

O registo desta informação deve permitir ao utilizador:

1. Indicar a rua;
2. freguesia ou,
3. em alternativa:
 - Permitir que através da georreferenciação do telemóvel pela aplicação, o utilizador num toque no mapa que é exibido, fazer toque no local do mapa onde se encontra a situação a comunicar e a APP regista as coordenadas do local denunciado.

7 - EVENTOS

- VISITAS DE ESTUDO AOS APC

Divulgação de eventos a realizar ao longo do ano, com possibilidade do utilizador de se inscrever no evento diretamente na APP.

- VISITAS A ZONAS DE RISCO

Divulgação de eventos a realizar ao longo do ano, com possibilidade do utilizador de se inscrever no evento diretamente na APP.

- PALESTRAS/CONFERENCIAS/SEMINARIOS

Divulgação de eventos a realizar ao longo do ano, com possibilidade do utilizador de se inscrever no evento diretamente na APP.

- EVENTOS LOCAIS COM RECOMENDAÇÕES DE SEGURANÇA DA PROTEÇÃO CIVIL

Divulgação de eventos a realizar ao longo do ano, que implique informações específicas de segurança aos participantes e ou assistentes do evento.

8 – CONTACTOS URGENTES DA PROTEÇÃO CIVIL

- Bombeiros
- Hospital
- Serviços de urgência
- Centros de saúde
- Polícia
- GNR
- SMPC
- ULPC
- Farmácias
- EDP
- SMAS
- Autoridade Marítima
- Funerárias

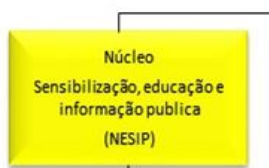
9 - ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL

- Organização da ANEPC
- Organização da Proteção do Município
- Organização da Unidade Local de proteção Civil
- Responsabilidades do Cidadão

10 – VOLUNTARIADO EM PROTEÇÃO CIVIL

Permitir que o utilizador caso pretenda ser voluntário de proteção civil na no SMPC e/ou na ULPC, possa fazer a sua candidatura na APP, com o registo de dados:

- Nome;
- Idade;
- Sexo;
- Formação escolar/académica;
- Aptidões técnicas;
- Disponibilidades;



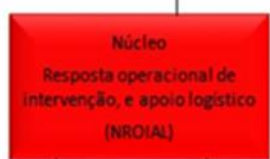
AREA DE AFETAÇÃO DE VOLUNTARIADO:

- Voluntario técnico da área informática
- Voluntario técnico da área de comunicação e imagem
- Voluntario técnico da área de animação cultural
- Voluntario técnico da área de ensino/formação



AREA DE AFETAÇÃO DE VOLUNTARIADO:

- Voluntario técnico da área de Assistência Social
- Voluntario técnico da área de Psicologia
- Voluntario técnico da área de animação cultural



AREA DE AFETAÇÃO DE VOLUNTARIADO:

- Voluntario técnico da área de Engenharia Civil de Proteção Civil
- Voluntario técnico da área de Comunicações
- Voluntários de ação operacional geral

10. **Fomentar a elaboração do plano de emergência familiar** (Figuras 30 e 31), **como instrumento base de formação e sensibilização da família**, com a criação de matrizes simples de elaboração do plano e matrizes de treino de exercício para a família. Serem disponibilizados aos cidadãos pelos SMPC e ULPC, através do qual o princípio da responsabilidade de cidadania fica assumida no seio da família, aumento não só a sua literacia como a sua resiliência.

LEGENDA

- Idade
- Sexo
- Estado civil
- Profissão
- Religião
- Doenças
- Medicamentos
- Alimentos
- Medicamentos
- Medicamentos
- Medicamentos
- Medicamentos

CENÁRIO DO EXERCÍCIO





Pavimento Térreo

Cenário 3





Pavimento Superior

OS RISCOS QUE NOS AMEAÇAM

Ameaças	Vulnerabilidades	Mitigar o risco

Tarefas individuais dos membros da família

Nome	Idade	Tarefa

Quem faz o quê se não estivermos juntos

Nome	Tarefa

Grupo de atenção prioritária

Nome	Idade	Limitação	Quem apoia



Nome	Contendo em

Figura 31 - Imagem meramente ilustrativa de uma matriz de treino didático da elaboração do plano de emergência familiar. Fonte: Compilação pelo autor

Em síntese, neste capítulo, temos referência à análise dos resultados do questionário com a apresentação dos gráficos das respostas dadas, bem como, das respostas diretas em texto, da questão de resposta aberta dos 128 inquiridos.

Temos ainda, a análise das respostas mais evidenciadas, com destaque, para as questões de maior relevo dadas pelos inquiridos, no que concerne à sua maior percentagem de aceitação e por importância e prioridades de implementação.

Na questão de resposta aberta, temos um agrupamento das questões das respostas dados por áreas temáticas, evidenciando assim as áreas de maior destaque nas respostas.

Por último, em função da análise das respostas, temos um conjunto de propostas para a implementação de uma nova estratégia de literacia para o risco, agrupadas em 9 conjuntos de ações.

O propósito deste trabalho tinha à partida a apresentação de uma estratégia e metodologia, que pudesse potenciar o aumento da literacia para os riscos como instrumento de resiliência da sociedade, para a tornar mais segura e sensibilizada para a autoproteção face aos riscos e implementação adequada das medidas de autoproteção pela população.

Ao nível da comunidade internacional, está presente uma Campanha com a designação de “Cidades Resilientes” (“Making Cities Resilient: ‘My City is getting ready!’ no original) para realçar a importância do patamar local no desenvolvimento de comunidades resilientes.

Em Portugal, a educação para o risco surge esplanada na Lei de Bases da Proteção Civil, Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto (segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), onde consagra o direito dos cidadãos à informação e formação em matéria de proteção civil, preconizando a inclusão (facultativa) no currículo escolar nos seus diversos graus, de matérias de proteção civil e autoproteção.

Ao nível da comunidade nacional, no âmbito das atividades da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes, realizadas em 2015, foi divulgada a 1ª edição da publicação “Cidades Resilientes em Portugal”, editado pela ANEPC (2016), onde constavam as ações desenvolvidas pelos sete municípios. Acresce ainda ao nível nacional, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, que vem reforçar o conceito de que «proteção civil» é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos.

Ao nível das instituições da sociedade civil, existem as organizações de voluntários de proteção civil, reconhecidas pela ANEPC, abrangidas pela Portaria 91/2017, de 02 de março, sendo estas organizações mais vocacionadas para a intervenção com incidência na sua totalidade para a área operacional. Temos, ainda registado, algumas experiências de formação não formal, não integradas num qualquer plano nacional estratégico para a educação da população adulta, por não existir, ficando-se apenas, pelo trabalho desenvolvido ao nível de algumas associações de escutismo de jovens e de escuteiros adultos, bem como uma experiência isolada na rede de universidades sénior, mais concretamente na RUTIS-Porto.

Desde 2013 que a ANEPC, para além de algumas publicações de carácter informativo e de sensibilização geral, disponíveis na sua página oficial, vem organizando “Cursos Gerais de Proteção Civil”, destinados especificamente a educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário. Contudo, a não obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares de uma disciplina de proteção civil, torna ineficaz e não rentabiliza o investimento na realização dos cursos.

O Ministério da Educação e Ciência editou e divulgou o manual “Referencial de Educação para o Risco (RERisco)”, com data de 2015, que surge como documento orientador para implementação da educação para o risco desde a Educação Pré-Escolar até aos Ensinos Básico e Secundário. No entanto, a sua aplicação na dinâmica educativa da escola é de carácter meramente facultativo.

Foi elaborado um inquérito por questionário, feito no docs. google, composto por 15 questões, sendo que a última questão era uma questão aberta, para possibilitar que os inquiridos pudessem acrescentar o seu ponto de vista para a temática da educação para o risco, ao qual responderam 128 indivíduos do grupo alvo escolhido (FNA).

Para o desenvolvimento do trabalho e para a concretização do primeiro objetivo que foi definido (identificar a perceção dos riscos da população adulta), elaborou-se um inquérito, que após ter sido definido o grupo alvo (os escuteiros adultos da FNA), foi disponibilizado online, tendo resultado em 128 inquéritos devolvidos.

Analisado a amostra, esta abrange uma larga faixa etária, ou seja, vai dos 18 anos a mais de 65 anos, com grande dispersão territorial, abrangendo 49 concelhos de 13 distritos, com níveis de escolaridade desde o 9º ano até ao doutoramento. Foi possível apurar o seu conhecimento para o risco, da qual a resposta em destaque é, “razoável”, mas “disponíveis para aumentar o seu conhecimento”, o que corresponde a 60,9% da amostra. Estamos, portanto, perante uma disponibilidade alargada para aumentar o conhecimento, que muito se tem acentuado, devido as situações de catástrofes cada vez mais presente na vida das pessoas.

Resulta ainda do apurado:

- Que se deveria tornar obrigatória uma disciplina sobre a Educação para o Risco, em todo o percurso escolar, de modo a tornar eficaz e a rentabilizar o investimento na realização dos cursos base de proteção civil para os Educadores e Professores;
- Aumentar a oferta académica no Ensino Superior na área da Proteção Civil;
- Criar dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos;
- Fomentar a participação de ações de formação de adultos para o risco dinamizadas por instituições e organizações;
- Fomentar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população;

- Privilegiar a ação de instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação focalizados na resiliência ao risco, são expressas de forma convicta nos resultados apurados.

Para além do já descrito, foi possível ainda apurar que:

- A população adulta está aberta a aumentar os seus conhecimentos, para melhor garantir a sua segurança;

- Que se deveria envolver as instituições e grande empresas com responsabilidade social na estratégia e concretização de planos de informação, sensibilização e cultura da população para o risco.

A capacidade de literacia de uma população será maior sempre que formos capazes de criar oportunidades de formação e de sensibilização, com capacidade de serem monitorizadas para se avaliar a penetração da mensagem a difundir, ou seja, sabermos se a mensagem é compreendida e poderá ser posta em prática. Assim, teremos melhor literacia para o risco na nossa população.

O envolvimento dos cidadãos na constatação, reconhecimento, interpretação e compreensão dos riscos existentes e das consequências, com que são confrontados no território onde habitam e/ou trabalham, são uma mais valia para o processo de resiliência.

A necessidade de se desenvolver de forma estruturada e coordenada, ações de formação sobre os riscos para a população adulta, com especial enfoque na que está agregada/integrada a título de voluntariado, potenciando assim, não só, cidadãos mais resilientes, mas também, potenciais cidadãos disponíveis, para serem voluntariados de proteção civil nas suas organizações locais.

Pretendeu-se defender ao longo da dissertação, que a construção, de cidades resilientes não se fazem, só, com ações pontuais de determinadas organizações, sejam elas ao nível de entidades do poder central e/ou ao nível do poder local. Antes, fazem-se com o envolvimento dos cidadãos, através de ações de formação, de sensibilização e participação nas ações de prevenção, com especial enfoque para a formação da população adulta.

Tendo os cidadãos capacitados, teremos certamente maiores resultados nas ações das organizações para potenciarem cidades mais resilientes. Se tivermos cidades mais resilientes, teremos uma nova cultura de segurança, ou seja, um novo paradigma de envolvimento e de responsabilização do cidadão na proteção civil.

Ao longo do trabalho, a maior dificuldade foi encontrar referência a uma metodologia estruturada para contribuir para aumentar a literacia da população aos riscos, particularmente direcionada para a população adulta, seja no âmbito de um modelo de formação formal e/ou não formal e, até, no modelo de formação informal. Após pesquisas, se pode concluir de que temos apenas registos de ações pontuais em alguns municípios de Portugal, com destaque para os que aderiram à rede de Cidades Resilientes.

Existem objetivos na legislação para aumentar a resiliência da população aos riscos, mas, falta ainda uma metodologia estruturada e apoiada em ações vocacionadas para a população adulta e para as organizações de cidadãos, sustentadas por programas de formação formal e/ou não formal.

Assim pretendeu-se neste trabalho, apontar uma metodologia para aumentar a literacia da população adulta aos riscos, com propostas de desenvolvimento de ações de formação. Ao mesmo tempo, potenciar o envolvimento desta, em ações desenvolvidas pelo sistema de proteção civil, mas também envolvendo grandes organizações/empresas no processo. O desafio é de que todos assumam um contributo para aumentar a capacidade dos cidadãos, para fazer face a este desafio de todos, e todos, sermos capazes de nos envolvermos na construção das Cidades Resilientes.

Em síntese, atingir o segundo objetivo, o de criar um novo paradigma de educação para o risco, para a população adulta, para melhorar a cultura de segurança, a proteção de bens/património e a preservação do ambiente.

Para além das ações de formação, envolver diversas entidades e organizações no processo, também, o propor instrumentos de sensibilização e de divulgação, para potenciar a cultura da autoproteção da população, para as questões da proteção civil, é caminho apontado pela e para a criação de dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, numa perspetiva de educação e literacia para o risco, levando assim à concretização do terceiro objetivo proposto neste trabalho.

Futuramente, para aumentar os contributos na análise e investigação que potencie uma verdadeira coresponsabilização de todos, estado e privados, era importante aumentar a oferta de debates na academia e fóruns de decisão, para que globalmente fosse assumido quer politicamente quer socialmente, que urge estabelecer mecanismos para uma verdadeira comunidade resiliente, com uma cultura de segurança estruturada e assumida.

Aumentar a literacia é uma aposta ainda a ganhar por todos, com todos e para todos.

Fica o trabalho de dissertação com propostas e uma nova visão de caminho que possa reforçar o conceito da Lei n.º 27/2006 de 3 de julho, alterada pela Lei nº. 80/2015, de 3 de agosto (segunda alteração), do seu art.º 1: *“a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.”*

“A PROTEÇÃO CIVIL SOMOS TODOS NÓS.”

***“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o
que melhor se adapta às mudanças “.***

Charles Darwin

“Se você quer chegar aonde a maioria não chega,

Faça o que a maioria não faz”

Bill Gate

- Abilio Figueiredo. (2004). *Ética e Formação em Enfermagem* (04-2004 ed.). Lisboa: Climepi Editores.
- Alarcão, I. (2001). *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*, Porto Alegre, Artes Médicas, 144 p.
- Amaro, A. D. (2020). *Revista Territorium 27. Riscos e Cultura de Segurança em Proteção Civil*, pp. 145-153.
- ANEPC. (2012). *Medidas de Auto-proteção*. Obtido em abril de 2019, de Autoridade Nacional de Proteção Civil: <http://www.prociv.pt/pt-pt/educacaopararisco/centrorecursos/Paginas/default.aspx#/collapse-2>
- ANEPC. (2019). *Arribas*. Obtido em maio de 2019, de Autoridade Nacional de Proteção Civil: <http://www.prociv.pt/bk/educacaopararisco/centrorecursos/Documents/Arribas.pdf>
- ANEPC. (2019). *Diretiva Operacional Nacional, nº 2*. Lisboa.
- ANEPC. (2019). *Formação de Professores*. Obtido em maio de 2019, de Autoridade Nacional de Proteção Civil: <http://www.prociv.pt/pt-pt/educacaopararisco/apoioprofessor/Paginas/default.aspx>
- ANEPC. (2019). *Quadro de Acção de Hyogo para a Redução do Risco de Catástrofes*. Obtido em junho de 2019, de plataforma nacional para a redução de riscos de catástrofes: <http://www.pnrrc.pt/index.php/declaração-de-hyogo>
- ANEPC. (2019). *Visitar a Serra da Estrela em Segurança*. Obtido em maio de 2019, de Autoridade Nacional de Proteção Civil: http://www.prociv.pt/bk/educacaopararisco/centrorecursos/Documents/Visitar_a_Serra_da_Estrela.pdf
- Araújo, D. R. (2013). *Educação em Defesa Civil e Proteção Comunitária - Construindo Cidades Resilientes*. Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do Grau de licenciatura em Pedagogia na modalidade EAD, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.
- Azevedo. (2009). Literacias, contextos e práticas. Em *Modelos e Práticas em Literacia* (p. pag. 1 e 6). Lidel - Edições Técnicas.
- Azevedo, F. (2011). VII Encontro de Educação: Numeracia e Literacia em Educação – Escola Superior de Educação Jean Piaget, Campus. *Educar para a literacia: perspectivas e desafios*, pp. 1-14.
- Bruno, A. (2014). Educação formal, não formal e informal: da triologia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. *Mediações - Revista Online da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal*, 2(2).
- Canário. (2004). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. Em S. P. Educação (Ed.), *A Educação em Portugal*.

- Carvalho, G. S. (2009). Literacia científica: Conceitos e dimensões. Em *In: Azevedo, F. & Sardinha, M.G. (Coord.) Modelos e práticas em literacia. Lisboa: Lidel, pp.179-194.*
- CNE. (2002). *Competências & Especialidades* (3ª ed.). Lisboa, Portugal: Corpo Nacional de Escutas.
- Conselho Nacional de Educação. (2011). Educação para o Risco. *Recomendação N. 5/2011.*
- Faria, S. (2007). *Educação e Formação*. Obtido em junho de 2019, de Supervisão Clínica na Enfermagem, no Caminho da Excelência:
<http://supervisaoclinicanaenfermagem.wikidot.com/educacao-e-formacao>
- Fraternidade de Nuno Álvares. (2019). *Estatutos e Regulamentos*. Obtido em abril de 2019, de <http://www.fna-escuteiros.org/page/prot-civil.htm>
- Gohn. (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiais n as escolas. Rio de Janeiro, Brasil. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1590/50104403620060000100003>
- Gomes, C. (2002). Tese de Mestrado em Ciências Sociais. *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos*, pp. 5-14.
- Hortas, M. J & Campos, J. (2014). Interações Nº. 29. *Educação Formal e Não Formal: Entre a Formação e a Intervenção*, pp. 1-7.
- Literacia em Portugal - resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica.* (1996). Fundação Calouste Gulbenkian .
- Lopes, L. M. (2020). Revista Territorium 27. *Riscos e Cultura de Segurança em Proteção Civil*, pp. 145-153.
- Luis Carvalho, Ursula Carrasco, Manuel Farinha, Sandra Batista, José Mihuel Fernandes, Guilherme Sousa, Nuno Leitão. (2013). IX Congresso da Geografia Portuguesa. (U. d. Évora, Ed.) *Risco, desastre e resiliencia - Um desafio para a cidade da Amadora.*
- Ministério da Educação. (2003). *Manual de utilização, Manutenção e Segurança das Escolas* (2ª ed.). (M. d. Educação, Ed.) Portugal: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação e Ciência. (2015). *Referencial de Educação para o Risco - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos)*. (M. d. Ciência, Ed.) Obtido em maio de 2019, de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_Risco/documentos/referencial_risco.pdf
- Nutbeam. (200). *Advancing health literacy: a global challenge for the 21 st. Century* (Vols. 15 - nº 3).
- PNRRC. (2019). *Declaração de Hyogo*. Obtido em junho de 2019, de plataforma nacional para a redução do risco de catástrofes: <http://www.pnrrc.pt/index.php/declaracao-de-hyogo>
- PNRRC. (2019). *Estratégia Internacional de Redução do Risco de Catástrofes*. (P. N. Colectivos, Editor) Obtido em junho de 2019, de plataforma nacional para a redução do risco de catástrofes: <http://www.pnrrc.pt/index.php/documentos-estruturais/>

- Resilientes, Cidades. (2019). *Cidades Resilientes*. Obtido em junho de 2019, de Cidades Resilientes: http://www.prociv.pt/bk/riscosprev/redriscocatastrofe/Documents/Cidades_Resilientes_em_Portugal_2016_PNRRC.pdf
- Ribeiro, M. J. (2008). Segurança e Proteção Civil: reflexão sobre a cidadania e participação pública. Em I. d. Segurança, *Revista de Direito e Segurança*, nº 11 (Janeiro/Junho). Lisboa.
- Rodrigues, T. (2010). A estratégia internacional de redução de desastres. *Revista Territorium*, nº 17.
- Serviço Nacional de Proteção Civil. (2002). *A Proteção Civil em Casa*. (S. N. Civil, Ed.) Portugal.
- Silva, A. O. (2018). Tese de Mestrado em Dinâmicas Sociais, Riscos Naturais e Tecnológicos, na Especialidade Ciência do Risco. *Estratégias para construir cidades resilientes*.
- Trilla Bernet. (2003). La Educación no Formal. Em M. d. Cultura, *Educación No Formal: Lugar do conocimientos. Selección de textos* (pp. 27-50). Espanha: Direcção de Educación.
- UNISDR. (2012). *Como Construir Cidades Mais Resilientes - Um Guia para Gestores Públicos Locais*. Geneva: Strategy, United Nations International.
- UNISDR. (2019). *Declaração de Sendai*. Obtido em junho de 2019, de UN Office for Disaster Risk Reduction: <http://www.unisdr.org/we/coordinate/sendai/framework/smastr16.blog.core.windows.net/portalnovomedia/.../Declaracao-de-Sendai>
- UNISDR. (2019). *O Dia Internacional da Redução do Risco de Desastres*. Obtido em junho de 2019, de UN Office for Disaster Risk Reduction : <http://www.unisdr.org/disasterreductionday>

ANEXO 1 – QUESTIONARIO DO INQUÉRITO

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO QUESTIONÁRIO DE RECOLHA DE DADOS PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PROTEÇÃO CIVIL

Este inquérito por questionário faz parte integrante da investigação no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Proteção Civil a apresentar na Universidade Lusófona do Porto e é totalmente anónimo e confidencial.

Tem como finalidade saber de que forma a Educação para o risco poderá funcionar como estratégia/instrumento de resiliência da sociedade e contribuir para o desenvolvimento de estratégias de sensibilização e formação da população adulta para o risco, com o objetivo de melhorar a cultura de segurança, o bem-estar das pessoas, a proteção de bens/património e a preservação do ambiente?

Pedimos-lhe, por isso, que responda com sinceridade.

Para este questionário, o grupo alvo escolhido foi a Fraternidade Nuno Alvares - Escuteiros Adultos.

Os dados recolhidos servem, apenas, para fins estatísticos. Muito obrigado pela sua colaboração.

.....

1. IDADE

- ☐ 18 a 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 a 55 anos
- ☐ 56 a 65 anos
- ☐ Mais de 65 anos

2. SEXO

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3. DISTRITO de RESIDÊNCIA *

4. CONCELHO DE RESIDÊNCIA *

5. GRAU DE ESCOLARIDADE *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 4ª classe (ou semelhante)
- ☐ 9º ano
- ☐ 12º ano
- ☐ Curso Técnico Superior Profissional
- ☐ Licenciatura
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

5.1- EM CASO DE TER FORMAÇÃO SUPERIOR, INDIQUE QUAL A SUA ÁREA

6. PARA ALÉM DO ESCUTISMO INTEGRA OUTRA ORGANIZAÇÃO DE VOLUNTARIADO?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ de PROTEÇÃO CIVIL
- ☐ de Apoio Social
- ☐ de Ajuda Humanitária

RISCOS DE PROTEÇÃO CIVIL

7. DO SEU PONTO DE VISTA O SEU CONHECIMENTO PARA O RISCO É: *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum
- ☐ Apenas o que leio na comunicação social, mas sem dar grande importância às normas divulgadas.
- ☐ Estou sempre atento às notícias sobre os avisos para os diferentes riscos e procuro estar devidamente esclarecido.
- ☐ Razoável, mas estou disponível para aumentar o meu conhecimento sobre os riscos e a forma de agir adequadamente.

CONHECIMENTO GENÉRICO SOBRE OS DIFERENTES RISCOS, SUA SENSIBILIDADE PARA OS MESMOS E COMO PREVENIR OS SEUS EFEITOS.

8. EM SUA OPINIÃO O QUE É A PROTEÇÃO CIVIL? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Uma função exclusivamente do Estado
- ☐ Uma função apenas das entidades com responsabilidades diretas na prevenção e socorro
- ☐ Uma função e responsabilidade dos cidadãos
- ☐ Uma função do Estado e dos cidadãos

9. EM SUA OPINIÃO QUAL DEVE SER O PAPEL DO CIDADÃO NA PROTEÇÃO CIVIL? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum. Não tem qualquer intervenção.
- ☐ Estar atento às notícias sobre este assunto.
- ☐ Procurar informar-se sobre situações de risco prováveis de acontecer.
- ☐ Conhecer o papel das instituições oficiais com responsabilidade direta na proteção civil.
- ☐ Aprofundar o seu conhecimento sobre os riscos, para agir adequadamente.
- ☐ Participar como voluntário nas ações de proteção civil.
- ☐ Participar como voluntário nas ações de proteção civil, integrado numa organização.

10- EM SUA OPINIÃO, QUE MEDIDAS SE PODEM TOMAR PARA MELHORAR A CULTURA DE SEGURANÇA E DO BEM-ESTAR DAS PESSOAS E DOS SEUS BENS E DE PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE? (resposta múltipla: 1 menos importante e cinco mais importante)

- ☐ Tornar obrigatória uma disciplina sobre a Educação para o Risco, em toda a escolaridade
- ☐ Aumentar a oferta académica no Ensino Superior na área da Proteção Civil
- ☐ Criar dinâmicas pedagógicas e lúdicas, nomeadamente jogos educativos, numa perspetiva de educação e literacia para o risco
- ☐ Participar em formação de adultos para o risco dinamizadas por instituições e organizações

- Concretizar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, utilizando diferentes meios (ex: media, supermercados, transportes públicos e outros).
- Privilegiar a ação de instituições de voluntariado representativas para a realização de ações de sensibilização e formação focalizados na resiliência ao risco, numa perspetiva **de cidadania e educação e literacia para o risco**.
- Sensibilizar as autarquias locais (câmaras e juntas de freguesia) para a dinamização de campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco.
- Criar contrapartidas na lei, de estímulos fiscais, locais ou nacionais destinados às instituições e organizações que implementassem um programa anual de formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC.
- Criar o cartão de cidadão resiliente a quem dinamiza e participa em ações de sensibilização e formação para o risco, validadas pela ANEPC e/ou SMPC.

11. EM SUA OPINIÃO, A POPULAÇÃO ADULTA ESTÁ SENSIBILIZADA PARA O RISCO? *

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Apenas quando acontecem grandes desastres
- Apenas quando acontecem desastres na zona onde residem ou trabalham
- Apenas quando estão familiares e/ou amigos em risco

12. CONHECE OS PRINCIPAIS RISCOS NA SUA AREA DE RESIDÊNCIA OU TRABALHO E AS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO CORRESPONDENTES? *

Marcar apenas uma oval.

- Não.
- Conheço os riscos por ouvir falar, mas não conheço as medidas de autoproteção.
- Consigo identificar os riscos e conheço algumas medidas de autoproteção.
- Tenho muitas dúvidas, mas estou disponível para aumentar o meu conhecimento.

13. COMO ESTÁ PREPARADO PARA A SUA AUTOPROTEÇÃO NA HABITAÇÃO *

Marcar apenas uma oval.

- Tenho um plano de emergência familiar, em relação à segurança da família e da habitação, quanto a incêndio, fuga de gás ou sismo.
- Tenho um Kit de emergência individual para cada elemento da família.
- A família está preparada para reagir a uma situação grave e a esperar em segurança até poder ser socorrida.
- Não tenho qualquer plano de emergência ou preparação.

14. QUESTÃO ABERTA

Em sua opinião, o que poderá ser feito para aumentar a Educação para o risco, concretamente quanto à sensibilização, prevenção e formação, a fim de melhorar a cultura de segurança do bem-estar dos cidadãos em geral e dos seus bens, e contribuir para a preservação do ambiente?

ANEXO 2 – RESPOSTAS DADAS À QUESTÃO ABERTA

1. A segurança da população só se consegue, aumentado o seu conhecimento, ou seja, a sua formação para o RISCO, seja com ações de formação, seja com ações de sensibilização, sejam de campanhas promovidas por diversas entidades, interagindo com os cidadãos. Só teremos cidades resistentes se tivermos população de elevada literacia nesta área do SABER. Educar para o risco é a melhor solução para construir resiliência. A proteção civil somos todos nós, cidadãos e instituições.
2. Formação prática ao nível das escolas e das associações - saber fazer
3. Mais resposta a nível proteção civil
4. Campanhas frequentes de sensibilização.
5. Mais formação/ informação
6. Haver mais formações nesta área para que as pessoas estejam preparadas para atuar.
7. Campanhas de sensibilização
8. Formações locais.
9. Ações de formação a fazer nas juntas de freguesia
10. Sugerem no questionário a criação de uma disciplina específica para este fim. Acho que uma disciplina não é necessário, mas na atualmente disciplina de cidadania deveria ser contemplada este tema e que esta disciplina seja lecionada do 1 ao 12 ano.
11. Talvez entregar a todas as pessoas (via correio) um folheto com as precauções a tomar em caso de sinistro e, posteriormente proporcionar cursos pondo em prática as várias situações. Estes cursos poderiam ser fomentados pelas Juntas de Freguesia que são quem melhor conhece as necessidades dos cidadãos.
12. Várias ações são necessárias: 1) Obrigatoriedade de Formação de Suporte Básico de Vida em toda a escolaridade obrigatória (incluindo carta de condução); 2) Simulacros periódicos, pelo menos quatro ao ano e, em diversos contextos, sem aviso prévio; 3) Inclusão de questões sobre segurança do bem-estar dos cidadãos no formulário do censo nacional (para tratamento de dados estatísticos e reavaliação do nível de conhecimentos a cada dez anos); 4) Ações de sensibilização a

nível concelhio e projetadas para faixas etárias maiores de 18 anos (as empresas são obrigadas a formação em HST mas secundarizam-se os desastres naturais, situações de emergência e resgate, basta perguntar a qualquer cidadão quando participou pela última vez num simulacro. Arrisco-me a dizer que foi quando "andava na escola"); 5) Dotação de maiores competências aos radioamadores, nomeadamente na pedagogia do contacto via-rádio (provou-se nos incêndios de 2017 que as antenas de telemóvel arderam e as comunicações foram interrompidas. Qualquer cidadão com rádio da banda do cidadão e bateria consegue comunicar com as autoridades mais próximas; 6) Facilidade de contribuição de dados meteorológicos para o IPMA, mais precisos e com maior dispersão territorial. Em concelhos com grandes dimensões geográficas e apenas com dados referentes à capital de concelho, os registos de ventos fortes, intempéries, etc. são nulos (ex: concelhos do Alentejo); 7) Coimas mais elevadas para infratores ambientais (vulgo entulhos, plásticos nos recursos hídricos); 8) Maior vigilância em épocas de caça, não só pelo abate animal, mas pelos prejuízos de poluição, com cartuchos vazios visíveis em vários terrenos; 8) Construção de mais ETAR's em toda a orla costeira portuguesa; 9) Isenção de portagens para veículos pesados de passageiros, evitando a fuga destes para as estradas nacional, aumentando assim o risco de sinistralidade; 10) Cobertura financeira às atividades de plantação de espécies autóctones arbóreas para organizações que se dediquem a estes eventos (ex: atividades da Fraternidade Nuno Álvares-Escuteiros Adultos, no Alvão, Serra da Gardunha, Mata da Machada - Barreiro, Olhão, entre outras). As deslocações dos participantes e respetiva alimentação deveriam ser comparticipadas também pelas instâncias locais e não apenas pelos órgãos centrais da associação escutista.

13. Começar a sensibilização pelo ensino pré-primário e todo o ensino obrigatório.
14. Formações, Workshops, Ateliers, Palestras Seminários e Simulações na área do Ambiente e da Proteção Civil alargada a toda a Sociedade e a todas as faixas etárias.
15. Começar no ensino básico e no secundário com praticas de socorro (por exemplo o Suporte Básico de Vida) e noções sobre o fenómeno da combustão e agentes extintores, bem como noções de prevenção de incêndios e de evacuação.
16. Curso acessíveis e básicos, determinadas idades, com destaque para as idades mais avançadas, ou seja, acima dos 40 anos.
17. Não tenho conhecimentos para emitir opinião
18. Ensinar medidas de prevenção desde pequeninos
19. Ter mais informação e instrução para tal.

20. Ações de formação sobre os assuntos focados para a população adulta, com especial enfoque na que está agregada/integrada a título de voluntariado em determinadas instituições, de cariz de apoio e ajuda social, proteção civil, etc.
21. Aumentar o conhecimento e dar a conhecer meios de sensibilização e prevenção.
22. Mais informações sobre as medidas de autoproteção abertas à comunidade.
23. A sensibilização das crianças e jovens, nas escolas e nos programas educativos. Bem assim, também mobilizar os voluntários adultos na dinamização de um programa da proteção civil digno desse nome
24. Havendo mais formação a nível de freguesias, utilizando a existência das Unidades Locais de Proteção Civil.
25. Aumentar a oferta formativa o ensino oficial e no local de trabalho
26. Implementar informação clara e direta que chegue a toda a população. Como exemplo painéis com perguntas tipo: "sabe que a sua habitação está situada num lençol de água? Sabe que o seu local de trabalho está sobre uma falha tectónica? sabe o que fazer? Para além da difusão dos Alertas e/ou Avisos para situações de risco, quer sejam locais, regionais ou nacionais, é necessário perceber se a população para quem é direcionada ao Alerta ou Aviso, sabe interpretar, compreender e depois agir em face dessa informação. Não chega difundir, se a população não tem conhecimento suficiente para entender e agir corretamente. Na população escolar fazer intervenções educativas para que através do conhecimento se previna situações de pânico, na população adulta medidas de reeducação, não é um problema dos que são apanhados pela ação destruidora é um problema de todos. Passar bem a mensagem que num caso de catástrofe é agir e esperar ajuda não é ficar quieto à espera que ajuda venha.
27. Mais divulgação nas redes sociais, sobre os riscos e a forma de os evitar e minimizar os seus impactos nas pessoas e no património.
28. Criar oportunidade de sensibilizar a população para aumentar a sua proteção aos riscos, criando dinâmicas nos espaços urbanos (ex: condomínios, zonas residências envolventes às áreas industriais) semelhantes às criadas para no programa de “Aldeia Seguras” para a defesa das populações das aldeias face aos fogos florestais.
29. Começar por trabalhar estes aspetos ao nível do ensino obrigatório.

30. A meu ver, só os boletins informativos, não chega. As pessoas precisam de ver para ficar alguma coisa. Tem de haver algo parecido com simulacros, para chamar atenção.
31. Mais formação disponível fora dos horários de trabalho para poder ser mais participativo.
32. Fazerem simulacros e envolver a população e as instituições da localidade.
33. Desde que se criaram várias instituições chamadas de proteção civil, o trabalho de quem agia prontamente foi dificultado por estar à espera de ordens de quem nada percebe! Sim, falo dos Bombeiros que necessitam autorização de quem nada percebe, aliás, agora toda a gente percebe!
34. A educação que deve começar em casa e ter um plano de emergência familiar para saber agir em casa. Ir para o terreno viver a realidade e colocar um pouco de parte a tecnologia do sofá.
35. Temos os nossos Bombeiros que sempre podem dar alguma formação na área dos primeiros socorros para a população, particularmente a que está agregada em condomínios e ou em associações coletividades, bem como, ensina-las a como participar algumas situações de emergência
36. Deve começar na escola, com alguma informação, depois com aulas práticas e teóricas numa disciplina de educação cívica no secundário.
37. Informar a população sobre todos os riscos.
38. Mais formação e informação, particularmente levar o plano de emergência familiar a ser um instrumento a utilizar pelas famílias. Famílias resilientes, são famílias mais seguras e mais preparadas para aos riscos.
39. Começando pela formação nas escolas e porque não? formação nos empregos.
40. Educar as crianças. Hoje não estamos preparados, mas se educarmos de forma permanente, as gerações futuras estarão preparadas.
41. A educação para esta e outras problemáticas devia iniciar-se nos primeiros anos de escolaridade, com programas devidamente estruturados.
42. Informação e formação a todos, especialmente começar a pensar criar um plano de sensibilização a todos os níveis escolares, envolvendo entidades e grandes empresas com responsabilidade social.
43. Desde a primária ao secundário, passando pelas universidades, toda as campanhas de prevenção entre os mais jovens são bem-vindas. Só assim poderemos salvaguardar o futuro.

Apenas acho que as proteções civis deviam ser mais apoiadas, mas com um controlo estatal, não vá haver abusos de gestão. Responsabilizar os intervenientes que acusem desleixo nas funções.

44. Quanto aos descontos fiscais não concordo pois a verbas saem sempre do orçamento do estado daí não haver razão para apoios fiscais. Já todos contribuímos com impostos não é necessário mais benefício. Em caso de catástrofe existem apoios para tal, internos e europeus. Em casos pontuais temos as proteções civis concelhias.

45. O mais importante passa pelo voluntariado isso sim devia ser compensado como são os bombeiros voluntários e bem como todas as instituições de cariz social. Dai bater novamente na tecla da responsabilização dos cargos de chefia.

46. Mais informações talvez nas redes sociais, visto que hoje em dia as pessoas passam imenso agarradas ao telemóvel, ou a criação de uma APP específica de proteção civil, que permita ao cidadão estar mais informado.

47. O tema tem que ser abordado nas diferentes áreas e nos diferentes graus de instrução, de forma gratuita e universal.

48. As instituições responsáveis pela prevenção do risco deveriam ter medidas mais específicas para aturar em caso de risco.

49. Não existe nenhum conhecimento, por parte destas instituições, de como proteger minorias mais desfavorecidas que não são capazes de se proteger, como sejam os deficientes e traumatizados de guerra.

50. Indivíduos que em caso de risco se comportam de forma inesperada e imprevisível podendo colocar-se em risco a si e a quem os queira socorrer.

51. Incrementar campanhas de sensibilização e informação e simulacros.

52. Deverão ser feitas de forma estruturada e continuada ações de formação e informação á população em geral, acerca dos riscos da área de residência.

53. Para a população em idade escolar, deverão criar um plano semelhante ao que foi criado para o ambiente, (bandeiras verdes). Para a restante população deverão ser efetuadas ações de sensibilização e formação adequadas ao local onde residem e às diferentes faixas etárias.

54. Proporcionar cursos de formação para o risco direcionado para adultos e jovens.

55. Informação. Muita e permanente informação nas escolas e para o público em geral.

56. Instruir, organizar e responsabilizar as autoridades competentes e só depois então transmitir esses mesmos valores à sociedade. Os nossos agentes de proteção civil ainda estão muito aquém do verdadeiro desempenho que lhes é pedido/atribuído
57. Sensibilizar a população para as questões da Proteção Civil, começando bem cedo na escola e prolongando-se, pelo menos durante o ensino secundário. Educar a população adulta através de campanhas de formação e sensibilização para o risco, medidas de autoproteção, ação preventiva e formas de reação em caso de sinistro, levadas a cabo quer por entidades oficiais do Estado, da Administração Local e organizações ligadas à Proteção Civil ou outras cuja ação seja certificada no âmbito da defesa e proteção da natureza e do meio ambiente ou desenvolvam ações e atividades que envolvam a participação de grupos numerosos de cidadãos, mesmo em atividades de lazer e recreio.
58. Esta formação deverá também ser assumida frontalmente por empresas e organizações relativamente a atitudes e comportamentos no próprio local de trabalho ou no espaço envolvente. Em suma, criar uma consciência global de Proteção Civil em toda a população, dinamizando a consciência de perceção e ação em rede, para a qual todos nós somos peças fundamentais para a anulação ou, pelo menos, a minimização dos riscos e dos seus possíveis efeitos."
59. Promover simulacros e ensinar medidas de autoproteção, começando pelas camadas mais jovens, para que seja incutido na própria cultura.
60. Deveria ser possível fazer chegar aos cidadãos informação concreta, precisa e objetiva relativamente ao espaço que ocupam ou frequentam (casa / trabalho / espaços comuns). Por exemplo: Educação com agentes qualificados em Reuniões de condomínio, Ações de formação nas empresas e Espaços públicos (mercados / centros comerciais / estações rodoviárias e outras), Simulacros criados não só para avaliar os agentes de proteção civil, mas também (e muito) virados para a capacidade de resposta dos cidadãos nos momentos de acidente rodoviário e doméstico, catástrofe natural e atentado, adversidade das condições atmosféricas (seca extrema ou tempestades e dilúvios).
61. Formação, sessões de sensibilização e esclarecimento junto das populações, ações de simulacro, empenho das autarquias.
62. Mais formação e informação da população, com destaque para a população mais idosa, por ser a mais vulnerável.
63. Que o estado ajude todos os organismos relacionados com este tema.

64. Educação cívica a todos os níveis e mais meios para o terreno fora da época de crise.
65. Concretizar campanhas periódicas de sensibilização, prevenção e formação da população para o risco, utilizando todos os meios ao nosso dispor.
66. Campanhas periódicas e bem centradas para todos porem ter conhecimento dos riscos e de como os pode combater ou contornar, através das Câmaras e Juntas de Freguesias, com o apoio de Associações credenciadas e mesmo nas Escolas também através dessas Associações ou Grupos de Cidadãos. A Proteção Civil é de todos nós e cabe a todos nós estarmos bem preparados para nos protegermos a nós próprios em primeiro lugar e poder também ajudar e proteger quem não o pode fazer por si só.
67. Ações formativas inerentes ao risco e aplicadas aos diferentes tipos do território.
68. Tornar obrigatória nomeadamente a formação dos adultos, através do fomento de ações de formação ministradas nas empresas, ou nos centros de formação profissional do IEFP para a população desempregada. E para ambos os grupos de ativos e inativos promover com uma periodicidade de 5 ou 6 anos uma revalidação das competências adquiridas e aumentar o seu conhecimento e a sua preparação.
69. Criar disciplinas de opção nos currículos sobre estes temas, quer para a população escolar, quer para toda população que queira.
70. Os poderes locais juntamente com associações e ou movimentos civis, se prepararem devidamente de forma a poderem localizar riscos locais e quais as formas de prevenção possíveis. Após ser identificado o risco e ter solução de prevenção, sensibilizar localmente com fórum temáticos e instrução junto da população. Projeto que requer muito trabalho e insistência junto do povo até aderirem em massa para que a informação passe.
71. As ações de sensibilização com intensidade e frequência nos estabelecimentos de ensino e os simulacros quer nos estabelecimentos públicos quer nos privados e fazer sentir que todos e cada um tem de ser um agente de proteção civil pelo que deve aprofundar os seus conhecimentos para não só acorrer aos seus familiares como terceiros.
72. Apelo à sensibilização dos cidadãos para uma mudança de atitude, onde cada cidadão, a partir do seu ponto de vista, possa consciencializar-se de que, uma mudança, leva-nos a uma atitude mais correta para com o ambiente, criando uma simbiose de competências e saberes virados para a comunidade e para o equilíbrio dos ecossistemas, fomentando a adoção de atitudes favoráveis à correta utilização dos recursos, fortalecendo o meio natural e a preservação da

biodiversidade criando na escolaridade obrigatória uma disciplina para melhorar a cultura de segurança do bem-estar dos cidadãos em geral e dos seus bens, e contribuir para a preservação do ambiente.

73. Mais formação obrigaria na área de proteção Civil.

74. As organizações e seus membros devem ter uma linguagem simples e menos corporativa e interesseira para não afastar boas vontades. Devem evitar comportamentos excessivos e exagerados por parte dos seus operacionais.

75. Na inevitável impossibilidade de chegar a todos os cidadãos, devem privilegiar-se as organizações de cidadãos já existentes, nomeadamente as que contam com jovens e adultos ativos, com maior capacidade de aprendizagem e de ação em sinistros/catástrofes. Também a integração de cidadãos interessados e formados como agentes municipais de proteção civil (voluntários) pelas câmaras municipais, poderia ser útil.

76. Campanhas de educação na população, vindo o exemplo de "cima", Autarquia e afins.

77. Formação para a proteção do ambiente

78. Ações praticas de sensibilização, formação ao nível dos elementos da FNA, organização na Fraternidade Nuno Alvares-Escuteiros Adultos (FNA), nesse sentido para poder agir como entidade de voluntariado em proteção civil.

79. Cursos de formação de educação e cidadania em proteção civil, ao nível de várias instituições, para educar a população jovem e a adulta.

80. Educar as crianças e jovens com sentido para a proteção civil. Demonstrar (não impor) à sociedade a importância de manter as matas bem limpas de mato e as florestas bem geridas e ordenadas (neste caso com incentivos fiscais a quem cuidar bem as suas matas). As autarquias promoverem simulacros de atuação em caso de sismos ou incêndios para a população (adultos e crianças), pois, só depois de muita pratica é que as pessoas começam a adquirir automatismos e aceitam as regras de conduta em cada caso.

81. Dar formação às famílias de modo a que criem os seus próprios meios de atuação em caso de catástrofe.

82. Organizar meios de contacto com os cidadãos mais acessíveis e mais próximos das pessoas, por exemplo utilizar o telemóvel a funcionar com uma APP de proteção civil.

83. Em cada pequena localidade, formar um grupo de cidadãos responsáveis que disseminarão as aprendizagens e serão os primeiros a acorrer em caso de necessidade provocada por qualquer acidente.
84. Iniciar a educação para o risco desde cedo, começando logo no ensino básico.
85. Melhor informação, mais sensibilização e formação.
86. Ações de formação promovidas por entidades como bombeiros, proteção civil e junta de freguesia.
87. Passar a fazer parte da nossa educação social e escolar, só assim seremos verdadeiramente educados para o risco, ficando mais em segurança.
88. A sensibilização deverá ser uma prioridade a todos os níveis, exemplo de falta de sensibilização são os acidentes rodoviários, que acontecem pelo uso de telemóvel ou condução com efeito de álcool, duas situações fáceis de evitar, mas que podem causar graves danos. Também esta área deve ser tida em atenção na prevenção.
89. Uma maior interação entre entidades oficiais e população, para que sejam mais capazes para ajudar a identificar os riscos e também na prevenção.
90. Ações de formação para a população em geral de maneira a estarem mais alertas para o que possa suceder.
91. Tendo em conta que vivemos numa permanente "sociedade de risco", onde cada vez mais exigimos aos serviços de proteção, capacidade e organização técnica, convém que os cidadãos adquiram aquelas capacidades e competências pessoais suficientes para poder contribuir, quer no momento da tragédia, quer no planeamento da autoproteção, para o qual, deverão as instituições públicas e privadas criar uma cultura de prevenção e segurança no âmbito escolar, pois em definitiva todos somos proteção civil.
92. Aumentar informação aos cidadãos face aos riscos.
93. Criar nas escolas a disciplina de proteção civil e cultura da segurança dos cidadãos e do património público.
94. Formação e informação constante a todas as pessoas e instituições.

95. Prática semanal ou mensal, nas escolas e locais públicos, de prevenção e emergência e aprofundamento dos riscos de catástrofes naturais e/ou situações perigosas provocadas pela ação humana.
96. Programas educativos nas escolas.
97. Mais informações por parte das entidades. Mais formação para o cidadão comum
98. O que quer que seja feito tem que atingir a consciência dos cidadãos.
99. A sensibilização de que os acidentes acontecem e que compete a todos saber prevenir o acidente e, caso aconteça, saber atuar.
100. A Escola poderá ser a grande divulgadora e impulsionadora desta aprendizagem.
101. A Família completará, na medida do possível, o que é ministrado na Escola, pelo menos enquanto crianças.
102. Mais publicidade na Comunicação Social e nas Redes Sociais. Criação de uma APP, que permita receber informação, alertas, notícias e permita interagir o cidadão com a proteção civil (manifestação de vontade de ser voluntário e participação de riscos), A APP poderia ser de âmbito nacional ou então municipal.
103. Inclusão do tema na escola, não necessariamente sob a forma de disciplina, mas ao longo de toda a escolaridade.
104. Pequenos vídeos educativos de situações de risco e de emergência a passar em horário nobre nas TV, para informar as populações acerca dos riscos, mas sem alarmismos.
105. Aumentar a sensibilização e formação de PC na escolar, em todo o percurso escolar obrigatório, extensivo a ofertas de formação para adultos. Iniciativas locais de formação e sensibilização para a população adulta, nas instituições locais (ex: associações, coletividades, associações de adultos,).
106. Aumentar a formação em PC e a sensibilização, para as populações à cerca dos riscos e das medidas de autoproteção.
107. Integrar este tipo de formação nas escolas.
108. Dar a oportunidade à população civil de participar em ações de formação organizadas pelas instituições locais: camaras municipais e/ou juntas de freguesia para conhecer os riscos e os meios das suas próprias zonas de residência.

109. Deveria existir uma disciplina de PC integrada no percurso escolar, bem como se deveria realizar simulacros e workshops envolvendo a população, para além de haver uma maior interação entre as autarquias (SMPC e/ou ULPC) e a população.
110. Aumentar e tornar obrigatório a formação de PC nas Escolas, nos professores para mais facilmente os professores chegarem aos alunos, desde o pré-escolar até ao final de todo o percurso escolar obrigatório.
111. Fomentar cultura de segurança na população, através de ações em instituições de ensino formal e não formal. Envolver determinadas instituições/associações vocacionadas para a intervenção cívica e ambiental, cujo ADN esteja próxima das questões da proteção do ambiente e de apoio às pessoas, para com estes realizar parcerias de formação dos seus voluntários, para potenciar uma maior e melhor intervenção de cidadania do voluntariado no âmbito da proteção civil. Responsabilizar e envolver as grandes entidades económicas, para uma cooperação na realização de campanha de informação/sensibilização da população, utilizando os seus espaços e infraestruturas, ou apoiando a realização de campanhas das autarquias e ou universidades.
112. Realização de várias campanhas publicas de formação ao longo do ano, dos diferentes riscos. Promover ações de treino (simulacros) nas escolas de modo a que os estudantes e toda a população escolar, de modo a que depois todos estes, possam ser mediadores e interventores em situações de risco em casa ou fora dela, inclusive na via publica.
113. Criar uma disciplina obrigatória no ensino, para a educação para os riscos. Realização regulares de ações de formação e de sensibilização por parte das Juntas de Freguesias (ULPC) e das Câmaras Municipais (SMPC).
114. Mais formação e acima de tudo, mais divulgação dos meios que estão disponíveis para uma situação de emergência.
115. Campanhas de sensibilização para a população, para aumentar a sua sensibilização para o risco. Incentivar os cidadãos a criar o seu plano de emergência familiar e potenciar a capacidade do cidadão de "ler" os riscos e saber "medir" as suas consequências.
116. Inserir no currículo escolar a obrigatoriedade de uma disciplina de educação para a proteção civil. Por outro lado, mais para os adultos, a criação de uma APP que permita “ter na mão”, avisos, alertas, noticias de riscos, acesso as medidas de autoproteção e até comunicar determinados riscos à proteção civil.

117. Ações de formação periódicas realizadas pelas autarquias e por determinadas entidades/associações com técnicos da área.

118. Mais informação e sensibilização da população, através da utilização de artigos e/ou bens de uso corrente, servindo estes também como meio de passar informação. Para além disso, aumentar a formação desta área nas escolas e criar programas de formação para a população adulta, potenciando o aumento das vontades para o voluntariado em proteção civil.

119. Existirem com regularidade para toda a população, oportunidades de formação e de sensibilização.

120. Criar para toda a população dinâmicas pedagógicas e lúdicas, dentro deste tema, que potencie também momentos de lazer para serem também oportunidade de sensibilização e de aprendizagem para o risco.

121. Criar nas Juntas de Freguesia ou câmaras municipais, mecanismos próprios para os cidadãos possam ter acesso com facilidade a informações sobre prevenção e segurança, em caso de emergências várias. Até nas escolas é fundamental os alunos terem acesso a essas informações quer de preparação, quer de prevenção e de educação para o risco.

ANEXO 3 - CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS DA COMPETÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

Lobitos (idades dos 06 aos 10 anos)	Competência de proteção civil, nº 05 (o que protege a população)
	1 - Saber o que é um tremor de terra e quais as principais causas de acidente.
	2 - Saber enunciar 3 das medidas de prevenção a tomar, antes, durante e depois de um tremor de terra.
	3 - Saber o que são os extintores e para que servem; saber a localização dos Bombeiros, Autoridade Policial e seus telefones.
	4 - Saber enunciar 2 tipos de acidentes naturais, causadores de situações de emergência
	5 - Participar num pequeno exercício (simulacro) de evacuação da Sede em caso de emergência.
Exploradores (idades dos 11 aos 14 anos)	Competência de proteção civil, nº 05 (o que protege a população)
	1 - Saber as principais medidas de prevenção a tomar, antes, durante e depois, de um tremor de terra.
	2 – Elaborar uma lista para a formação de um “Kit” (estojo de primeiros socorros) de emergência doméstico/familiar e saber distinguir os tipos de extintores, e qual a sua correta aplicação.
	3 - Saber enunciar e descrever 3 medidas de prevenção para cheias e, qual a sua origem.
	4 - Saber enunciar as principais causas e procedimentos de emergência, de incêndios de habitação.
	5 - Participar num exercício (simulacro) de evacuação da Sede em caso de emergência.
Pioneiros (idades dos 14 aos 18 anos)	Competência de proteção civil, nº 05 (o que protege a população)
	1 - Conhecer corretamente todas as medidas de defesa e prevenção para situações de tremor de terra, cheias e inundações.
	2 - Conhecer corretamente todos os procedimentos de emergência em caso de incêndios em edifícios de habitação, e saber como extinguir pequenos focos de incêndio.
	3 - Saber operar corretamente os rádios de emergência (Bando do cidadão e radioamador.
	4 - Conhecer as técnicas de prevenção e defesa de incêndios florestais; participar num exercício de vigilância e patrulhamento florestal.
	5 - Planear um exercício de evacuação da Sede, em situação de emergência e/ou participar num exercício (simulacro) de uma das situações de emergência (tremor de terra, cheias e inundações de habitações) a realizar pela estrutura local de Proteção Civil

Caminheiros (idades dos 19 aos 22 anos)	Especialidade de proteção civil, nº 22 (o que protege a população) Condições para o uso da insígnia da especialidade
	1 – Ter frequentado um curso de especialização, com aproveitamento, organizado pelo Serviço Nacional de Proteção Civil.
	Em caso de impossibilidade, na frequência do referido curso, deve reunir o constante nos pontos seguintes:
	– Curso elementar de socorrismo da Cruz Vermelha Portuguesa.
	– Ter concluído uma escola de recrutas de um qualquer Corpo de Bombeiros.
	– Possuir o curso de radioamador.
	2 – Colaborar na elaboração de um plano de intervenção do Agrupamento, junto da comunidade, em caso de ocorrência de desastre grave e, mantê-lo operacional.
	3- Conhecer as finalidades e a organização da proteção civil.

ANEXO 4 - CONTEÚDO CURRICULAR DA DISCIPLINA DE “AMBIENTE, PROTEÇÃO DE PESSOAS E BENS”, DA RUTIS-PORTO

Aula nº	Sumário
Aula 1	▪ Apresentação da estrutura da disciplina ▪ Jogo da resiliência ▪ A organização nacional da proteção de pessoas, bens e ambiente
Aula 2	▪ Debate e interpretação dos resultados individuais e dos grupos, jogo da resiliência
Aula 3	▪ Organização do sistema nacional de proteção civil ▪ organização da proteção civil municipal e local ▪ O papel do cidadão
Aula 4	▪ Estudos de caso ▪ Cidadania - simulação de reunião de câmara publica
Aula 5	▪ Apresentação dos trabalhos de grupo e Simulação de reunião publica de câmara
Aula 6	▪ Apresentação dos trabalhos de grupo e simulação de reunião publica de câmara
Aula 7	▪ Ambiente ▪ Os problemas globais que afetam a nossa forma de vida
Aula 8	▪ A organização, competências e responsabilidades da ANEPC
Aula 9	▪ Visita de estudo ao CDOS-Porto da ANEPC
Aula 10	▪ Avaliação da visita ao CDOS-Porto da ANEPC ▪ Introdução aos riscos
Aula 11	▪ Evolução do risco e do perigo ▪ Conceitos fundamentais - risco
Aula 12	▪ Componentes do modelo do risco ▪ A gestão do risco
Aula 13	▪ Organização dos riscos ▪ Matriz do risco
Aula 14	▪ Os riscos em Portugal ▪ Carta de riscos
Aula 15	▪ Fases da catástrofe
Aula 16	▪ Riscos Domésticos ▪ Recomendações gerais – motivos e prevenção de quedas, ondas de calor, incêndios intoxicações, vagas de frio e segurança na rua
Aula 17	▪ A proteção civil em casa – medidas de autoproteção
Aula 18	▪ Continuação das medidas gerais de autoproteção ▪ Introdução ao plano de emergência familiar

Aula 19	• Plano de emergência familiar
Aula 20	▪ Trabalhos de grupo – Plano de emergência familiar
Aula 21	▪ Apresentação e discussão dos trabalhos de grupo, de elaboração dos Planos de Emergência familiar
Aula 22	▪ Risco Incendio Urbano ▪ Conceitos gerais - Incêndios nas habitações.
Aula 23	▪ Medidas de autoproteção - Incêndios nas habitações.
Aula 24	▪ Medidas de autoproteção - Incêndios nas habitações.
Aula 25	▪ Funcionamento do Sistema de Emergência Medico (SIEM)
Aula 26	▪ Visita de Estudo ao CODU, Porto
Aula 27	▪ Avaliação da visita ao CODU ▪ Risco Sísmico ▪ Medidas de autoproteção
Aula 28	▪ Risco de Cheias e Inundações ▪ Medidas de autoproteção
Aula 29	▪ Risco de Incêndio rural ▪ Medidas e autoproteção (Programa Aldeias Seguras)
Aula 30	▪ Risco de Incêndio rural ▪ Medidas e autoproteção (Programa Aldeias Seguras)
Aula 31	▪ Avaliação do ano escolar

última página
(página em branco)